

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RICARDO ALBERTO KANAYAMA

MINHA ILHA; MEU DIREITO:
ROBINSON E A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO MODERNO

CURITIBA
2009

RICARDO ALBERTO KANAYAMA

MINHA ILHA; MEU DIREITO:
ROBINSON E A CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO MODERNO

Monografia apresentada ao curso de graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Direito.

Orientadora: Prof. Vera Karam de Chueiri

CURITIBA
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

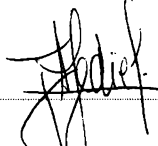
RICARDO ALBERTO KANAYAMA

Minha ilha; meu direito: Robinson e a construção do indivíduo moderno

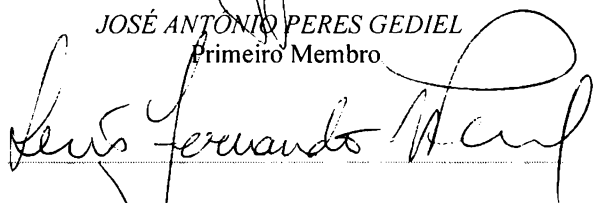
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



VERA KARAM DE CHUEIRI
Orientador



JOSÉ ANTONIO PERES GEDIEL
Primeiro Membro



LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA
Segundo Membro

Aos meus pais, Regina e Renato

Agradecimento, em especial, à Prof. Vera Karam de Chueiri, orientadora deste trabalho.

Agradecimento à todos os amigos, professores e escritores que de alguma maneira foram importantes na minha formação.

“Living is easy with eyes closed
Misunderstanding all you see
It's getting hard to be someone
But it all works out
It doesn't matter much to me”

“Stawberry Fields Forever”, The Beatles

RESUMO

Enquanto o Direito busca a ordem e a segurança, prendendo-se a abstrações e ao imperativo, a literatura percorre caminhos mais livres e por vezes perturbadores. Mesmo apresentando características opostas, o diálogo entre essas duas áreas não apenas é possível, mas também é desejável, de maneira que se realizem trocas recíprocas entre elas. O presente trabalho parte do romance "Robinson Crusoe", de Daniel Defoe, com o objetivo de demonstrar como Robinson representa a construção da idéia de indivíduo moderno. Publicada pela primeira vez em 1719, mas com um enredo que se passa em meados do século XVII, Robinson narra como, após ignorar os conselhos paternos sobre a vida, lança-se ao mar e naufraga, restando sozinho em uma ilha. A partir daí, começa sua busca pela individualidade através da coleta e do acúmulo dos objetos encontrados no navio, construção de uma moradia cercada por muros, localização espacial e temporal, escrita de um diário, domesticação de animais, plantio de cereais, construção de objetos que facilitavam sua vida. Jamais perdendo seu tempo com futilidades, sempre demonstra vontade para o trabalho, ao mesmo tempo que expõe seu sentimento de apropriação e seu direito de propriedade. Escolhido pela Providência, se apropria de um nativo que seria sacrificado por rituais canibais, transforma-lhe em servo e lhe dá um nome (Sexta-Feira), ensinando-lhe as palavras do verdadeiro deus, o seu deus. Por fim, ajuda um capitão e, através de um contrato, sai da ilha e volta à Inglaterra. Assim, Robinson Crusoe representa o sujeito concreto e proprietário, o qual serviu de base para o sujeito abstrato de Direito (racional, livre e igual) fundamental para a estabilidade da ordem jurídica.

Palavras-chave: Direito e Literatura, Robinson Crusoe, propriedade, sujeito proprietário.

SUMÁRIO

Palavras do Professor José Antônio Peres Gediel 9

1. Primeiras palavras 10

1.1. Direito ou Literatura X Direito e Literatura 10

1.2. Seguindo as pegadas de Robinson Crusoe 12

Capítulo 2. Dentro e fora de “Robinson Crusoe” 17

2.1. Nasci no ano de 1632, na cidade de York 17

2.2. “Robinson Crusoe” entre os séculos XVII e XVIII..... 21

Capítulo 3. Em busca da individualidade 29

3.1. Carreguei para o interior dessa cerca todos os meus tesouros 30

3.2. Cheguei em terra aqui no dia 30 de setembro de 1659 33

3.3. Mas me ocorreu então que teria de manter as domésticas longe das
selvagens 38

3.4. Tratei de me concentrar na acomodação ao meu modo de vida 41

3.5. Eu o fiz saber que seu nome seria Sexta-Feira 47

Capítulo 4. “Robinson em sua ilha”: o sujeito proprietário 53

4.1. Pensava que aquilo me pertencia: o sentimento proprietário 53

4.2. Isso atesta a meu favor que eu não ficava ocioso: a teoria de Locke 58

4.3. Eu agora tinha um muro duplo: a proteção da propriedade 64

4.4. Disposto por escrito e assinado do próprio punho: o contrato 67

Capítulo 5. O “Direito” de Robinson 75

5.1. O Direito em busca da ordem: o sujeito abstrato de direito 75

5.2. Os pilares do Direito 77

5.3. “De todas essas coisas, talvez eu faça um outro relato algum dia.” 81

6. À procura de um “novo” Robinson Crusoe? 88

7. Bibliografia 92

Palavras do Professor José Antônio Peres Gediel¹

“Minha Ilha; Meu Direito”, “Mon Roi; Mon Droit”.
Sem lei nem reino, ou rei, um reino que se constrói
a partir do seu desejo e da vontade – é um sujeito,
um ator, um autor último, última fronteira da
propriedade – a propriedade intelectual.

Trata-se de um trabalho sobre fabulações modernas, como diz Bernard Edelman. A busca pela individualidade que levou ao controle de si e das coisas, e à extrema solidão, pelo distanciamento e não reconhecimento da presença e do valor do outro.

O homem que é Robinson é produtor de si mesmo e se institui como seu senhor e avança com esse controle sobre todas as coisas inanimadas ou vivas, para cumprir um itinerário proprietário e conclui um ciclo que representa o sistema capitalista, no centro do qual se localiza o direito de propriedade e do contrato.

A parábola de Robinson é perfeita, pois mostra que para se tornar moderno é preciso refundar a vida, explorar espaços internos e externos inexplorados, condenar-se para ser livre, criar suas ilhas imagináveis ou fantasmagóricas de poder e, finalmente, ter pleno poder para trocar e voltar a trocar pelo contrato (poder, sexo, amor, corpos, talvez).

Recontar essas fábulas é desvelar o trajeto da modernidade, que enfrenta o esgotamento dessa voracidade sem limites e avança sobre o corpo material e desmaterializado desses senhores do destino. Estes que antes dominaram os espaços, as plantas, os animais, o labor humano, a imaginação.

Felizmente, no mundo do Direito, em que o desejo de domínio constitui a própria razão do Direito, se eleva a figura perturbadora de Sexta-Feira, que se impõe por sua corporalidade e por sua indispensabilidade na resistência de não mudar sua natureza para tornar-se mais humano.

¹ Texto proferido pelo Professor José Antônio Peres Gediel na banca avaliadora do trabalho “Minha Ilha; Meu Direito: Robinson e a construção do indivíduo moderno”, no dia 17 de novembro de 2009, que, por sugestão da banca e com a autorização do Professor, foi acrescentado a esta monografia.

1. Primeiras palavras

1.1. Direito ou Literatura X Direito e Literatura

“Os juízes precisam ler mais poesia, romances e jornais para entender mais a realidade da sociedade”, afirmou o Ministro Carlos Ayres Britto, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na abertura do Fórum Mundial de Juízes, ocorrido em janeiro de 2009 na cidade de Belém (PA). Trata-se de uma frase simples, mas que nem por isso deve ser lida de maneira simplista, sob pena de se cometer um grande equívoco. Em artigo publicado em março de 2009 no Jornal literário Rascunho, Fernando Monteiro interpreta com precisão o comentário:

É importante ressaltar que o ministro Ayres Britto chamou a atenção não para o caráter lúdico dos romances e poemas, mas para sua capacidade de elucidar os enigmas, de esclarecer questões controversas, de lançar luz sobre tendências e encaminhamentos sociais. O ministro foi taxativo: os livros ajudam a entender mais, ou seja, melhor, a sociedade. Isso os torna uma ferramenta indispensável ao legislador.¹

É impossível não nos lembrarmos do juiz Hermès, descrito por François Ost, em oposição aos juízes Júpiter e Hércules:

Não mais um pólo, nem dois, nem mesmo a superposição de dois, mas uma multiplicidade de pontos inter-relacionados. Um campo jurídico que se analisa como uma combinação infinita de poderes, às vezes separados, outras confundidos, freqüentemente inter-cambiáveis; uma multiplicação de atores, uma diversidade de papéis, uma inversão de respostas. Tal circulação de informações e significados não está contida em um código ou documento, exprimindo-se na forma de um banco de informações. O direito pós-moderno, ou direito de Hermes, é uma ordem em rede que se traduz por uma infinidade de informações disponíveis instantaneamente e de difícil controle, tal como pode ser um banco de informações.²

¹ MONTEIRO, Fernando. A cabeça no fundo do entulho da leitura (2). **Rascunho**, Curitiba, Março de 2009, p. 7.

² OST, François. *Jupiter, Hercule, Hermès: trois modèles du juge*. In: *Dire le droit, faire justice*, 36, tradução livre do original: “Non plus un pôle, ni deux, ni même la superposition des deux, mais une multitude de points en interrelation. Un champ juridique qui s’analyse comme une combinatoire infinie de pouvoirs, tantôt séparés, tantôt confondus, souvent interchangeableables; une démultiplication des acteurs, une diversification des rôles, une inversion des répliques. Une telle circulation d’informations et de significations ne se laisse plus contenir dans un code ou un dossier, elle s’exprime sous la forme d’une banque de données. Le droit postmoderne, ou droit d’Hermès, est un ordre en réseau qui se traduit par une infinité d’informations à la fois instantanément disponibles et en même temps difficilement maîtrisables, comme peut l’être une banque de données.”

A literatura, como podemos resumir poesia e romance, é importante na formação de qualquer jurista, independente da sua profissionalização, isto é, se é juiz, advogado, promotor, professor etc. A idéia não é nenhum absurdo, já sendo defendida há muito tempo nos Estados Unidos por pensadores conhecidos³.

Denominado de “Direito e Literatura”, este novo campo de estudo interdisciplinar que propõe trocas entre o Direito e a Literatura, embora ainda pouco conhecido e disseminado nas faculdades de Direito do Brasil, vem cada vez ganhando mais adeptos e defensores, dando origem a diversas atividades e trabalhos acadêmicos⁴.

Esse diálogo, permitido em decorrência das mudanças – em outras palavras, aberturas – sofridas no Direito na segunda metade do século XX, uma vez que a Literatura está – e deve estar – aberta a tudo e a todos, revela sua importância justamente nas diferenças.

François Ost, na obra *Contar a Lei*, considerado o ponto de partida deste trabalho, indica quatro características que diferenciam o Direito da Literatura: 1ª) “enquanto a literatura libera os possíveis, o direito codifica a realidade”⁵; 2ª) o Direito decide, para amenizar as angústias, ao passo que a Literatura “cria, antes de tudo, a surpresa: ela espanta, deslumbra, perturba, sempre desorienta (...) Livre para entregar-se às variações imaginativas mais inesperadas a propósito de um real sempre muito convencional, ela explora, como laboratório experimental do humano, todas as saídas do caminho.”⁶; 3ª) o Direito trabalha com “indivíduos-

³ “Nos Estados Unidos, o estudo do *Direito e Literatura* começa com a publicação, em 1908, do ensaio *A List of Legal Novels*, de John Wigmore, voltado para o estudo do direito *na* literatura, através do qual são catalogadas e classificados inúmeros romances e, especialmente narrativas anglo-saxãs modernas, em que emergem as mais variadas temáticas jurídicas; e em 1925, do ensaio *Law and Literature*, do célebre juiz Benjamin Cardozo, voltado para o estudo do direito *como* literatura, através do qual se examina a qualidade literária do direito, propondo a leitura e interpretação das sentenças judiciais como exemplos de literatura.” TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães. *Direito e Literatura: aproximações e perspectivas para se repensar o direito*. In: *Direito e Literatura: reflexões teóricas*, p. 24. O artigo traz um rápido histórico do Direito e Literatura, apresentando as principais vozes do Law and Literature Movement, surgido na década de 80, tais como James Boyd White, Richard Weisberg, Richard Posner, Martha Nussbaum, Ronald Dworkin, Stanley Fish, Owen Fiss, entre outros.

⁴ Para comprovar o fato não precisamos ir muito longe. A Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde o autor deste trabalho estuda, possui o Grupo de Direito e Literatura, idealizado e organizado pela Professora de Direito Constitucional, Vera Karam de Chueiri, cujas atividades se iniciaram em Agosto de 2006. Também, vale ressaltar a importância do Núcleo de Direito e Psicanálise, organizado pelo Professor de Direito Processual Penal, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, existente desde 2004, e que a cada ano escolhe uma obra literária para realizar a interseção entre Direito, Literatura e Psicanálise.

⁵ OST, F. *Contar a lei*, p. 13.

⁶ OST, F. *Contar...*, p. 15.

padrão” e a Literatura explora a ambigüidade dos personagens⁷; 4ª) o Direito se apegue à generalidade e à abstração, enquanto a Literatura é o particular e o concreto⁸.

Apresentados todos esses pressupostos, consideramos desnecessário continuar a defender a interdisciplinariedade, até porque a prática deste estudo, por si só, já consiste em uma defesa do Direito e Literatura.

1.2. Seguindo as pegadas de Robinson Crusoe

O campo do Direito e Literatura é vasto e pode ser dividido em três vertentes: “Direito como Literatura”⁹, “Direito da Literatura”¹⁰ e “Direito na Literatura”. Esta última, na qual este trabalho se insere, a exemplo da obra de Ost, consiste em trabalhar com textos literários que abordem, a partir de uma visão particular, temas que interessam ao Direito ou são originariamente do Direito¹¹.

Em outras palavras, é necessário que a leitura de um texto da Literatura provoque reflexões acerca de qualquer tema jurídico, de maneira que as fronteiras do Direito sejam ultrapassadas com um novo ponto de vista. No nosso caso, o romance *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, há muito tempo vinha (e ainda vem) nos causando fascinação.

Quando escolhemos esta obra literária para trabalhar com a relação entre o Direito e a Literatura, não imaginávamos sua real riqueza e complexidade. Publicada pela primeira vez em 1719, *A vida e as estranhas e surpreendentes aventuras de Robinson Crusoe, de York, marinheiro*¹², suscita não apenas o prazer da leitura para crianças e adolescentes, mas contínuos e intermináveis estudos e debates no meio acadêmico até os dias atuais.

⁷ OST, F. *Contar...*, p. 16.

⁸ OST, F. *Contar...*, p. 18.

⁹ Sinteticamente, essa corrente tenta encontrar semelhanças entre o Direito e a Literatura no tocante à linguagem, à narrativa, à retórica e à interpretação. Uma obra que trabalha nesse sentido é *A prática judiciária entre direito e literatura*, de Joana Aguiar e Silva.

¹⁰ Essa já é uma corrente incorporada ao direito positivo, uma vez que estuda as leis voltadas à regulamentação da produção literária, isto é, sua proteção, os direitos do autor etc.

¹¹ Alguns exemplos sempre citados e conhecidos mundialmente: *Antígona*, de Sófocles; *O mercador de Veneza*, de William Shakespeare; *Fausto*, de Johann W. Von Goethe; *Crime e Castigo*, de Fiodor Dostoiévski; *O processo*, de Franz Kafka; *O estrangeiro*, de Albert Camus; entre outros.

¹² O título original, em inglês, é *The life and strange surprizing adventures of Robinson Crusoe, of York, Mariner*. Aqui utilizaremos apenas o título *Robinson Crusoe*.

Esta dupla função das aventuras de Robinson constituem características que fazem um livro se tornar clássico, pois tal como observa Ítalo Calvino, “dizem-se clássicos aqueles livros que constituem uma riqueza para quem os tenha lido e amado; mas constituem uma riqueza não menor para quem se reserva a sorte de lê-los pela primeira vez nas melhores condições para apreciá-los”, sem contar que “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”¹³.

No caso, Robinson Crusoe detém essa característica dos clássicos, isto é, de “nunca terminar de dizer aquilo que tinha para dizer”, pois abre muitas possibilidades em diversas áreas do conhecimento: Ciência Política, Filosofia, Antropologia, Sociologia, Direito, Economia, Religião, para citar as mais evidentes. Há também um razoável número de adaptações na Literatura¹⁴, no Cinema e até na Televisão¹⁵.

Logo, Robinson está sempre vivo na memória coletiva, outra característica dos clássicos¹⁶. Daí porque muitos o consideram um mito, desvinculando-o de seu criador e colocando-o em uma condição muito acima de um mero personagem. Aliás, esta era a vontade de Daniel Defoe: dar à história o máximo de veracidade, até porque, como lembram muitos críticos, Robinson Crusoe foi baseado na história do marinheiro Alexander Selkirk.

O protótipo de Robinson Crusoe foi um obstinado e teimoso marinheiro escocês, Alexander Selkirk (1676 – 1721), que navegando em viagem privada sob comando de William Dampier, brigou com o capitão deste navio e foi abandonado em 1704 em uma ilha inabitada de Juan Fernandez. Após dificuldades iniciais, Selkirk aprendeu a viver no lugar, e quando foi resgatado de seu exílio em janeiro de 1709, pelo capitão Woodes Rogers, ele estava bem de saúde e aparentemente satisfeito em sua ilha. Contudo, ele consentiu em navegar com Woodes Rogers, o qual o tornou imediato do navio. Mais tarde, ganhou o comando de outro navio e retornou à Londres em outubro de 1711. Em 1712, fragmentos de sua vida na ilha foram publicados por Woodes Rogers e pelo capitão Edward Cooke, sendo que

¹³ CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*, p. 10 e 11.

¹⁴ François Ost, na obra *Contar...*, apresenta inúmeros livros que teriam se baseado em Robinson Crusoe, uma vez que “graças à natureza proteiforme da seqüência insular, a história presta-se a todo tipo de combinações geradoras de narrativas com geometria variável”. O autor dá especial atenção aos romances *O senhor das moscas*, de William Golding e *Foe*, de J. M. Coetzee.

¹⁵ O site <www.imdb.com> (The Internet Movie Database), ao pesquisarmos pelo título *Robinson Crusoe*, apresentou 20 filmes e séries de televisão cujos títulos correspondem exatamente à expressão *Robinson Crusoe*. Além destes, há 31 registros que envolvem Robinson. Dentre estas mais de 50 obras, as mais conhecidas são os filmes do diretor Luis Buñuel, de 1954; e a versão americana dos diretores Rod Hardy e George Miller, de 1997. Recentemente foi produzida uma série de televisão americana, do produtor Stephen Gallagher.

¹⁶ Novamente utilizando-se das palavras de Ítalo Calvino, *Por que ler...*, “os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo e individual”, p. 10 e 11.

em dezembro de 1713, Steele dedicou uma página inteira à sua história no *The Englishman*.¹⁷

Escrito em primeira pessoa, característica que reforça o grau de realismo da escrita, entendemos que Robinson pode ser lido e estudado autonomamente, isto é, sem a necessidade de estudar também a vida de Defoe.¹⁸ Admitindo-se – e seguindo – esta possibilidade, não queremos descartar nem diminuir a importância de reflexões que associam o personagem ao seu criador¹⁹. Pelo contrário, entendemos que esta interpretação é igualmente importante, mas busca um resultado diferente daquele pretendido aqui.

Diferentemente do que pode parecer à primeira vista, ao tomar esta direção não queremos “inventar” interpretações ou “violar” o texto literário, manipulando-o para corroborar um hipótese qualquer. O leitor verá que nossas idéias se apóiam sobre textos de áreas como Crítica Literária, História, Filosofia e Direito.

Conforme já anunciado no título, *Minha ilha; meu direito: Robinson e a construção do indivíduo moderno*, o trabalho pretende investigar a construção da idéia do sujeito no século XVII, fato que se mistura à idéia moderna de propriedade. A solidão retratada na obra – 28 anos na ilha, dos quais 25 sozinho – propicia reflexões preciosas em torno das teorias políticas surgidas no século XVII, século em que se passa a narrativa. Os pensamentos de Thomas Hobbes, John Locke, Samuel Pufendorf, Hugo Grócio e Renè Descartes, para citar os mais conhecidos, foram determinantes para o desenvolvimento posterior do Direito, seja no âmbito do Direito Público ou Privado.

A complexidade do livro se revela ao permitir ainda incursões dentro da Religião, principalmente quanto ao protestantismo, associando ao aspecto

¹⁷ SUTHERLAND, James. *Daniel Defoe: a critical study*, p. 123, tradução livre: “(...) The prototype of Robinson Crusoe was a stubborn and refractory Scottish sailor, Alexander Selkirk (1676 – 1721), who while cruising on a privateering voyage under the command of William Dampier, quarreled with the captain of his ship, and had himself put ashore in 1704 on the uninhabited island of Juan Fernandez. After some initial difficulties, Selkirk managed to make a life of it, and when he was rescued in January 1709 from his self-inflicted exile by Captain Woodes Rogers, he was in good health and apparently quite satisfied with his island life. He consented, however, to sail with Woodes Rogers, who appointed him mate of his ship. Later he was given command of another ship, and returned at last to London in October 1711. Accounts of his life on Juan Fernandez were published in 1712 by Woodes Rogers and by Captain Edward Cooke, and on 3 December 1713 Steele devoted a whole paper to him in his periodical *The Englishman*.”

¹⁸ Frank H. Ellis, na introdução à obra *Twentieth century interpretations of Robinson Crusoe*, enumera diferenças relevantes para demonstrar que Robinson Crusoe não é Daniel Defoe.

¹⁹ Um estudo muito bom deste gênero é de Maximillian NOVAK, *Defoe and the nature of man*, no qual o autor analisa várias obras de Daniel Defoe, entre elas Robinson Crusoe, a partir das idéias do próprio Defoe.

econômico, isto é, ao aparecimento do capitalismo, seguindo, assim, um estudo de Max Weber²⁰. Outro tema interessante envolve outra personagem, Sexta-Feira, o selvagem doutrinado por Robinson, com relação à colonização e a relação entre diferentes povos e culturas. Porém, diante do fato deste trabalho ser uma monografia, não temos como explorar todas essas possibilidades que a obra apresenta.

Outro aspecto relevante, além do temporal, é o espacial. Robinson era inglês, o que nos levaria a pesquisar a história inglesa. Até as datas do romance seriam reveladoras para demonstrar semelhanças entre o naufrago (1659 – 1686) e o que se passava na Inglaterra, chamado de Restauração. Trata-se, segundo Seidel, de um período importante de transição do absolutismo monárquico para o moderno, isto é, para o avanço mercantil e também parlamentar na Inglaterra. A Revolução Gloriosa, em 1688, deu início a um novo contexto, o que de certa maneira é representado pela vida de Robinson Crusoe.²¹

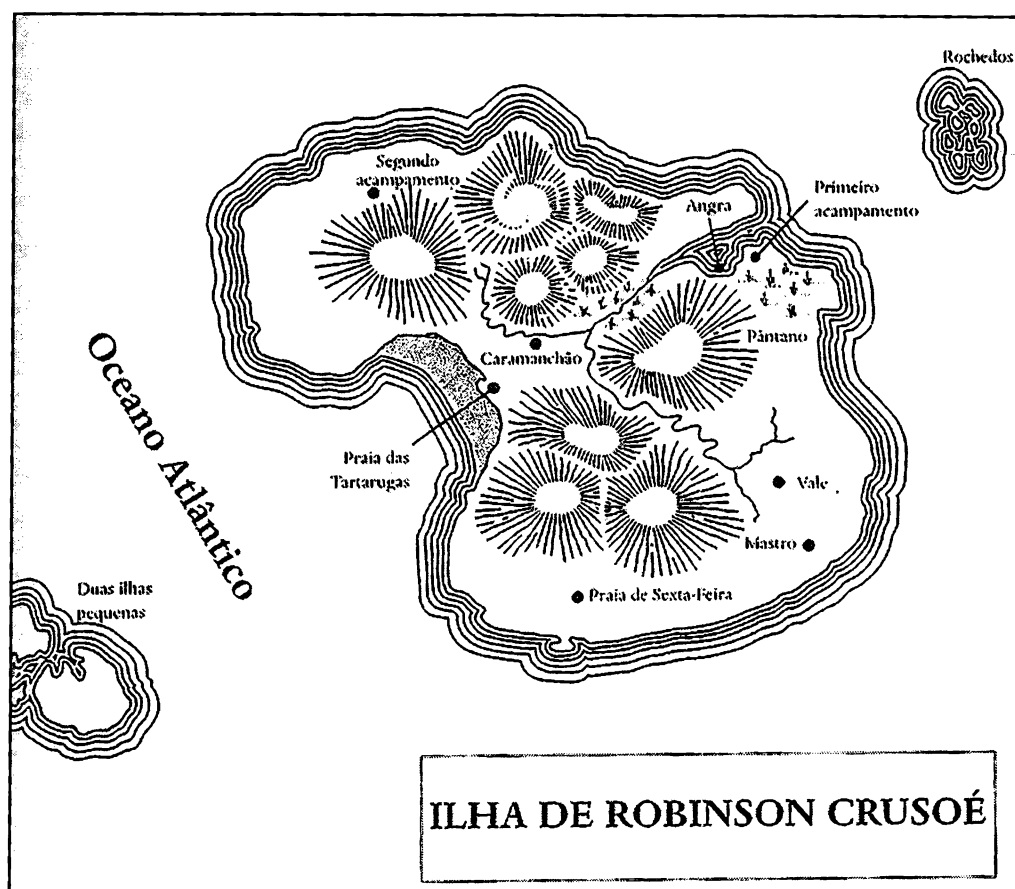
No entanto, não podemos esquecer que a história se passa em uma ilha, ou seja, em um lugar alheio a qualquer interferência inglesa, desabitada antes de Robinson. A ilha, então, assume a conotação de “recomeço”, seja uma metáfora para representar a Inglaterra, seja um recomeço para o marinheiro.

Tal é a importância desta porção de terra para a narrativa e para a literatura que Alberto Manguel, na obra *Dicionário dos lugares imaginários*, apresenta a localização e a geografia da ilha onde Robinson naufragou²².

²⁰ Trata-se da célebre obra *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, publicada no início do século XX.

²¹ SEIDEL, Michael. *Robinson Crusoe: island myths and the novel*, p. 6 e 7.

²² MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. *Dicionário de lugares imaginários*, p. 367. A localização da ilha seria “a cerca de vinte léguas da costa da América do Sul, próxima da foz do Orinoco, na Venezuela, e não a meio caminho entre a ilha de Juan Fernández e a costa do Chile, como sugeriram alguns cartógrafos franceses.”



Sendo assim, não há como prescindirmos da história inglesa, sob pena de ignorarmos conquistas que influenciaram o Direito de outros povos – não apenas do *common law*, mas também do *civil law*. Contudo, não será o tema principal a ser estudado.

Apresentadas “as pegadas” que nortearam nossas investigações, apenas devemos alertar que “os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)”²³. É por isso que apresentaremos uma leitura aqui das aventuras de Robinson Crusoe, mas que jamais será definitiva, sendo possível – e indicado – que esse clássico seja sempre relido, de maneira a permitir mais descobertas, como se a releitura fosse “uma leitura de descoberta como a primeira”²⁴.

²³ CALVINO, Í. *Por que ler...*, p. 11.

²⁴ CALVINO, Í. *Por que ler...*, ibidem.

Capítulo 2. Dentro e fora de “Robinson Crusoe”

“É a história de um homem que vive sozinho em uma ilha por muitos anos, conhece um nativo da região e consegue retornar a sua terra natal.”

Assim é conhecida a obra “Robinson Crusoe”, de Daniel Defoe, o que transforma o resumo do livro neste trabalho, em um primeiro momento, desnecessário. Seu enredo é com certeza um dos mais populares da literatura universal, conhecido até mesmo por pessoas que não leram a obra, ou a leram na infância. Isto se deve a muitos fatos: grande sucesso de público na época em que foi lançado e que persiste até o presente, recriações sobre o personagem por outros autores da literatura, adaptações cinematográficas etc.

No entanto, reduzir a história de Robinson àquelas duas linhas iniciais é simplificar e empobrecer um texto que desperta reflexões de diversas ordens, tal como foi ressaltado na introdução do trabalho. Desta maneira, antes de adentrarmos na análise teórica do livro, consideramos importante apresentar um resumo mais completo do que aquele “vulgarmente conhecido”, de maneira que isso possa contribuir para a compreensão do que vem a seguir.

Pretendemos nos ater aos fatos neste momento, deixando as análises para os capítulos posteriores. Mesmo tendo esse objetivo, o simples resumo dos fatos já se trata de uma tomada de posição por aquele que lê o texto. A escolha de algumas passagens, por si só, significa excluir outras consideradas menos relevantes e, conseqüentemente, fazer um juízo de valor. Esta é uma das maiores dificuldades em se trabalhar com a Literatura²⁵. Logo, é importante frisar, o resumo não substitui a leitura da obra.

2.1. Nasci no ano de 1632, na cidade de York.

O livro de Robinson, escrito por ele mesmo, começa com sua apresentação: nascimento em 1632, na cidade de York, sendo seu nome de batismo Robinson Kreutznaer, sobrenome posteriormente adaptado para Crusoe. Tinha dois irmãos:

²⁵ Na realidade, o jurista se depara com o mesmo problema quando redige a petição inicial. A narrativa e a escolha dos fatos já indicam um juízo de valor, que será posteriormente decidido pelo juiz

um que morreu na guerra contra os espanhóis e outro que foi para o mar e nunca retornou.

Robinson conta em seguida que sua cabeça sempre esteve voltada às aventuras, uma vez que ele não conhecia nenhum ofício. Contudo, o pai tentou levá-lo para o direito. Além disso, o pai sempre o aconselhou a levar uma vida média, mas, apesar de todos os conselhos paternos, Robinson o desobedece quando sobe a bordo de um navio com destino a Londres em primeiro de setembro de 1651. Já na primeira viagem ao mar, depara-se com tempestades fortes, o que o aterroriza e o faz refletir sobre sua vontade em navegar. Porém, após o navio chegar a salvo à praia mais próxima decide não retornar a sua casa.

Com dinheiro no bolso, viaja para Londres por terra e reflete muito neste período de insegurança sobre o que fazer na vida. Decide, então, voltar ao mar, mais precisamente para a costa da África, Guiné. Contudo, toma o navio como passageiro, e não na condição de marinheiro, o que lhe permite conhecer o capitão da embarcação. Este, por sua vez, convida Robinson para ser sócio e companheiro de viagem. Após aceitar a oferta, faz uma primeira viagem em que consegue muito dinheiro. Na segunda viagem, porém, já sem o amigo capitão, morto por uma doença contraída na aventura anterior, seu navio é abordado por piratas mouros que ganham a batalha e fazem de Robinson um escravo, levando-o a Salee.

Após dois anos trabalhando como escravo para o capitão do navio pirata, Robinson consegue planejar uma fuga, levando consigo um garoto chamado Xury. Os dois percorrem a costa da África com uma pequena embarcação, até que são encontrados por um navio português que buscava escravos no continente africano. São bem recebidos pelo capitão, sendo que este não exigiu de Robinson ou do garoto qualquer pagamento. Apenas ao final da viagem pergunta a Robinson se este queria lhe vender sua embarcação e o garoto Xury, oferta que Robinson aceita.

Após vender boa parte de seus bens ao capitão, viaja ao Brasil e conhece um dono de um “ingenio” (uma plantação de cana-de-açúcar e um engenho). Logo percebe que o negócio era lucrativo e decide tornar-se plantador. Compra terras e, após alguns progressos nesta nova atividade, Robinson percebe que estava entrando na indesejada camada mediana. Ao contar suas aventuras na costa de Guiné aos colegas plantadores, estes se interessam pelas narrativas especialmente no tocante à compra de negros. Os plantadores, então, planejam uma viagem para Guiné, levando Robinson junto.

Após deixar um testamento escrito e orientações sobre a disposição de sua terra durante sua ausência, Robinson parte em 1º de setembro de 1659, exatos oito anos após a primeira partida. Contudo, diferentemente daquela, esta viagem não teve volta, pois o navio naufraga. A muito custo, Robinson chega à praia e percebe que ninguém além dele conseguiu sobreviver.

No dia seguinte ao acidente, Robinson avista o navio ainda no mar. Realiza várias viagens até a embarcação para conseguir provisões: comidas, bebidas, mantimentos, roupas, ferramentas, armas, munições, redes de dormir e até dinheiro. Após o resgate destes objetos, de dois gatos e um cachorro, Robinson decide construir um abrigo cercada por uma verdadeira muralha. Além disso, constrói mesas, cadeiras e prateleiras.

Começa a escrever um diário, no qual conta que, por acaso, planta milho, cevada e arroz. Relata também sua relação com deus e de como encontrou uvas e as secou. Após conseguir entender o comportamento climático da região, bem como estabelecer as estações chuvosas e secas, Robinson planta grãos de maneira refletida. Nas estações chuvosas, passa a desenvolver atividades artesanais: construção de cestos, vasos e outros utensílios. Temendo ficar sem alimento quando a munição e a pólvora acabassem, decide domesticar animais – cabras. “Adota” um papagaio, a quem dá o nome de Poll.

Chega até mesmo a construir um guarda-chuva com os poucos materiais e instrumentos de que dispunha. De um tronco faz uma canoa, com a qual faz passeios ao redor da ilha.

Esse sossego, porém, é interrompido quando Robinson encontra uma pegada de um pé humano descalço na areia da praia. Após dezoito anos na ilha, Robinson novamente se assusta, ao ver a praia coalhada de ossos.

Em seu vigésimo terceiro ano, mais precisamente no mês de dezembro, mais um ritual canibal é relatado por Robinson. Após alguns meses, ele presencia um naufrágio, do qual não sobrevive ninguém. Apenas alguns suprimentos, como roupas e bebidas são resgatados.

No vigésimo quarto ano, em uma noite chuvosa de março, Robinson tem um estranho sonho, em que salvava um selvagem e o transformava em criado.

Robinson conclui que necessitava urgentemente de um selvagem para conseguir fugir da ilha. Um ano meio depois, seu sonho se realiza e entramos em um segundo momento da narrativa, em que conhecemos Sexta-Feira. A partir daí,

Robinson passa a ser o “professor” de seu servo, ensinando-lhe a língua inglesa, os bons hábitos, a caçar e a plantar, lhe dá roupas, mostra como o canibalismo é errado. Os dois decidem construir uma nova canoa, na tentativa de visitar ilhas próximas.

Entretanto, são os “selvagens” que vêm ao encontro dos dois para realizar rituais canibais. Robinson, revoltado, carrega todas as suas armas para evitar a “barbárie”. Após sangrenta batalha com 21 mortos, todos do lado dos canibais, as vítimas que seriam objeto do ritual são salvas – um espanhol e o pai de Sexta-Feira – e recebem cuidados dos dois habitantes da ilha.

Após muitas conversas, Robinson descobre que havia mais portugueses e espanhóis na ilha de onde o espanhol vinha. Decide, então, planejar uma viagem para resgatar os europeus, constroem uma canoa e aumentam a produção de alimentos.

Oito dias depois da partida, Robinson e Sexta-Feira avistam um navio ancorado, do qual saem três prisioneiros que parecem ser ingleses, presos por marinheiros ingleses. Robinson consegue se aproximar das vítimas sorrateiramente e descobre que uma delas é o capitão do navio, no qual ocorrera um motim. Após fazer um trato com os presos, exigindo lealdade e respeito a sua autoridade, Crusoe os liberta e, juntos, eles conseguem a redenção dos marinheiros insubordinados que tinham trazido os prisioneiros no barco auxiliar. Em seguida, esboçam um plano para recuperar o navio e julgar os mal-feitores. A estratégia de Robinson funciona, dando fim ao motim e permitindo a recuperação do navio.

Conhecido e chamado como o governador da ilha, Robinson interroga os acusados pelos crimes que cometeram contra o capitão do navio. Eram cinco culpados, aos quais foram apresentadas as seguintes opções: voltarem à Inglaterra, onde seriam mortos enforcados ou restarem vivos na ilha, tentando a sorte. Eles escolhem tentar a sorte e se comprometem a cuidar da ilha.

Todas as medidas tomadas, chega a hora de partir no dia 19 de dezembro de 1686, 28 depois da chegada. O navio chega à Inglaterra em 11 de junho de 1687.

Posteriormente, vai à Lisboa e reencontra o capitão que o levou pela primeira vez à costa da África e a quem tinha deixado a responsabilidade de cuidar de suas terras e plantações no Brasil. Recebe o dinheiro equivalente à produção de sua fazenda no período em que esteve ausente. Após deixar suas riquezas em mãos confiáveis e seguras, e organizar seus negócios na colônia de Portugal

através de seu sócio, decide retornar à Inglaterra, não por mar, mas viajando pelas montanhas, onde Robinson, Sexta-Feira e outras pessoas enfrentam novos perigos.

Robinson não volta ao Brasil por motivos religiosos e vende suas propriedades no país. Casa, tem filhos, mas sua inclinação para viajar o leva às Índias Orientais em 1694.

Por último, retorna a sua ilha para fazer uma visita, ouvindo as histórias dos habitantes da sua propriedade e deixando suprimentos, animais e mulheres.

2.2. “Robinson Crusoe” entre os séculos XVII e XVIII.

Robinson Crusoe, nascido em 1632, é um grande representante do século XVII, considerado um período de mudanças em várias ordens, principalmente no tocante ao ser humano, isto é, ao indivíduo. Mudanças devem ser entendidas como dúvidas e incertezas, fato que dificulta seu entendimento e permite discussões sobre a sua natureza entre os historiadores atuais. “Com o século XVII”, afirma Rodrigues e Falcon, “abre-se um novo tempo, tempo de mudanças, de dúvidas, de indagações sobre tudo aquilo que faz parte do universo natural e humano.”²⁶ Segundo os mesmos autores:

Essa dificuldade de definir a marca do século XVII acabou por mostrar não só sua complexidade, mas sua importância como elemento definidor da modernidade. Foi exatamente no século XVII que se constituiu a base da crítica às formas ideais do Renascimento e que se abriu caminho para um processo de secularização que modificou a forma de produzir conhecimento ao acentuar a importância da razão como pressuposto da experiência, retomando o elogio do homem por um caminho que, ao mesmo tempo que dava novo alento à expressão das ações humanas em todos os setores da vida, mostrava como o século XVI havia corroído a idéia de humanidade pelas tensões políticas decorrentes da formação dos Estados modernos e pelos problemas religiosos que o século anterior vivera.²⁷

O novo, porém, não apenas ocorreu em vários campos, mas também em vários lugares da Europa²⁸. Contudo, é inegável que a Inglaterra assume uma posição diferenciada dos demais locais do continente europeu, pelo fato de suas

²⁶ RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; FALCON, José Calazans. *A formação do mundo moderno*, p. 173.

²⁷ RODRIGUES e FALCON. *A formação...*, p. 172.

²⁸ A idéia é apresentada por Hugh TREVOR-ROPER, *A crise do século XVII: religião, a reforma e mudança social*. O autor se opõe à teoria marxista, representada por Eric Hobsbawm e Christopher Hill, sobre as revoluções capitalistas burguesas do período, defendendo que as crises em toda a Europa refletiam uma crise entre sociedade e Estado.

mudanças terem ocorrido mais rapidamente, principalmente nos contextos político, econômico e jurídico. Não é a toa, portanto, que Robinson Crusoe era inglês, representando uma idéia de indivíduo que surgia no meio de tantas turbulências.

A despeito de sua história não fazer qualquer referência explícita ao que acontecia em Londres, além do fato de ele ter saído para o mar pela primeira vez em setembro de 1651, ou seja, em plena Guerra Civil, e de ter naufragado em setembro de 1659, um ano após a morte de Oliver Cromwell, consideramos pertinente dedicar algumas palavras ao período que vai de 1640 a 1688. Devemos resaltar mais uma vez que este trabalho não tem o objetivo de estudar detalhadamente a história inglesa. Apenas apontaremos alguns fatos de maneira a tentar entender o contexto da época.

O século XVII foi marcado especialmente pelo conflito permanente entre o Rei e o Parlamento. Religião, liberdade e propriedade eram os três objetivos a serem defendidos pelo segundo contra o primeiro. Essas três “palavras” são explicadas por Christopher Hill da seguinte maneira:

Elas podiam significar o direito de todo homem a fazer o que ele pudesse por sua própria conta, não impedido pela Igreja ou prerrogativas da Corte: incluíam a possibilidade de comércio livre, de expansão industrial e agrícola. Podiam significar a supremacia e liberação da common law e do controle parlamentar sobre a economia, no lugar da incompetente interferência real, da corrupção aos favoritos e de monopólios. Podiam significar o direito dos proprietários em taxarem a si mesmos e de supervisionar a maneira como o dinheiro arrecadado era usado, incluindo o controle das políticas estrangeiras. Podiam significar liberdade dos juízes de paz e de corporações de maneira a buscar os interesses locais, sem serem incomodados pelo *Privy Council* ou *Star Chamber*.²⁹

A distribuição de terras na Inglaterra, até 1640, já trazia consigo explicações sociais, pois as regiões norte e oeste tinham como proprietários a monarquia e a aristocracia, estruturadas sob o modelo feudal, ao passo que as regiões do sul e do leste, dominadas pela classe intermediária gentry, já estavam voltadas para o

²⁹ HILL, Christopher. *The century...*, p. 105, tradução livre: “They could imply the right of every man to do what he would with his own, unimpeded by Church or prerogative courts: they included the possibility of freer trade, of industrial and agricultural expansion. They could imply the supremacy of a liberalised common law and Parliamentary control of the economy, in place of incompetent royal interference and the corruption of favourites and monopolists. They could imply the right of the propertied class to tax themselves, and to supervise the way in which their money was spent, including control of foreign policy. They could imply freedom for Justices of the Peace and corporations to run local affairs as they thought best, undisturbed by Privy Council or Star Chamber.”

mercado³⁰. Esta divisão, que vai se alterar após 1640, conforme Christopher Hill, explica os motivos da Revolução Puritana³¹, uma vez que representava, indiretamente, o poder do Parlamento e o poder do Rei. A partir daí podemos entender a importância que a propriedade tem nesse contexto de transição.

No caso da religião, o problema vinha de tempos passados, desde o rompimento de Henrique VIII com a Igreja Católica na primeira metade do século XVI e criando o Anglicanismo, que serviu como instrumento dos reis para governar com maiores poderes. A religião é relevante no contexto político, pois a aristocracia era católica, ao passo que a gentry era essencialmente calvinista³².

Mudando o cenário de estabilidade construído pela Dinastia Tudor, cuja administração conseguia conciliar grande parte dos interesses envolvidos, Jaime I, sucessor de Elizabeth I, aproximou-se dos espanhóis e assumiu uma política exterior conciliadora, o que enfraqueceu a religião protestante. Além disso, teve problemas envolvendo a colonização da Irlanda.

Além destes fatos, na primeira metade do século XVII há duas manifestações jurídicas que evidenciam conflito entre Rei e Parlamento: em 1610 e em 1628, datas em que são redigidas as conhecidas *Petition of Right*. “El objeto de la contienda era siempre el mismo: redefinir, por un lado, los límites de la prerrogativa; consagrar de nuevo, por otro, los privilegios del Parlamento.”³³. A segunda petição, enviada já no reinado de Carlos I, tem especial importância, uma vez que foi redigida por Edward Coke, cujo pensamento pode ser resumido em uma passagem de seus *Institutos*: “el common law ha redimensionado tanto las

³⁰ ARRUDA, J. J. A. *A revolução inglesa*, adverte a grande segmentação social do período, o que mascara o perfil da estrutura social. Mesmo assim, diferencia três principais categorias rurais. No topo a aristocracia, “constituída pelos nobres de sangue cuja linhagem remonta à Idade Média, permanece na dependência de suas propriedades territoriais, ampliadas pela compra ou usurpação das terras dos mosteiros e/ou pela expropriação dos foreiros no decurso dos cercamentos.” (p. 34). Discute-se até que ponto se pode falar em crise dessa classe. Na base, os yeomen, espécie de “classe média rural”, vivendo entre a necessidade e a ascendência e representada por uma “grande variedade de situações sociais”. (p. 37). Dentro desse grupo existia a vertente declinante, reacionária e apegada a princípios feudais; e a vertente ascendente, que via na Revolução uma oportunidade de aumento das posses. Por fim, no grupo intermediário, estava a gentry, que será melhor analisada adiante, diante de sua importância no contexto.

³¹ HILL, Christopher. *The century of revolution*, p. 119 e 120.

³² ARRUDA, *A revolução...*, escreve que os puritanos, ou calvinistas, se dividiam entre os presbiterianos, “calvinistas ‘puros’, reivindicavam uma Igreja desligada do Estado” (p. 55); e os independentes, “calvinistas ‘radicais’, opunham-se a qualquer tipo de organização eclesiásticas”. (p. 55).

³³ MATTEUCCI, Nicola. *Organización del poder y libertad*, p. 87.

prerrogativas do rei, que estas não podem usurpar nem prejudicar o patrimônio de ninguém; e o melhor patrimônio que o cidadão tem é a lei do seu reino.”³⁴.

Contrapondo-se às ideias de Thomas Hobbes, Coke estava preocupado com a validade das leis perante a Magna Carta e também com a atuação do rei frente às leis.

Lúcidamente mostrou cómo el concepto moderno de soberanía contrastaba absolutamente con el rule of law, con la supremacía de la ley, que si encontraba en la base de la antigua Constitución inglesa. Dijo que, con el nuevo concepto de poder soberano, se debilitaba la Magna Charta y todos los sucesivos estatutos y, de esta manera, necesariamente se habría destruido la Constitución: <La Magna Charta es un coloso de estatura tal que no puede soportar ningún ‘soberano’ por encima de ella>. Defendió la supremacía del Parlamento, no su soberanía.³⁵

Embora o Rei tenha assinado a petição, o Parlamento não deu a ele o retorno pretendido em uma questão que envolvia impostos, o que levou a sua dissolução. Outro conflito, agora entre o Rei e a população, refere-se ao “ship money”, não autorizado pelo Parlamento e que consistia em fornecer “ao Estado um navio ou seu equivalente em dinheiro”³⁶.

Em 1640, a guerra com a Escócia obrigou o Rei Carlos I a aumentar os impostos e, conseqüentemente, a consultar o Parlamento. Este, por sua vez, após muitos anos sem ser consultado, impôs algumas condições ao Rei, o qual, ao se sentir acuado e desrespeitado, decidiu fechar o Parlamento novamente, chamando-se este período de Parlamento Curto. Alguns meses depois, porém, o Parlamento foi acionado, conseguindo desta vez sobreviver por mais tempo (Parlamento Longo) e aproveitando o momento para impôr limitações ao rei, como por exemplo em relação à manutenção do exército.

No entanto, surge uma divisão no Parlamento, o que certa maneira fortalece o poder real. Após apresentação do Rei em pleno Parlamento, exigindo a prisão de alguns perturbadores da ordem, inicia-se, em 1642, uma Guerra Civil.

³⁴ MATTEUCCI, N. *Organización...*, p. 87. Vale a pena conferir o texto de Christopher HILL, na obra *Origens intelectuais da Revolução Inglesa*, no qual o autor dedica um capítulo exclusivo para analisar o pensamento e a vida de Sir Edward Coke, demonstrando a importância de suas ideias (principalmente no plano jurídico) para a Revolução Inglesa (p. 303 a 357).

³⁵ MATTEUCCI, N. *Organización...*, p. 88.

³⁶ ARRUDA, J. J. A. *A revolução...*, p. 72. Personagem importante nesse conflito foi John Hampden, primo de Oliver Cromwell, que se recusou a pagar a quantia, mas foi absolvido.

Esta só acaba em decorrência da intervenção de um novo exército liderado por Oliver Cromwell, o qual decide aprisionar o Rei de maneira que este não fizesse planos junto aos seus no Parlamento.

Nesse cenário, surge um “movimento democrático” dissidente dentro do Exército, comandado por John Liburne, denominado de *Levellers* (Niveladores). Defendia que a supremacia do Parlamento só seria justificável se esta supremacia fosse derivada das pessoas (entenda-se como povo, embora esta expressão ainda fosse vaga na época). A redistribuição de votos era uma das reformas pretendidas pelo movimento, mas como ressalva Hill, “muitos líderes dos *Levellers* queriam o voto livre apenas para os ingleses considerados livres”.³⁷ Além disso, queriam a separação entre Estado e Igreja, melhor distribuição de terras, de maneira que a pequena propriedade fosse protegida, e o fim dos cercamentos.

Aproveitando-se do momento de instabilidade política, Cromwell é vitorioso em nova Guerra Civil, assume também o controle do Parlamento e julga o Rei, o qual é decapitado. Não se deve pensar que uma nova era liberal seria iniciada, pois, como atestam muitos historiadores, Cromwell pode ser visto como um conservador, desejando preservar a “ordem” inglesa. Asa Briggs resume o contexto:

“Mas não foi, de facto, <o monstro com muitas cabeças> que acabou por tirar proveito tanto da Guerra Civil como do Interregno, entre 1649 e 1660, e sim a <grande e pequena nobrezas>. Os Diggers fracassaram na sua tentativa, e os Levellers foram eliminados em 1649, depois de se revoltarem contra Cromwell e os outros chefes militares. Do mesmo modo, nenhum dos grupos religiosos radicais, como os Ranters, conseguiu realizar a sua utopia. Houve decerto algumas inovações notáveis: a tolerância religiosa foi estendida a um grande número de seitas puritanas menos radicais, vastas áreas de terras eclesiásticas e realengas confiscadas mudaram de mãos, Cromwell aceitou o regresso dos judeus (se bem que não lhes tenha dado quaisquer direitos de cidadania) e publicaram-se diversas reformas legais. Mas o mesmo Cromwell, que exerceu o poder como <pai desta família>, <polícia desta paróquia>, até a morte em 1658, era de facto essencialmente conservador e o Parlamento continuou a ter uma história acidentada, e foi purgado, nomeado, dissolvido, reformado. E não se verificou qualquer alteração importante na situação dos despossuídos.”³⁸

Após a morte de Oliver Cromwell, assume Carlos II e inicia-se o período que seria chamado de Restauração, o qual coincide, como já foi lembrado, com o período em que Robinson Crusoe habita sua ilha.

³⁷ HILL, C. *The century...*, p. 128, tradução livre: “most of the Leveller leaders wanted the vote to be given only to ‘freeborn Englishmen’.”

³⁸ BRIGGS, Asa. *História social da Inglaterra*, p. 154.

Não se trata de uma contra-revolução. Segundo Woodward, "(...) O regresso da monarquia surgiu, muito simplesmente, com uma reversão à forma de governo que existiria anteriormente ao uso infeliz do poder real nas mãos de Carlos I."³⁹. Aliás, é o Parlamento que toma medidas novas, principalmente ao impôr um anglicanismo rígido, o que garantia maior poder do Parlamento e, conseqüentemente, da gentry⁴⁰.

O que se vê no período em que Carlos II foi rei é sua aproximação com os franceses e a busca da tolerância aos católicos. O Parlamento, porém, estava atento. Com a morte de Carlos II, assume seu irmão, Jaime II, mas que por cometer erros semelhantes aos dos seu antecessores, principalmente quanto à defesa do catolicismo, acaba se isolando.

Além deste erro religioso, Jaime II quis concentrar muitos poderes nas suas mãos, chegando, para atingir este objetivo, a violar as leis do reino, como por exemplo, manter um exército permanente mesmo em um tempo de paz. Além disso, instaurou a Corte de Alta Comissão, responsável por atacar as universidades. Conforma Trevelyan,

"Jaime continuou violando as leis. A prerrogativa era tudo e os estatutos nada, caso não fossem do agrado do rei. Em 1686 o ataque direto à Igreja da Inglaterra foi preparado pela restauração da Corte da Alta Comissão para governar a Igreja em virtude da Supremacia real, com o poder de suspender e despojar clérigos desobedientes. Esta Corte era ilegal, pois havia sido abolida por estatuto na primeira sessão do longo parlamento em 1641, futuros monarquistas e parlamentaristas votando em total acordo."⁴¹

Temerosos com o crescente poder de Jaime II, que queria ainda organizar uma nova Câmara dos Comuns que se adaptasse aos seus interesses, os partidos da época, torie e whig, esqueceram suas diferenças para convidar Guilherme de Orange, da Holanda, e sua mulher, filha mais velha de Jaime II, Maria, para exercer um poder real limitado e expulsar o atual Rei.

A Revolução Gloriosa estava feita, mas com medidas preventivas tomadas pelo Parlamento. A principal delas foi a *Bill of Rights*, de aparência tradicional, mas

³⁹ WOODWARD, E. L. *Uma história da Inglaterra*, p. 138.

⁴⁰ Segundo Arruda, *A revolução...*, a gentry era um segmento difuso, de composição variada. "A gentry não era apenas uma classe de proprietários agrícolas capitalistas em formação; era uma ideologia em expansão. A impulsão econômica do século XVI e XVII foi o elemento unificador desta camada social. Eram proprietários livres de suas terras, sequiosos pela expansão de seus domínios, que mantinham a mesma relação com os meios de produção na medida em que se definiam como produtores para o mercado capitalista." (p. 40).

⁴¹ TREVELYAN, George McCaulay. *A revolução inglesa*, p. 32.

que assumiu uma natureza revolucionária, segundo Matteucci, “casi anticipando las Declaraciones de derechos del hombre y del ciudadano”. Prossegue ele:

(...) Se trataba de un verdadero y auténtico contrato entre el Parlamento, intérprete de la nación, y el rey, que se convertía en tal sólo por voluntad del Parlamento, com base en claras cláusulas, que limitaban la prerrogativa y establecían las condiciones constitucionales mediante las cuales la monarquía podía existir y funcionar. La fórmula jurídica, o la naturaleza contractualista del *Bill*, es revolucionaria, el contenido, tradicional: se reivindican todos los derechos violados por los Estuardo durante un siglo y se establecen claramente todos los límites del poder del rey, con el fin de evitar que, en el futuro, existiera incertidumbre y por consiguiente ocasión de conflicto.⁴²

Ao analisar as consequências da Revolução Gloriosa, Arnold Hauser conclui que o Parlamento não representava o povo, uma vez que o objetivo seria apenas firmar as bases do capitalismo que se desenvolveria nos séculos seguintes. “A Revolução não resultou em nova distribuição da propriedade econômica, mas criou direitos à liberdade que beneficiaram, em última instância, a nação inteira e todo o mundo civilizado.”⁴³

A mesma conclusão é dada por Arruda, o qual enfatiza a ascensão da gentry, muito mais com o avanço dos cercamentos das terras comuns⁴⁴ e com o confisco e taxaço das terras da aristocracia. Destaca que a burguesia mercantil também obteve vantagens com a Revolução. O catolicismo estava enterrado e o protestantismo se fortalecia. Ideologicamente, afirmam-se o individualismo e a teoria do contrato, bases do liberalismo.

Para Thompson,

“o que estava em questão, de um lado, era exatamente uma redefinição capitalista do “fundamento do estatuto da propriedade”, passagem do “antigo direito” ao “direito natural” e ao direito de aquisição, uma redefinição do modo e da organização da produção pela passagem da quase auto-suficiência à comercialização de bens visando ao lucro e uma redefinição das relações de produção pela passagem das coações atomizadas de um mercado de trabalho livre.”⁴⁵

⁴² MATTEUCCI, N. *Organización...*, p. 144.

⁴³ HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*, p. 535.

⁴⁴ Sobre o cercamento das terras comuns no século XVIII, conferir também E. P. THOMPSON, *Costumes em comum*, obra na qual o autor dedica um capítulo (Costume, lei e direito comum, p. 86 – 149) para discutir a respeito dos costumes e das leis para tratar a questão dos cercamentos. São apresentadas idéias filosóficas da época, como Locke e Blackstone, mas também casos judiciais, revoltas da população prejudicada etc.

⁴⁵ THOMPSON. E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: A peculiaridade dos ingleses e outros artigos, p. 214 e 215.

E conclui o mesmo autor que

“a Revolução de 1688 permitiu não um compromisso entre o “feudalismo” e o “capitalismo”, mas um arranjo exatamente apropriado ao equilíbrio de forças sociais do momento e, ao mesmo tempo, suficientemente flexível para durar. Os beneficiários do entendimento foram precisamente aqueles que estavam representados no Parlamento, isto é, as pessoas que gozavam de uma propriedade substancial e, especialmente, de uma propriedade fundiária.”⁴⁶

As portas estavam abertas para Robinson conquistar sua ilha e garantir seu direito de propriedade.

⁴⁶ THOMPSON, E. P. Modos de dominação..., p. 216.

Capítulo 3. Em busca da individualidade

No primeiro parágrafo da narrativa escrita por ele mesmo, Robinson Crusoe faz a sua apresentação, comentando rapidamente a história de sua família:

Nasci no ano de 1632, na cidade de York, de boa família, mas não daquela região, pois meu pai, sendo um forasteiro de Bremen estabeleceu-se primeiro em Hull. Construiu um sólido patrimônio no comércio e, depois de deixar os negócios, passou a viver em York. Lá casou-se com minha mãe, cuja família se chamava Robinson, uma gente muito respeitada daquela região, sendo eu por isso batizado Robinson Kreutznaer. Porém, com a corrupção das palavras tão usual na Inglaterra, agora somos chamados, ou melhor, nós nos chamamos e escrevemos nosso sobrenome 'Crusoe'. E foi assim que meus colegas sempre me chamaram.

Eu tinha dois irmãos mais velhos. Um deles, tenente-coronel de um regimento de infantaria inglês em Flandres, outrora comandado pelo famoso coronel Lockhart, morreu em batalha contra os espanhóis nas imediações de Dunquerque. Mas eu nunca soube o que aconteceu com meu segundo irmão, assim como meu pai e minha mãe nunca souberam o que aconteceu comigo.⁴⁷

Isto confere não apenas um grau de realidade à narrativa, mas acima de tudo, dá uma identidade, uma singularidade àquele que está falando. Estamos diante de alguém, como escreve John Richetti, "com uma identidade única, um veículo para significados gerais, mas também um narrador que clama acima de tudo em ser uma pessoa real (não obstante a natureza de sua vida), da mesma maneira que todo indivíduo que lê sua meticulosa história quer."⁴⁸

Em decorrência da morte e do desaparecimento dos irmãos, o pai de Robinson aconselha seu terceiro filho a seguir o Direito, de maneira que isso lhe permitisse ter uma vida confortável, sem altos ou baixos, uma condição invejada pelas pessoas, chamada de "condição mediana". Esta, nas palavras do pai, era aquela

que sofria menos infortúnios e não estava exposta a tantas vicissitudes quanto as partes superior e inferior da humanidade (...) Disse-me que a condição mediana estava adaptada a todos os tipos de virtudes e a todos os tipos de satisfação; que paz e plenitude eram as criadas de uma fortuna mediana; que temperança, moderação, sossego, saúde, cordialidade, sendo todos usos aprazíveis e prazeres desejáveis, eram as bênçãos que

⁴⁷ DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*, p. 13. A partir deste momento, utilizaremos a sigla "RC" para indicar esta obra. Caso o leitor tenha interesse em ler a obra na língua original, em inglês, sugerimos o da Editora Penguin.

⁴⁸ RICHETTI, John. *The life of Daniel Defoe*, p. 185, tradução livre: "with a unique identity, a vehicle for generalized significance but also a speaker who claims first and foremost to be a real person (despite the extraordinary nature of his life) just like each individual reader of his meticulously rendered story."

aguardavam a condição média de vida. Era desse modo que os homens passavam de maneira discreta e suave pelo mundo e saíam dele confortavelmente, sem ser perturbados pela lida braçal ou cerebral.⁴⁹

No entanto, apenas tendo uma educação básica e sem ter preparo para qualquer ofício, “meus pensamentos estavam de tal forma inclinados a conhecer o mundo”⁵⁰, os quais se concretizam em setembro de 1651. Esse estado de espírito de Robinson é a prova do novo comportamento que se esperava dos homens. Com as mudanças do século XVII,

os homens percebem que não podem ficar alheios ao que se passa em torno deles e assumem um olhar crítico que descobre tantas outras coisas, a realidade do mundo, as questões sociais, os limites do poder, a grandeza da sociedade, o jogo da política e entre as quais, a nova filosofia e a nova ciência.⁵¹

Depois dessa primeira viagem, Robinson nunca mais volta à casa de seus pais. Realiza viagens, é feito escravo, compra terras no Brasil, até que em setembro de 1659 parte para a viagem que o levaria a ficar 28 anos em uma ilha. Inicia-se, assim, a segunda parte do relato da vida do ex-marinheiro, período que mais interessa a esse trabalho.

3.1. Carreguei para o interior dessa cerca todos os meus tesouros

A permanência insular de Robinson, uma vida solitária, permite observar a descoberta do indivíduo na sua forma mais concreta, uma das características que diferenciam a Literatura do Direito, tal como foi ressaltado no início deste trabalho.

Robinson encarna um indivíduo concreto e determinado e não um tipo abstrato e convencional: o personagem é pela primeira vez na ficção inglesa uma pessoa definida pelas suas características sociais, por uma consciência, por uma psicologia. É um indivíduo vivendo em circunstâncias particulares.⁵²

⁴⁹ RC, p. 14.

⁵⁰ RC, p. 15.

⁵¹ RODRIGUES e FALCON. *A formação...*, p. 173.

⁵² ENGÉLIBERT, Jean-Paul. *La postérité de Robinson Crusoé : un mythe littéraire de la modernité 1954 – 1986*, p. 71, tradução livre: “Robinson incarne un individu concret et déterminé et non un type abstrait et conventionnel: le personnage est pour la première fois dans la fiction en prose anglaise une personne définie par des caractéristiques sociales, par une conscience, par une psychologie. C’est un individu vivant dans des circonstances particulières.”

Sua humanidade, refletida pelas suas reflexões e seus medos, já é demonstrada na chegada à ilha, quando ergue os braços ao céu para agradecer à deus. Mas ao olhar para si, percebe sua condição desfavorável.

Depois de aplacar meus pensamentos com a parte consoladora de minha condição, tratei de olhar em volta para ver o tipo de lugar onde estava e o que devia fazer em seguida. Então minha alegria logo arrefeceu. Em poucas palavras, minha salvação fora terrível: eu estava encharcado, não tinha roupas para trocar, não tinha comida nem bebida para me saciar, nem via qualquer perspectiva pela frente exceto morrer de fome ou ser devorado por feras selvagens. O mais aflitivo era eu não ter nenhuma arma, fosse para caçar e matar algum animal para me sustentar, fosse para me defender de algum outro animal que quisesse me matar para o seu sustento. Resumindo, todas as minhas provisões consistiam em uma faca, um cachimbo e um pouco de fumo num estojo.⁵³

Preocupado com a escassez de provisões, sem sequer saber se a ilha era habitada, Robinson, ao visualizar no dia seguinte o navio, “objeto transicional entre natureza selvagem e cultura, *deus ex machina* da narrativa”⁵⁴, decide ir em busca de bens que lhe fossem úteis. Realiza várias viagens até a embarcação para conseguir provisões: comidas, bebidas, mantimentos, roupas, ferramentas, armas, munições, redes de dormir e até dinheiro. Segundo Ost, “não se sabe exatamente se prevalece aqui a satisfação do comerciante que contabiliza seus estoques, ou o reflexo compensatório do naufrago que busca compulsivamente, no acúmulo de objetos, um substituto à presença humana.”⁵⁵

Evidencia-se, assim, a preocupação de Robinson em afastar qualquer impressão de selvageria e desordem, qualquer aspecto que pudesse afastá-lo da civilização. Vestir roupas, mesmo sem qualquer presença humana, era necessário para que Robinson estabelecesse uma diferença com os animais.

Sua primeira relação com a ilha foi com pássaros desconhecidos, quando “atirei num grande pássaro que estava pousado em uma árvore na orla de um grande bosque, e penso que aquela foi a primeira arma a atirar ali desde a criação do mundo”, mas logo conclui utilitariamente que “ela não tinha garras e sua carne era podre, não servindo para nada.”⁵⁶. O fuzil, interpreta Ost, é “o sinal da

⁵³ RC, p. 48.

⁵⁴ OST, F. *Contar...*, p. 253.

⁵⁵ OST, F. *Contar...*, p. 253 e 254.

⁵⁶ RC, p. 53.

superioridade ocidental à distância, essa distância respeitável que Robinson saberá tão bem manter com todas as criaturas”⁵⁷.

A passagem vem ao encontro das conclusões de Keith Thomas sobre a relação entre o homem e a natureza nos séculos XVII e XVIII, de que

nas época Tudor e Stuart a atitude característica foi de exaltação de um domínio humano tão arduamente conseguido. O controle do homem sobre a natureza era o ideal conscientemente proclamado dos primeiros cientistas modernos. Não obstante, apesar do imaginário agressivamente despótico explícito em seu discurso de ‘posse’, ‘conquista’ e ‘domínio’, eles encaravam sua tarefa, graças a gerações de pregação cristã, como inocente do ponto de vista moral.⁵⁸

O “controle” do homem sobre a natureza consiste em uma marca do homem moderno, que persiste até hoje na sua relação com a natureza. “A modernidade ocidental transformou a natureza em ‘ambiente’: simples cenário no centro do qual reina o homem, que se autoproclama ‘dono e senhor’.”⁵⁹.

É o que se pode dizer, seguindo a interpretação de Ian Watt, de que “a paisagem da ilha convida não à adoração, mas à exploração: Crusoe se preocupa tanto com as maneiras de cultivar suas terras que não dispõe de tempo para perceber que elas também compõem uma paisagem.”⁶⁰.

Causa estranhamento ao fato de Robinson não pronunciar “nenhuma palavra sobre as belezas e os horrores da ilha, nenhuma aproximação à sua alteridade, a seus mistérios, à sua estranheza, que não seja de saída, o golpe de picareta do construtor.”⁶¹.

“Golpe de picareta”, este era o próximo passo: transformar de maneira a atender as necessidades humanas. “Meu trabalho seguinte foi explorar a região a fim de encontrar um lugar apropriado para minha habitação, armazenar meus pertences e protegê-los do que pudesse acontecer.”⁶². Armazenar e proteger são sinônimos para organizar. Começa então a empreitada para construir um abrigo, ou segundo Robinson, uma fortaleza.

⁵⁷ OST, F. *Contar...*, p. 254.

⁵⁸ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*, p. 34 e 35.

⁵⁹ OST, F. *A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito*, p. 10.

⁶⁰ WATT, Ian. *A ascensão do romance*, p. 64.

⁶¹ OST, F. *Contar...*, p. 254.

⁶² RC, p. 52.

“Todos os meus pensamentos estavam concentrados em me proteger, ou dos selvagens (...) ou dos animais selvagens (...). Pensei muito num método de proteção e no tipo de morada que devia construir: se faria uma toca escavada na terra ou uma tenda em cima dela.”⁶³. Após refletir, considerou que sua moradia deveria garantir saúde e água fresca, abrigo do calor do sol, segurança e visão do mar.

Ao narrar o processo de construção, Robinson conta como gastou tempo e trabalho para erguer as estacas que o protegeriam do mundo exterior, de modo que “fiz a entrada no local não para ser uma porta, mas uma pequena escada de mão para subir ao topo. E estando do lado de dentro, eu a recolhia, ficando, assim pensava, completamente defendido e fortificado de todo mundo.” Em seguida, “carreguei para o interior dessa cerca, ou fortaleza, todos os meus tesouros, minhas provisões, munição e gêneros que enumerei há pouco.”⁶⁴. Trata-se do “entrincheiramento”, o que demonstra que “propriedade e segurança estão intimamente ligadas, a cada apropriação corresponde um ‘alarme’ proporcional a seu valor.”⁶⁵.

Ao construir as cercas, Robinson não apenas se protege, mas acima de tudo estabelece fronteiras, seja entre o público e o privado, seja entre o que está “dentro” e o que está “fora”. Trata-se de expurgar a ambivalência, segundo Bauman, isto é, “assegurar a supremacia para uma ordem projetada, artificial, é uma tarefa de duas pontas. Requer unidade e integridade do reino e segurança das fronteiras. Os dois lados da tarefa convergem para um esforço único – o de separar “dentro” e “fora”.”⁶⁶.

A questão da fortaleza de Robinson, porém, será explorada mais adiante, pois antes temos de analisar como Robinson, após apropriar-se de objetos, consegue localizar-se no espaço-tempo, reconhecendo-se, ou, como chama Ost, a “reapropriação de si”.

3.2. Cheguei em terra aqui no dia 30 de setembro de 1659

⁶³ RC, p. 57.

⁶⁴ RC, p. 58.

⁶⁵ OST, F. *Contar...*, p. 255.

⁶⁶ BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*, p. 33.

Após o árduo trabalho de reunir e organizar seus objetos, Robinson contempla o resultado e se orgulha ao perceber que “se alguém pudesse ver a minha caverna, ela daria a impressão de um armazém geral de todas as coisas necessárias. E tinha tudo tão ao alcance da mão que me dava um enorme prazer em ver todos os meus bens em boa ordem e, em especial, perceber como era grande meu estoque de utensílios.”⁶⁷

Mas isso não era suficiente para ele se reconhecer, se “reapropriar”. Para tanto, Robinson tinha de se localizar no tempo e no espaço. Pelos seus cálculos, como um típico homem da ciência da época, descobriu que chegou à ilha em 30 de setembro. Muito mais do isso, “o sol, estando para nós em seu equinócio outonal, estava quase sobre a minha cabeça. Por observação, então, avaliei que estava na latitude de 9 graus e 22 minutos ao norte do equador.”⁶⁸

Saber isto de nada adiantaria se não pudesse ser registrado. A maior preocupação de Robinson era

não ser capaz de diferenciar os sábados dos dias de trabalho. Para evitar isso, entalhei com a faca o seguinte em letras maiúsculas, num grande poste que transformei numa cruz: ‘Cheguei em terra aqui no dia 30 de setembro de 1659’. Então, finquei-o na praia onde havia chegado inicialmente. Nos lados desse poste quadrado, todos os dias eu fazia um entalhe com a faca. Cada sétimo entalhe era mais comprido que os outros, e cada primeiro dia do mês era do comprimento desse longo. Assim mantive meu calendário, com uma marcação semanal, mensal e anual do tempo.⁶⁹

Esta passagem é com certeza uma das mais fascinantes da obra, pois ela é uma das principais responsáveis em garantir a individualidade de Robinson. “A temporalidade corresponde, assim, à individuação do herói: é porque Robinson suporta, capta e utiliza a disciplina de tempo e espaço que ele pode adquirir uma biografia, isto é, uma individualidade.”⁷⁰

Segundo Watt, partindo do entendimento de Locke de que a identidade é construída dentro de um lapso temporal, com passado e futuro (princípio da individuação), “(...) as personagens de um romance só podem ser individualizadas se estão situadas num contexto com tempo e local particularizados”. Isso explica

⁶⁷ RC, p. 65.

⁶⁸ RC, p. 61.

⁶⁹ RC, *ibidem*.

⁷⁰ ENGELIBERT, J. P. *La postérité...*, p. 74, tradução livre: “La temporalité ainsi mise en oeuvre correspond à l’individuation du héros : c’est parce qu’il subit, perçoit et utilise les contraintes du temps et de l’espace que Robinson peut acquérir une biographie, c’est-à-dire une individualité.”

porque a forma literária “romance” que surge no século XVII se diferencia das expressões literárias passadas.

O enredo do romance também se distingue da maior parte da ficção anterior por utilizar a experiência passada como causa da ação presente: uma relação causal atuando através do tempo substitui a confiança que as narrativas mais antigas depositavam nos disfarces e coincidências, e isso tende a dar ao romance uma estrutura muito mais coesa. Ainda mais importante, talvez, é o efeito sobre a caracterização da insistência do romance no processo temporal. (...) em geral, porém, mais que qualquer outro gênero literário, o romance se interessou pelo desenvolvimento de suas personagens no curso do tempo.⁷¹

Em outras palavras, ao se localizar nessas duas dimensões, Robinson encontra “um meio de ele se reinserir numa duração significativa”⁷². O calendário é um objeto científico, cultural, religioso e um objeto social, tal como explica Jacques Le Goff. O historiador, ao explicar as diferentes divisões do calendário, destaca que, dando razão à preocupação de Robinson,

a grande virtude da semana é introduzir no calendário uma interrupção regular do trabalho e da vida cotidiana, um período fixo de repouso e tempo livre. A sua periodicidade pareceu adaptar-se muito bem ao ritmo biológico dos indivíduos e também às necessidades econômicas das sociedades.⁷³

Ao completar um ano de sua chegada à ilha, “fiz as marcas no poste e descobri que já estava nesta terra havia trezentos e sessenta e cinco dias. Guardei este dia com um jejum solene. Reservei-o para o ofício religioso, arrojando-me ao chão com a mais compenetrada humildade.”⁷⁴

O próximo passo para construir sua individualidade foi a escrita de um diário sobre suas atividades na “Ilha do Desespero”, como a denominou, no qual Robinson descreve a “meteorologia”, isto é, se choveu ou fez sol em cada dia, acompanhado de suas ocupações, tais como caça, caminhadas, trabalhos manuais, bem como de

⁷¹ WATT, Ian. *A ascensão...*, p. 22 e 23.

⁷² OST, F. *Contar...*, p. 257.

⁷³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*, p. 507. Le Goff ensina que o calendário representa um importante instrumento de poder, seja religioso ou laico, pois permite controlar os homens nas atividades econômicas. “A construção de um calendário é o resultado da observação dos ciclos cósmicos (*cf. ciclo, cosmologias, astronomia*), praticada muitas vezes por especialistas, membros de um clero (*cf. clérigo/leigo*) ou intelectuais a serviço das autoridades estatais. Estes ciclos projetam-se na organização das atividades humanas, já que a natureza fornece à cultura (*cf. natureza/cultura*) uma distinção entre a festa e os dias normais, os períodos fastos e os nefastos (*cf. astrologia*) etc. O conteúdo de um calendário está ligado ao complexo jogo de relações entre as exigências da religião e a vida econômica e social (*cf. sagrado/profano*).” (p. 477).

⁷⁴ RC, p. 94.

seus sentimentos e necessidades. Esse ato de narrar é o reflexo do que ocorria no século XVII em relação à individualidade. Vale a pena transcrever uma passagem da *História da Vida Privada*, quanto às práticas literárias da época:

A prática do diário não pára de crescer durante toda a era clássica: diário de depoimento urbano, diário de viagens, forma amplificada do livre de raison. De repente, a visão do sujeito adquire importância. Contra a opinião pública, sua visão, sua palavra são apresentadas como garantias da verdade do que é dito. Na realidade, o desenvolvimento da escritura íntima (não destinada à publicação) não traduz diretamente, por seu próprio objeto, a constituição de um espaço privado. (...) Na própria prática da escritura, o sujeito que escreve se coloca como o fundamento da verdade daquilo que enuncia. O que garante a veracidade do conteúdo do diário paradoxalmente pertence ao não-público, ao privado e ao íntimo. A verdade não tem de ser demonstrada, provada, ela não se refere aos atos públicos do sujeito, não pertence ao grupo, aos depoimentos majoritários, pertence inteiramente a esse olhar individual, à margem, quase secreto, lançado sobre as coisas e o mundo. E é desse privilégio que o autor do diário está consciente quando se põe a redigi-lo.⁷⁵

Outro fato de importância máxima na história de Robinson refere-se ao plantio, inicialmente feito inconscientemente e por distração. Depois das chuvas, no começo do ano de 1660, ele, “sem notar nada”, jogou palhas de milho fora, de maneira que o saco pudesse ser utilizado para outras finalidades.

Então, quando nem me lembrava mais de ter jogado alguma coisa fora, um mês depois, mais ou menos, vi algumas hastes verdes brotando do chão. (...) fiquei surpreso e muito espantado quando, depois de mais algum tempo, vi brotarem cerca de dez ou doze espigas. Estas eram cevada verde perfeita (...).⁷⁶

A partir deste momento, cultiva a cevada com objetivo de fabricar pão, o que só viria acontecer anos depois. Além desta, Robinson planta arroz. Mais surpreendente e agradável, porém, ocorreu em meados de julho de 1660, precisamente no dia 16, quando

⁷⁵ GOULEMOT, Jean Marie. *As práticas literárias ou a publicidade do privado*. In: CHARTIER, Roger (org.). *A história da vida privada* 3, p. 392. O editor, no prefácio do livro de Robinson Crusoe, escreve: “Se alguma vez já valeu a pena tornar pública a história das aventuras pelo mundo de algum homem em especial, bem como torná-la aceitável quando publicada, o editor tem como certo ser esse o caso deste relato. (...) O editor também acredita tratar-se de uma história verdadeira dos fatos, não havendo nela qualquer aparência de ficção. No entanto, como todas essas coisas são questionáveis, julga que o aproveitamento da história será o mesmo, tanto para a diversão como para a instrução do leitor. E como tal, sem mais elogios ao mundo, acredita estar prestando um grande serviço com a sua publicação.” (p. 11).

⁷⁶ RC, p. 73.

encontrei frutas diferentes, e, em especial, uma grande abundância de melancias pelo chão e uvas nas árvores. (...) Preparei-as, curando-as ao sol para conservá-las como uvas secas, ou passas, pensando que seriam, como de fato foram, tão saudáveis como saborosas quando não fosse época de uvas.⁷⁷

Robinson encontra também limas e limões. Contudo, coletar frutos ou “plantar ao acaso” não era suficiente para Robinson, diante de tanta terra fértil, que poderia ser utilizada de maneiras melhores, trabalhando (transformando) a natureza. Antes, era necessário observá-la.

Verifiquei então que as estações do ano podiam ser divididas, no geral, não em verão e inverno, como na Europa, mas em estações chuvosas e estações secas, que ocorriam geralmente assim:

Metade de fevereiro, março, metade de abril, chuvosa, com o sol no equinócio ou perto dele.

Metade de abril, maio, junho, julho, metade de agosto, seca, com o sol ao norte da linha do Equador.

Metade de agosto, setembro, metade de outubro, chuvosa, com o sol tendo voltado então ao Equador.

Metade de outubro, novembro, dezembro, janeiro, metade de fevereiro, seca, com o sol ao sul da linha.⁷⁸

A observação autônoma, sem a necessidade da intermediação de alguém (por exemplo, da Igreja), principalmente em relação aos fenômenos naturais, segundo Norbert Elias, foi fator determinante para o processo de individualização nos séculos XV a XVII.

No decorrer dessas descobertas sobre os eventos naturais, as pessoas perceberam novas coisas a seu próprio respeito. Não apenas aprenderam cada vez mais a chegar a certezas sobre eventos naturais através do pensamento e observação metódicos, como também se conscientizaram cada vez mais de si mesmas como seres capazes de obter essas certezas através de sua própria observação e reflexão individuais. Sua imagem do universo físico mudou, e também sua auto-imagem. No tocante a si mesmas, mostraram-se menos inclinadas a aceitar a imagem tradicional proposta pelas autoridades.⁷⁹

Entender como funcionava a natureza e seus fenômenos pode ser considerado uma conquista humana. No entanto, cultivar a terra, de maneira a produzir alimentos que antes a natureza, por si só, não oferecia, é uma conquista ainda maior. Ao estudar como a mata virgem era vista pelos homens nos séculos

⁷⁷ RC, p. 91.

⁷⁸ RC, p. 97.

⁷⁹ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, p. 85.

XVII e XVIII, Keith Thomas conclui que “para muitos, esse processo [transformar as terras em aráveis ou pastagens, em uma charneca] simbolizava o triunfo da civilização. As florestas tinham sido sinônimo de rusticidade e perigo, como nos lembra o termo ‘selvagem’ (de *silva*, selva).”⁸⁰. Robinson sabia disso.

3.3. Mas me ocorreu então que teria de manter as domésticas longe das selvagens

“Reassegurado aos poucos em seu eu e nos seus bens, Robinson inicia, muito lentamente, é verdade, uma tímida re-socialização, com se lhe fosse dado por fim sair de seu autismo. Esta começa, como convém, pela sociedade animal.”⁸¹.

Após rápida inspeção na ilha, para que pudesse conhecer melhor o outro lado, Robinson descobre lebres, raposas e papagaios. Acaba voltando para sua “casa”, como a chama, com um papagaio e com um cabrito pequeno. O primeiro, chama de Poll, e a quem ensina falar o nome do dono, isto é, “Robinson Crusoe”. Já o segundo, após Robinson alimentá-la, “se tornou tão amável, tão dócil e tão afeiçoada, que daquele momento em diante passou a ser um de meus animais domésticos também, e nunca mais me abandonou.”⁸²

Segundo Roland Barthes, a domesticação do animal é o processo simétrico à própria transformação de Robinson em homem. Ao domesticar o papagaio, ele encontra um substituto da linguagem, ao passo que ao domesticar o cabrito, Crusoe encontra um substituto para o afeto. Muito mais do que isso, porém, a domesticação “hominiza”:

Robinson Crusoe = principais formas de relação do homem com o animal. Acesso à humanidade: através de um processo de poder sobre as coisas (utensílios), sobre os animais (domesticação). O último estágio dessa ‘hominização’ é mais interessante: criar afeto com o poder, criar um poder-afeto, usar o poder para receber afeto. O homem nasceu, de fato, em Robinson Crusoe – com o cabrito.⁸³

Estes animais, portanto, não representavam problemas para Robinson, diferentemente dos animais selvagens que acabavam com suas plantações. “Não vi

⁸⁰ THOMAS, Keith. *O homem...*, p. 232.

⁸¹ OST, F. *Contar...*, p. 257.

⁸² RC, p. 102.

⁸³ BARTHES, Roland. *Como viver junto*, p. 51 e 52.

outro remédio para isso senão cercá-la com uma sebe. (...) Disparando em algumas criaturas durante o dia, colocava o cão de guarda à noite (...).⁸⁴ Se o problema estava resolvido na terra, o mesmo não poderia ser dito em relação ao ar, uma vez que os pássaros começaram a atacar a cevada e o arroz. A solução encontrada por Robinson baseou-se no Direito Penal da época. Após matar três aves, “as apanhei e usei como se faz com ladrões notórios na Inglaterra, ou seja, deixei-as penduradas para aterrorizar as outras.”⁸⁵

Robinson observa que sua pólvora estava acabando e que não poderia ser repostada. Decide apanhar mais cabras para ter um bom rebanho, pois era essa a única maneira de continuar a ter carne fresca mesmo após o término da pólvora. A passagem em que ele descreve a domesticação das cabras é curiosa:

mas me ocorreu então que teria de manter as domésticas longe das selvagens, senão elas sempre seriam selvagens quando crescessem. A única maneira de conseguir isso era ter um pedaço de terra fechado, bem cercado como uma cerca viva ou paliçada, guardando-as, para que não pudessem fugir, nem as de fora pudessem entrar.⁸⁶

Mais uma vez é perceptível a angústia de Robinson em tentar afastar qualquer elemento selvagem, que representasse um afastamento da civilização. Estabelecer, conforme Bauman, o que está dentro e o que está fora. Tal tarefa consumiu três meses de trabalho, mas

cerca de um ano e meio depois, eu tinha um rebanho com cerca de doze cabras, bodes e cabritos. Em outros dois anos, juntei 43, além dos muitos que matei para comer. Depois disso, cerquei cinco terrenos para alimentá-los, com pequenos gradeados para tangê-los para dentro e retirá-los quando quisesse, e porteiras ligando um pasto ao outro.⁸⁷

⁸⁴ RC, p. 105.

⁸⁵ RC, p. 106. Trata-se da antecipação do que no Direito Penal moderno se chamou prevenção geral da pena. Segundo Jorge de FIGUEIREDO DIAS, *Questões fundamentais do direito penal revisitadas*, “o denominador comum das doutrinas da prevenção geral radica, como se sabe, na concepção da pena como instrumento político-criminal destinado a *atuar (psiquicamente) sobre a generalidade dos membros da comunidade, afastando-os da prática de crimes através da ameaça penal estatuída pela lei, da realidade da aplicação judicial das penas e da efetividade da sua execução.*” Segundo a classificação apresentada pelo autor, ela pode ter aspecto negativo, “como forma estatalmente acolhida de *intimidação* das outras pessoas através do mal que com ela se faz sofrer ao delinquente e que, ao fim, as conduzirá a não cometerem fatos criminais.” (p. 98 e 99). Consideramos importante explicar essa passagem, pois o mesmo método será utilizado por Robinson, já ao final do livro, só que com humanos.

⁸⁶ RC, p. 128.

⁸⁷ RC, p. 129.

Assim, além da carne, Robinson consegue ter leite e, conseqüentemente, manteiga e queijo. Não é possível evitar pensar se ele não inventou o pão de queijo!

Ao final da narrativa chegamos à conclusão que Robinson tornou-se um especialista em construir cercas, fato que será analisado adiante. No entanto, muito mais do que estes objetos, ele construiu diversos objetos que lhe foram úteis na vida insular.

Suas habilidades manuais, de artesão, permitiram-lhe construir pás, cestos, prateleiras, escadas, canoas, uma máquina de girar a mó, objetos de argila (como tigelas redondas, pratos rasos, jarros e potes), um pilão, um socador, uma peneira. Um de seus maiores desafios foi assar seu pão, problema superado com os mecanismos que cria na sua lareira. “(...) Como no melhor forno do mundo, eu assava meus pães de cevada e me tornei, em pouco tempo, um humilde confeitoiro entre outras coisas, pois fiz vários bolos e pudins de arroz.”⁸⁸. Daí se pode concluir que

a ideia de que conhecer o mundo tem a ver com a sua transformação (ou que há mesmo uma identidade entre conhecer e fazer) percorre a cultura científica do século XVII. Naquilo a que se costuma chamar *mecanismo* há não só a idéia de que os acontecimentos naturais podem ser descritos mediante os conceitos e os métodos do ramo da física que se designa por *mecânica*, mas também, e com uma força extraordinária, a ideia de que os engenhos e as máquinas construídos pelo homem podem constituir um <modelo privilegiado> para a compreensão da natureza.⁸⁹

Trata-se, nada mais nada menos, do que René Descartes concluiu a respeito das leis da física, na sexta parte de seu *Discurso do Método*:

Pois elas me mostraram que é possível chegar a conhecimentos muito úteis à vida, e que, ao invés dessa filosofia especulativa ensinada nas escolas, pode-se encontrar uma filosofia prática, mediante a qual, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos rodeiam, tão distintamente como conhecemos os diversos ofícios de nossos artesãos, poderíamos empregá-las do mesmo modo em todos os usos a que são adequadas e assim nos tornamos como que senhores da natureza.⁹⁰

Conhecer as leis da física para controlar a natureza. A razão estava a serviço do homem.

⁸⁸ RC, p. 110.

⁸⁹ ROSSI, Paolo. *O cientista*. In: VILLARI, Rosario. *O homem barroco*, p. 236.

⁹⁰ DESCARTES, René. *O discurso do método*, p. 103 e 104, sem grifos no original.

3.4. Tratei de me concentrar na acomodação ao meu modo de vida

Todo este processo de acúmulo e produção de objetos, plantação e domesticação, porém, não poderia ser realizado sem a racionalidade que ganhava espaço. Entre as descrições de seus feitos, encontramos passagens que Robinson “olha para dentro de si” e reflete sobre sua situação. Logo que chega à ilha,

certo dia, em particular, andando com a espingarda na mão à beira-mar e pensando seriamente na questão de minha condição presente, a Razão, por assim dizer, interferiu censurando-me no sentido contrário: ‘Bem, que estás numa situação desoladora, é verdade; mas lembra-te onde estão os outros?’⁹¹

Um pouco adiante, Robinson parece adotar o método cartesiano de não aceitar alguma coisa como verdade sem conhecer sua evidência, dividir a dificuldade em parcelas para melhor resolver um problema, ordenar os pensamentos e fazer enumerações⁹².

A dúvida sobre a sua situação, isto é, sua solidão na ilha, foi o ponto de partida para refletir. Depois, organiza seus pensamentos, de maneira a controlar o próprio desânimo e evitar uma análise e conclusões erradas. Vale a pena transcrever esse trecho da narrativa por completo, inclusive com as enumerações, que consistiram na contraposição do ruim e do bom,

como a minha razão começava a controlar o meu desânimo, tratei de me consolar o melhor que podia e contrapor o que havia de bom e de ruim para ter algo com que distinguir a minha situação do pior. Enumerei, então, com grande imparcialidade, como débitos e créditos, os confortos de que gozava em comparação com as misérias de que padecia, da seguinte maneira:⁹³

⁹¹ RC, p. 60.

⁹² As regras do método de Descartes: “O primeiro era de nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse evidentemente como tal; ou seja, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. O segundo, dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para melhor resolvê-las. O terceiro, conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos; e supondo certa ordem mesmo entre aqueles que não se precedem naturalmente uns aos outros. E, o último, fazer em tudo enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir.” DESCARTES, René. *Discurso do método*, p. 33 a 35.

⁹³ RC, p. 62 e 63.

Ruim

Sou um náufrago nesta horrível ilha deserta, sem nenhuma esperança de salvação.

Fui escolhido e separado, por assim dizer, dentre todo o mundo, para ser miserável.

Estou isolado da humanidade, um solitário, um proscrito da sociedade humana.

Não tenho roupas para me cobrir.

Não tenho nenhuma defesa nem meios de resistir a violências de homem ou fera.

Não tenho viva alma com quem falar nem para me consolar.

Bom

Mas estou vivo, e não afogado como todos os meus companheiros de navio.

Mas fui escolhido também dentre toda a tripulação do navio para ser poupado da morte; e aquele que milagrosamente me salvou da morte pode me libertar desta situação.

Mas não estou morrendo de fome e perecendo num lugar árido, incapaz de fornecer meios de subsistência.

Mas estou num lugar de clima quente, onde, mesmo que tivesse roupas, dificilmente as poderia usar.

Mas fui dar numa ilha em que não vejo feras selvagens que possam me atacar como vi na costa da África. E se houvesse naufragado lá?

Mas Deus milagrosamente enviou o navio perto o bastante da praia para que eu pudesse retirar tantas coisas necessárias, seja para atender à minhas necessidades, seja para me suprir enquanto eu viver."

Em seguida, "com o espírito assim um pouco mais propenso a saborear minha situação (...) tratei de me concentrar na acomodação ao meu modo de vida e em facilitar, ao máximo, as coisas para mim."⁹⁴ Robinson, então, assume a postura que determinaria o resto da sua permanência insular, em parte já analisado anteriormente. "Assim, fui à luta; e aqui preciso fazer uma observação. Da mesma forma como a razão é a substância e origem da matemática, ao afirmar e esquadrihar cada coisa com a razão e fazer julgamentos mais racionais das coisas, todo homem pode dominar qualquer arte mecânica."⁹⁵

Esse comportamento de Robinson em ir à luta, após chegar a uma conclusão própria, lembra muito as três ou quatro máximas da moral provisória de Descartes, descritas por ele na Terceira parte de seu *Discurso do método*.

Minha terceira máxima era sempre tentar antes vencer a mim mesmo do que à fortuna, e modificar antes meus desejos do que a ordem do mundo, e, geralmente, acostumar-me a crer que não há nada que esteja inteiramente em nosso poder, a não ser os nossos pensamentos, de sorte que, depois de termos feito o que nos era possível no tocante às coisas que nos são

⁹⁴ RC, ibidem.

⁹⁵ RC, p. 64.

exteriores, tudo o que nos falta conseguir é, em relação a nós, absolutamente impossível.⁹⁶

É por esse motivo que Norbert Elias enfatiza que essa atitude do homem, em um outro nível de auto-consciência, se deve em grande parte à filosofia de René Descartes.

Assim, as reflexões de Descartes, por exemplo, expressam a experiência de alguém que, por um lado, começou a se perceber como pensando e observando sem depender das autoridades, mas apenas de si mesmo, e que, por outro lado, se percebia como parte daquilo que observava, como um organismo entre outros.⁹⁷

Ao longo da narrativa, principalmente no período em que está sozinho, nos defrontamos com os conflitos internos de Robinson, principalmente quando reflete sobre como levava sua vida “errante” após desobedecer o pai. Quando Robinson adoece, acredita que sua desgraça se deve a um castigo de deus diante de sua rebeldia para com os conselhos paternos. Além disso, “eu era simplesmente indiferente a um Deus, ou a uma providência; agia como um bruto, baseado apenas nos princípios da natureza e nos ditames do senso comum, e, na verdade, quase nem isso.”⁹⁸ Desesperado dialoga com deus.

Muito mais do que a autonomia do indivíduo destacada por Elias, essa conversa com deus expressa o sentimento de uma nova camada de indivíduos que surgia no século XVII, a burguesia. Conforme James S. Amelang,

o que distinguia a vida espiritual da burguesia citadina era acima de tudo o seu caráter muito pessoal. Em todos os aspectos da vida religiosa, o burguês tendia a aproximar-se do divino de um modo intelectualmente activo e, em certa medida, individualista, apoiados em instrumentos fornecidos pela instrução, e sobretudo, na meditação individual, na leitura da Sagrada Escritura e de livros de devoção.⁹⁹

Após estar curado, graças a um remédio que misturava fumo e rum, começa a ler a Bíblia, implorando honestamente para que deus lhe concedesse o

⁹⁶ DESCARTES, R. *Discurso...*, p. 47 e 48.

⁹⁷ ELIAS, N. *A sociedade...*, p. 89 e 90.

⁹⁸ RC, p. 83.

⁹⁹ AMELANG, James S. *O burguês*. In: VILLARI, R. *O homem...*, p. 282. O autor ressalta o cultivo da virtude moral pelo burguês, exaltando a piedade e a sobriedade, “criando uma fórmula eficaz que solucionava o conflito entre as exigências do bem público e os interesses privados.” Mas conclui que, “se é correcto associar o burguês a uma espécie de <ética protestante>, esse sistema de valores inseria-se mais estritamente no âmbito da moralidade do que no da teologia. Responsabilidade, confiança, economia: eis o que o burguês exigia de si mesmo e dos outros.” (p. 283).

arrependimento e pedindo a salvação diante dos pecados do passado. Estas passagens têm um sentido religioso muito forte, mas que não serão analisadas neste trabalho¹⁰⁰. O que é importante destacar aqui refere-se ao fato de Robinson, como homem, conversar diretamente com deus, sem o intermédio de qualquer autoridade religiosa.

A razão e a reflexão para controlar as primeiras emoções também se fazem presentes no 18º ano, quando Robinson se depara com restos de um ritual canibal:

Quando desci o morro até a praia, como disse acima, sendo aquela a ponta sudoeste da ilha, fiquei absolutamente confuso e apalermado. Não consigo expressar o horror de ver a praia coalhada de crânios, mãos, pés e outros ossos humanos. Observei, em particular, o lugar onde uma fogueira fora acesa e um círculo cavado na terra, como uma arena, onde, é de se supor, os desgraçados selvagens haviam se acomodado para seus festins desumanos com os corpos de seus semelhantes.¹⁰¹

Além de mudar seu cotidiano e fortalecer suas muralhas, fato que será melhor investigado no próximo capítulo, Robinson passa a formular diversos planos para tentar se vingar e matar selvagens:

Às vezes, planejava cavar um buraco embaixo do lugar onde eles faziam a sua fogueira e colocar cinco ou seis libras de pólvora para que, ao acenderem o fogo, explodisse tudo o que havia perto. (...) Deixei isso de lado e depois me propus a ficar de tocaia em algum ponto conveniente, com as três espingardas com carga dupla. E aí, no meio da sua cerimônia sangrenta, as descarregaria sobre eles quando tivesse certeza de que mataria ou feriria dois ou três em cada tiro, talvez. Depois, caindo sobre eles com as três pistolas e a espada, não tinha dúvida de que, se houvesse vinte deles, poderia matá-los todos. Essa fantasia animou meus pensamentos por muitas semanas e me ocupou de tal forma, que eu sonhava freqüentemente com ela. Às vezes, no meu sono, pensava que estava prestes a disparar sobre eles.

Minha imaginação chegou a tal ponto, que dediquei vários dias tentando encontrar locais apropriados para fazer tocaias, como disse, para observá-los. Ia muitas vezes ao próprio local, com o qual já estava familiarizado, especialmente quando minha mente estava cheia de idéias de vingança e de passar sanguinariamente vinte ou trinta deles pela espada, se assim se possa dizer. O horror que eu tinha do lugar e dos sinais dos malditos bárbaros se devorando uns aos outros aplacava meu furor.¹⁰²

¹⁰⁰ Alguns autores lêem a história de Robinson Crusoe a partir de sua relação com a Providência, interpretando que sua vida na ilha foi uma passagem de expiação e conversão espiritual. A análise religiosa seria o primeiro passo para realizar uma leitura de como a religião protestante foi importante para a consolidação do capitalismo. François Ost cita a obra de Jean-Paul HUNTER, *The reluctant pilgrim*, não consultada por nós.

¹⁰¹ RC, p. 142.

¹⁰² RC, p. 145, sem grifos no original.

Os selvagens representavam a desordem, que punha em risco a tranquilidade e, acima de tudo, a propriedade. Algo deveria ser feito, mas caberia a Robinson fazê-lo? Nesse momento, a razão se faz presente¹⁰³, indicadora de uma posição superior, de observação à distância, de indiferença.

Comecei a pensar mais calma e sensatamente sobre aquilo em que estava querendo me meter. Que autoridade ou mandado eu teria para me fazer de juiz e executor desses homens como se fossem criminosos, eles, a quem o Céu havia considerado, durante tantas eras, aptos a sofrer sem punição e a continuar sendo como eram, os executores de seus julgamentos uns sobre os outros. Em que medida essa gente me ofendia e que direito eu tinha de me envolver na disputa daquele sangue que eles derramavam promiscuamente uns dos outros? Eu discutia isso freqüentemente comigo mesmo, da seguinte maneira: 'como sei o que o próprio Deus julga nesse caso particular? É evidente que essas pessoas não cometem isso como um crime; não vai contra a reprovação de sua consciência, nem contra a censura de sua inteligência. Elas não sabem que é um crime e que o cometem em desagravo à Justiça Divina, como nós fazemos em quase todos os pecados que cometemos. Eles não se acham mais criminosos matando um prisioneiro de guerra do que nós matando um boi; nem comendo carne humana mais do que nós comendo uma ovelha.' Quando refleti um pouco sobre isso, seguiu-se necessariamente que eu decerto estava errado no caso. Aquelas pessoas não eram mais assassinas, como eu as havia condenado em meus pensamentos, do que aqueles cristãos que muitas vezes executam os prisioneiros feitos em batalha. Ou, mais freqüentemente, em muitas ocasiões, quando passam tropas inteiras pela espada, sem lhes dar quartel, apesar de terem entregue suas armas e se rendido.¹⁰⁴

¹⁰³ Novamente há de se destacar a importância de Descartes, segundo Antonio Manuel HESPANHA, *Prática social, ideologia e direito nos séculos XVII a XIX*, p. 27: "embora Descartes não se tenha ocupado do direito, dedicando-lhe apenas uma ou outra referência, em guisa de exemplificações, o seu método influenciou, sem dúvida, os juristas que buscavam a segurança. Também estes se fiaram na idéias claras e distintas, na evidência racional dos primeiros princípios do direito, na possibilidade da sua extensão através da dedução; enfim, no poder *da razão individual* para descobrir as regras do justo, dum justo que fugisse à contingência, por se radicar numa ordem da natureza (*mathesis universalis*) de que a razão participava. E é com este direito natural racionalista que se vai avançar da *certificação* do direito positivo."

¹⁰⁴ RC, p. 146 e 147, sem grifos no original. A extensa citação não foi despropositada, pois esta consiste em uma das passagens mais ricas da narrativa de Robinson. Ela comprova a conclusão de Paolo PRODI, na obra *Uma história da justiça*, de que o homem do século XVII "não consegue fazer muitas distinções dentro do universo de normas que o circunda, assim como vê indistintamente o poder que o domina (...) O homem do século XVII não consegue distinguir pecado de delito." (p. 362). Nesta passagem da história de Robinson há claros ecos do pensamento de Hugo Grócio. Prodi, ao analisar o pensamento do autor de *O direito da guerra e da paz*, escreve: "(...) Exceto em alguns casos previstos pelo direito das gentes, o indivíduo cristão, como homem privado, não pode fazer justiça com as próprias mãos: o monopólio da punição pertence ao magistrado e ao Estado. De resto, nem todos os pecados são puníveis – e, nesse caso, creio que este seja o elemento novo – os pecados que não dizem respeito direta ou indiretamente à sociedade ou aos outros homens: a punição desses pecados deve ser deixada a Deus, bem como a punição pela falta de virtude, pois uma intromissão humana nessa esfera apenas traria problemas. Desse modo, a justiça é proporcional não à gravidade da culpa, mas ao dano provocado aos outros e à situação do indivíduo, enquanto a decisão e a aplicação da pena são monopólio do Estado." (p. 394 e 395).

A crítica aos cristãos reflete o contexto político da Inglaterra no século XVII, tal como expusemos no capítulo 2.2. A seguir Robinson vai além e faz uma crítica à maneira brutal como os espanhóis colonizaram os povos das Américas:

Estas [pessoas mortas pelos espanhóis], embora fossem bárbaras e idólatras e tivessem vários ritos bárbaros e sangrentos em seus costumes, como sacrificar seres humanos a seus ídolos, ainda eram, em comparação com os espanhóis, pessoas muito inocentes. Expulsá-las de seus domínios é considerado hoje como a maior abominação e execração até mesmo pelos próprios espanhóis e por todas as nações cristãs da Europa como Deus e perante os homens. Por isso o próprio nome de um espanhol é considerado apavorante e terrível para todas as pessoas de humanidade ou de fé cristã; como se o reino da Espanha fosse particularmente distinguido pela produção de uma raça de homens sem os princípios de brandura nem as entranhas comuns da piedade com os miseráveis, sendo que esta é reconhecida como marca de uma inclinação generosa.¹⁰⁵

François Ost entende que a passagem reforça a mentalidade do novo indivíduo inglês, que mistura a razão, já encaminhada para o utilitarismo¹⁰⁶, à tolerância. “Em suas relações com os povos ‘selvagens’ do Sul, o Ocidente saberia daí em diante tomar caminhos mais indiretos, geradores de lucros superiores ao preço de menos sangue derramado.”¹⁰⁷

Tolerância, aqui, deve ser entendido no sentido dado por John Locke, o qual, preocupado com as constantes guerras religiosas no seu tempo, queria deixar esta escolha a cada indivíduo. Conforme Ari Brito, ao comentar a *Carta sobre a tolerância* do filósofo inglês, “tolerância não é bem querer. No máximo, traz consigo a noção de indiferença, de não se importar, mas não a de aceitação ampla e generalizada. É sempre uma aceitação: tolera-se um mal menor com vistas a um bem maior.”¹⁰⁸

Mesmo assim, não podemos deixar de reconhecer que esta idéia de tolerância, abarcando a liberdade de expressão, representou naquele contexto uma conquista que ecoaria anos depois na Declaração dos Direitos dos Homens, bem

¹⁰⁵ RC, p. 147.

¹⁰⁶ Na definição dada por Eurico de Lima FIGUEIREDO, *Dicionário de filosofia do direito*, p. 837, utilitarismo seria “conjunto de teorias (morais, jurídicas, políticas, sociais e econômicas) que, em geral, advoga que nada, entre os seres humanos, é (ou pode ser) mais desejado em si mesmo do que o próprio prazer. Por conseguinte, as construções teóricas relativas à convivência social devem supor que as pessoas têm como finalidade a obtenção do prazer e a conseqüente diminuição (ou mesmo eliminação) da dor.”. Segundo o autor, há vínculos profundos entre o utilitarismo e o pensamento liberal, o qual “assentava-se, em geral, e em última hipótese, na satisfação das aspirações da personalidade dos indivíduos, sustentando a proposição segundo a qual os governos existem para proteger e realizar os direitos inalienáveis do homem.”

¹⁰⁷ OST, F. *Contar...*, p. 261.

¹⁰⁸ Apresentação de Ari Ricardo Tank BRITO à obra *Carta sobre a tolerância*, de John LOCKE, p. 13.

como em diversas codificações. Trata-se da raiz dos dispositivos que garantem e protegem as liberdades na grande maioria das constituições do Ocidente na atualidade.

3.5. Eu o fiz saber que seu nome seria Sexta-Feira

Como destaca Ost, “o solitário não faz realmente questão de abandonar sua solidão.”¹⁰⁹. Mesmo antes de chegar à ilha, percebe-se que Robinson não gostava de criar laços sociais ou raízes em determinado lugar. Como ele mesmo disse,

não consultei mais nem pai nem mãe, tampouco lhes enviei um recado, deixando-os tomar conhecimento como pudessem. sem pedir a bênção de Deus e de meu pai, e sem nem pensar nas circunstâncias e conseqüências, em má hora, Deus sabe, subi a bordo de um navio com destino a Londres em primeiro de setembro de 1651.¹¹⁰

Nunca mais volta para casa e tampouco sabe ou se preocupa em saber se seus pais morreram, mesmo tendo a oportunidade para fazê-lo antes de naufragar. A iniciativa tem seu preço; a ambição econômica também. Watt é preciso ao dizer que

(...) A primazia do motivo econômico e uma reverência inata à contabilidade e à lei do contrato não são os únicos aspectos em que Robinson Crusoe simboliza os processos relacionados com o advento do individualismo econômico. A hipóstase do motivo econômico logicamente acarreta uma depreciação de outros estilos de pensamento, sentimento e ação: as formas tradicionais de relacionamento de grupo – a família, a guilda, a aldeia, o sentimento da nacionalidade – enfraquecem, bem como as reivindicações de realização e prazer individuais não econômicos, que variam da salvação espiritual às alegrias da recreação.¹¹¹

Tudo no romance passa a ser visto do ângulo econômico. Antes de se tornar um dono de engenho no Brasil, Robinson torna-se escravo de corsários de Salee, mas graças a um plano bem estruturado, consegue fugir junto com um menino chamado Xury. Após algumas aventuras, são resgatados por um navio

¹⁰⁹ OST, F. *Contar...*, p. 259. Destaca Juan Ramón CAPELLA, *Fruta prohibida*, p. 107, ao tratar dos indivíduos na modernidade, que eles são o ponto de partida da construção. O indivíduo, em primeiro lugar, não é um conceito metafísico, e “en segundo lugar – y esto es esencial para comprender qué queda fuera del relato político moderno –, el individuo es definido al margen de la sociabilidad. La sociabilidad será sólo una función accidental de la individualidad, y no un concepto fundamental o primario.”. O exemplo que comprova a observação é Robinson Crusoe, solitário por 25 anos.

¹¹⁰ RC, p. 16.

¹¹¹ WATT, I. *A ascensão...*, p. 59.

português com destino à costa da Guiné. São muito bem acolhidos pelo capitão, o qual demonstra interesse por alguns pertences de Robinson. Xury é tratado como qualquer outro pertence:

Disse-me, então, que me daria uma nota de seu próprio punho, comprometendo-se a pagar oitenta peças de oito por ele [navio], no Brasil. E quando lá chegássemos, se alguém oferecesse mais, ele cobriria o preço. Ofereceu-me também sessenta peças de oito a mais por meu menino Xury, o que eu relutei em aceitar. Não porque não desejava que o capitão o tivesse, mas porque relutava em vender a liberdade do pobre garoto que me assistira com tanta lealdade nas minhas necessidades. Entretanto, quando expliquei ao capitão minhas razões, ele as considerou justas e me ofereceu este meio-termo, de que ele daria ao garoto um contrato escrito, concedendo-lhe a liberdade se ele se tornasse cristão. Com isso, e Xury dizendo que aceitava, deixei que o capitão ficasse com ele.¹¹²

O menino é tratado como uma mercadoria, o objeto do contrato de compra e venda com condição¹¹³. Robinson não vê qualquer problema em vender a liberdade do menino, só demonstrando remorso quando, já na ilha, percebe que Xury lhe seria útil para Robinson fugir da permanência insular¹¹⁴.

A “coisificação da pessoa” só aparecerá 25 anos depois com a “chegada” de Sexta-Feira. Em certa noite chuvosa de março, quando não conseguia dormir, Robinson formula infinitos pensamentos e reflexões.

Percorri toda a história da minha vida em miniatura, ou abreviada, se assim posso dizer, até a chegada à ilha e também da parte dela desde que ali cheguei. Nessas minhas reflexões sobre a situação pessoal desde que chegara à praia da ilha, comparava a condição feliz da minha existência nos primeiros anos de moradia ali com a vida de inquietações, medos e cuidados que tivera desde que avistar a marca de um pé na areia.¹¹⁵

O outro era um incômodo para a tranquilidade e segurança da solidão. Robinson, então, tenta “entender” a natureza dos selvagens, mas a reflexão logo se mostra infrutífera. Passa a se perguntar, então, como é que os selvagens conseguiam viajar de barcos, isto é, como eles conseguiam visitar sua ilha, mas ele não conseguia “visitar” a ilha deles. Afinal, seu projeto era viajar até o continente.

¹¹² RC, p. 37, sem grifos no original.

¹¹³ Nosso Código Civil de 2002 dispõe no art. 121: “Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.”

¹¹⁴ RC, p. 111.

¹¹⁵ RC, p. 165, sem grifos no original.

Então a natureza, diante da fatigada e exaustão provocadas pelo próprio pensamento, me fez mergulhar num sono profundo. Dá para pensar que eu sonharia com minha salvação; mas não sonhei, nem com nada parecido. Em vez disso, sonhei que, quando estava saindo do castelo pela manhã, como era usual, avistei duas canoas na praia e onze selvagens desembarcando. Eles traziam consigo um outro selvagem, a quem iam matar para comer. De repente, o selvagem que iam matar saltou e correu para salvar a vida. Pensei, então, em meu sonho, que ele vinha correndo para meu pequeno bosque denso em frente da fortificação para se esconder; e que, ao vê-lo sozinho e percebendo que os outros o procuravam naquela direção, mostrei-me para ele. Sorrindo, eu o encorajei, e ele se ajoelhou diante de mim, parecendo-me implorar que o ajudasse. Diante disso, mostrei-lhe a escada, o fiz galgar por ela e, conduzindo-o até a caverna, ele se tornou meu criado. Também, tão logo apanhara esse homem, disse para mim mesmo, 'Agora certamente poderei me aventurar para o continente, pois esse sujeito vai me servir de piloto. Vai me dizer o que fazer, onde procurar provisões, aonde não ir para não ser devorado, a que lugares me aventurar e a quais evitar'. Acordei com esse pensamento sob a sensação inexprimível de alegria pela perspectiva de minha fuga nesse sonho. Mas a decepção que senti ao voltar a mim e descobrir que tudo não passara só de um sonho foi igualmente absurda no sentido oposto e me atirou num estado da mais profunda melancolia. Depois disso, porém, cheguei à conclusão de que a única maneira que teria de prosseguir numa tentativa de fuga seria, se possível, apossar-me de um selvagem.¹¹⁶

A alegria de Robinson não foi ter ajudado alguém a conseguir a liberdade, até porque seu objetivo era ter um criado. Sua felicidade foi ter se utilizado, como um meio, de um selvagem para conseguir um resultado, um fim. Tão logo se apoderou (expressão claramente utilizada para as coisas) de um selvagem, não pensou que sua solidão finalmente foi afastada, mas sim que tinha adquirido um ótimo guia (ou mapa). “Resolvi que, se possível, teria um daqueles selvagens em minhas mãos, custasse o que custasse.”¹¹⁷.

Inicia, então, um processo de vigilância, que só rende frutos um ano e meio depois do sonho. Ou melhor, só depois de um ano e meio é que seu sonho se realiza. Tal como em seus pensamentos, o selvagem que seria objeto do ritual consegue fugir e é “salvo” por Robinson. O primeiro contato é descrito com naturalidade:

Acenei novamente para ele se aproximar e fiz todos os sinais de encorajamento que consegui imaginar. Ele foi chegando mais perto, mais perto, ajoelhando-se a cada dez ou doze passos em sinal de agradecimento por eu ter salvo sua vida. Sorri para ele e olhei-o com simpatia, gesticulando para ele se aproximar ainda mais. Finalmente ele se aproximou completamente e, ajoelhando-se mais uma vez, beijou o chão, encostou a

¹¹⁶ RC, p. 167, sem grifos no original.

¹¹⁷ RC, p. 168.

cabeça nele e, pegando o meu pé, colocou-o sobre a sua cabeça. Isso, parece, foi um sinal de juramento de se tornar meu escravo para sempre.¹¹⁸

Passa-se a uma nova fase na vida de Robinson, pois a chegada de uma “outra pessoa” quebra a “monotonia cotidiana” da história. A lógica, porém, continua sendo a mesma, isto é, domesticar e apropriar-se, mesmo em relação a um outro ser humano. O dia seguinte ao encontro é marcado pela apresentação de cada um, ou melhor, pela apresentação das regras por Robinson:

Quando ele me avistou, veio correndo até mim, arrojou-se de novo ao chão com todos os sinais imagináveis de uma humilde disposição de gratidão, fazendo muitos gestos extravagantes para demonstrá-la. Por último, encostou a cabeça achatada contra o chão, perto do meu pé, e colocou o meu outro pé sobre sua cabeça, do modo como fizera antes. Depois disso, fez todos os sinais imagináveis de sujeição, servidão e submissão para me fazer saber como ele me serviria enquanto ele vivesse. Entendi-o em muitas coisas e o fiz saber que estava muito satisfeito com ele. Em pouco tempo, comecei a falar-lhe e a ensiná-lo a falar comigo. Para começar, eu o fiz saber que seu nome seria Sexta-Feira, o dia em que salvara sua vida, e assim o chamei para todo o sempre. Ensinei-o também a dizer “Amo”, e depois o fiz entender que esse deveria ser o meu nome. Ensinei-o também a dizer “sim” e “não”, e a entender o seu significado.¹¹⁹

Não há diálogo, pois a relação é unilateral, de sujeição e submissão, nas próprias palavras de Robinson. Jamais passou pela cabeça do inglês saber o nome do outro; é muito mais fácil dar nomes às “coisas”, já que estas dispensam a individualidade, a plena capacidade e personalidade. Por isso, “me propus a lhe ensinar tudo o que fosse apropriado para torná-lo útil, prestimoso e prestativo. Mas especialmente queria fazer com que pudesse falar e me compreender quando eu falasse.”¹²⁰

Pouco interessava a Robinson saber a história ou a língua de Sexta-Feira. O que lhe importava era fazer com que o “ex-selvagem”, que passa a vestir roupas e deixa de comer carne humana, lhe servisse utilmente. Mais tarde, Robinson decide “assentar as bases de um conhecimento religioso” na cabeça de Sexta-Feira, mas antes teve de desclassificar o “velho Benamuckee”, para quem a tribo de Sexta-Feira fazia “O!!”. Então,

comecei a instruí-lo no conhecimento do verdadeiro Deus. Conte-lhe que o grande Criador de todas as coisas vivia lá, apontando para o Céu; que Ele

¹¹⁸ RC, p. 170, sem grifos no original.

¹¹⁹ RC, p. 173.

¹²⁰ RC, p. 176, sem grifos no original.

governa o mundo pelo mesmo Poder e Providência pelo qual Ele o fez; que Ele era onipotente, poderia fazer tudo conosco, dar tudo a nós, tirar tudo de nós; e, assim, por etapas, eu abri os seus olhos.¹²¹

Evidencia-se nas conversas que Robinson tentava demonstrar racionalmente a existência do deus justo, onipresente e universal. Para tanto, o europeu utiliza-se de termos auto-explicativos: “deus”, “diabo”, “grande Causa Primeira”, “Poder governante supremo”, “Providência dirigente secreta e da eqüidade e justiça”¹²². Mais uma vez as observações de Bauman a respeito do discurso moderno são elucidativas:

no reino político, expurgar a ambivalência significa segregar ou deportar os estranhos, sancionar alguns poderes locais e colocar fora da lei aqueles não sancionados, preenchendo assim as “brechas da lei”. No reino intelectual, expurgar a ambivalência significa acima de tudo deslegitimar todos os campos de conhecimento filosoficamente incontrolados ou incontroláveis. Acima de tudo, significa execrar e invalidar o “senso comum” – sejam “meras crenças”, “preconceitos”, “superstições” ou simples manifestações de “ignorância”.¹²³

Ao escrever sobre a sujeição do mundo natural, Keith Thomas escreve que o “controle” do mundo natural pelo europeu foi levado ao campo social, de maneira a excluir aqueles povos que eram “atrasados” tecnologicamente ou culturalmente. A domesticação dos animais teria sido determinante para dar “origem a uma concepção da vida política como espaço da intervenção e da técnica humanas”. E continua ele:

Na Inglaterra do início do período moderno, o domínio humano sobre as criaturas inferiores forneceu a analogia mental em que se basearam vários arranjos políticos e sociais. Além disso, os dois tipos de domínio reforçavam-se mutuamente. A ‘soberania’ que Deus concedeu a Adão sobre os animais, explicava um comentador do período jacobiano, significava ‘predomínio e posse como tem o senhor sobre seus servos’. Os homens gozavam de soberania sobre as criaturas inferiores, mas nem todos os homens. A domesticação tornou-se, assim, padrão arquetípico para outras formas de subordinação social. O modelo básico era paternal, com o governante como bom pastor, tal como o bispo com seu rebanho. Animais dóceis e fiéis obedecendo a um senhor atencioso constituíam um exemplo para todos os subalternos.¹²⁴

¹²¹ RC, p. 181, sem grifos no original.

¹²² RC, p. 182.

¹²³ BAUMAN, Z. *Modernidade...*, p. 33.

¹²⁴ THOMAS, K. *O homem...*, p. 55.

Após ter acumulado e apropriado diversos objetos, reapropriado a si mesmo, domesticado a natureza vegetal e animal, construído seus objetos, encontrado o caminho da razão, pode-se dizer que Robinson consegue instalar o equilíbrio e a ordem na ilha. O caminho para a propriedade estava construído.

Capítulo 4. “Robinson em sua ilha”: o sujeito proprietário

Desde o começo do trabalho temos apontado a relevância da propriedade na modernidade. O segundo capítulo, em que apresentamos o contexto do século XVII na Inglaterra, evidenciou que ela teve um importante papel na Revolução Inglesa. Garanti-la e protegê-la era uma forma de limitar o poder real, sem contar no valor econômico que as terras tinham.

Em seguida, discutimos como Robinson teve de agir e refletir para encontrar sua individualidade, coletando os objetos do navio, escrevendo um diário e se localizando no tempo, domesticando animais e plantando, refletindo sobre sua situação. Essas passagens mostraram a angústia de Robinson em conseguir apropriar, guardar, proteger, transformar, tudo o que pudesse ser útil, ou não.

Contudo, há passagens, ainda enquanto ele se sente sozinho, isto é, sem qualquer sinal humano, em que Robinson é mais explícito nessa sua vontade de ser dono e proprietário de tudo. Ao encontrar uma pegada na areia e restos de rituais canibais na praia, a reação de Robinson é reforçar suas defesas de maneira a melhor proteger suas posses. É por isso que pensar em “Robinson” é incompleto, pois o ponto de partida deve ser “Robinson em sua ilha”, tal como ressalta a análise de Seidel:

A história de Crusoe é uma fábula do controle do espaço, da organização do tempo, da destreza, da fabricação, das emoções e dominação. Seu destino e oportunidade dizem respeito a todos que ponderam a respeito do curso da vida e estimam um mundo alternativo ou substituto. Quando Crusoe se refaz em um espaço em que ele se inscreve, este espaço se torna ele mesmo. Pensar no homem é pensar na frase inteira, “Crusoe em sua ilha”. Construir sobre um espaço vazio e estabelecer seus contornos é terapêutico, satisfatório e liberador.¹²⁵

Assim, este capítulo é dedicado a analisar a propriedade moderna, principalmente a partir da teoria de John Locke, bem como a idéia de sujeito proprietário em Robinson Crusoe.

4.1. Pensava que aquilo me pertencia: o sentimento proprietário

¹²⁵ SEIDEL, M. *Robinson...*, p. 10, tradução livre: “Crusoe’s story is a fable of controlling physical space, of organizing time, of making crafting, fabricating, of fearing and mastering. His fate and his opportunity touch a responsive chord in all those who ponder the course of a life and value the appeal of alternative or substitute worlds. As Crusoe remakes himself in a space that he inscribes, that space becomes him. To think of the man is to think in terms of the whole phrase, ‘Crusoe on his islands’. Conjurating up an empty space and setting out its contours is therapeutic, satisfying, and liberating.”

O sentimento de “ter a propriedade de”, “ser dono de”, aflora antes mesmo de Robinson completar um ano na ilha. Após encontrar as uvas, as mesmas que depois seriam secas ao sol,

desci um pouco pela encosta daquele vale aprazível, investigando-o com uma espécie de prazer secreto, embora misturado com minhas outras ansiedades. Porque pensava que aquilo me pertencia, que eu era o rei e o senhor incontestável de toda aquela região e que tinha o direito de posse. Se eu pudesse transferi-la, poderia tê-la como herança tão perfeitamente como qualquer senhor de uma herdade na Inglaterra. Avistei ali uma grande abundância de coqueiros, laranjeiras, limoeiros e cidreiras, mas todos selvagens, ¹²⁶ pouquíssimos produzindo algum fruto; pelo menos não naquele momento.

Robinson apenas pensava que aquilo lhe pertencia, pois sabia que enquanto os coqueiros, laranjeiras, limoeiros e cidreiros fossem selvagens, isto é, continuassem no estado natural, sem a intervenção humana, aquele vale fértil não seria seu. Por isso que ele deixa claro que aquelas árvores não produziam frutos naquele momento. Mesmo percebendo que aquele lugar era melhor, comparado ao lugar onde tinha fixado a suas moradia, decide não se mudar. Então,

construí ali uma espécie de casinha de veraneio, protegendo-a, a alguma distância, com uma cerca resistente. Era uma sebe dupla, tão alta quanto a pudesse alcançar, bem escorada, e com o interior tomado de arbustos. Ali eu permanecia em segurança, às vezes por duas ou três noites seguidas, sempre passando por cima da cerca usando uma escada de mão, como antes. De forma que agora eu imaginava ter uma casa de campo e uma casa de praia. Esse trabalho me ocupou até o começo de agosto.¹²⁷

Robinson deixa bem claro como teve de trabalhar e gastar suas energias para construir sua nova “casa de campo”. Aliás, uma das maiores preocupações de Robinson, parecendo que ele devia algo aos leitores, era demonstrar como ele trabalhava bastante e tinha uma disciplina na divisão do tempo.

Pouco antes de encontrar este lugar, ele escreve em seu diário que no dia 4 de novembro “comecei a organizar meus horários de trabalho, a saber: o de sair com a espingarda, horário de dormir e horário de lazer.” O seu diário revela, assim, seu cotidiano, mesmo que estabelecer horários não fosse necessário em uma ilha deserta. “Todas as manhãs eu saía com a espingarda por duas ou três horas se não

¹²⁶ RC, p. 92, sem grifos no original.

¹²⁷ RC, p. 93.

estivesse chovendo. Depois me ocupava com o trabalho até cerca de onze horas, e aí eu comia o que houvesse. Do meio-dia às duas, me deitava para dormir, pois o calor era muito intenso; depois, mais para o entardecer, retomava o trabalho.¹²⁸

Já no terceiro ano, após muito refletir sobre sua situação na ilha e conversar com deus, sua disposição de espírito muda. Sua divisão do tempo também.

Embora não tenha dado ao leitor o trabalho de um relato tão detalhado de minhas obras neste ano como no primeiro, devo observar, no geral, que raramente ficava ocioso. Dividia meu tempo de maneira regular, conforme as várias ocupações diárias que tinha. Em primeiro lugar, o meu dever para com deus e a leitura da Bíblia, para o que eu normalmente reservava algum tempo três vezes por dia; em segundo, sair com espingarda em busca de comida, o que geralmente me tomava três horas de cada manhã, quando não chovia; em terceiro, a organização, cura, preservação e cozimento do que houvesse matado ou apanhado para meu sustento, o que me tomava grande parte do dia. É preciso considerar também que, no meio do dia, quando o sol estava no zênite, a intensidade do calor era grande demais para eu sair. De forma que quatro horas durante a tarde, mais ou menos, era o tempo de que dispunha para trabalhar, exceto que eu às vezes invertia meus horários de caçar e de trabalhar, me dedicando ao trabalho de manhã e saindo com a espingarda à tarde.¹²⁹

Após demonstrar como cercou e protegeu seu rebanho e sua plantação, “poder-se-ia realmente dizer que agora eu estava trabalhando para ganhar o meu pão.”¹³⁰ Toda essa incansável demonstração de suor e apreço pelo labor suscita muitas discussões entre os estudiosos da vida de Crusoe.

Watt demonstra como esse apego e importância que Crusoe dá ao trabalho acaba por afastá-lo das relações sociais, mesmo antes de chegar à ilha. Isso ficou evidente na relação dele com a família e com Xury, tal como abordamos no capítulo anterior. Muito mais do que isso, ao enfatizar a maneira detalhada de seu labor e, conseqüentemente, dos resultados que tinha conseguido, Robinson consegue “dignificar” o trabalho.

É pela suas atividades, note-se, que Crusoe acaba por ‘ganhar’ uma recompensa. Isso nos permite, em termos gerais, concluir que Robinson Crusoe planta em nossa vida imaginativa a noção de que o trabalho infatigável é algo capaz de nos redimir; sempre se poderá dizer que parte da popularidade do mito de Crusoe tem por base a idéia da dignidade do trabalho. No romance, os objetivos econômicos são descritos de modo a nos fascinar pelas tarefas do dia-a-dia.¹³¹

¹²⁸ RC, p. 67, sem grifos no original.

¹²⁹ RC, p. 104, sem grifos no original.

¹³⁰ RC, p. 106, sem grifos no original.

¹³¹ WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno*, p. 171.

O autor, porém, ressalta a importância do puritanismo, que permitia ao indivíduo tirar o monopólio da Igreja como intermediária entre os homens e deus, dando maior margem de orientação religiosa individual.

Dois aspectos dessa nova orientação protestante – a tendência a aumentar a consciência do self como entidade espiritual e a tendência a uma espécie de democratização do ponto de vista moral e social – são particularmente importantes para o desenvolvimento dos pressupostos em que se baseia o realismo formal do romance.¹³²

Apesar de reconhecer a influência puritana em Robinson, Watt minimiza a importância da religião no romance. Sua análise, contudo, foi alvo de muitas críticas, entre elas a de Engelibert. Segundo este autor, Watt apenas se preocupa com a dimensão “realista” da narrativa, e não com a “alegórica”, o que tornaria o trabalho reducionista, haja vista realismo e alegorismo se complementarem.

Para Engelibert, a alegoria está no fato de o período insular de Robinson poder ser entendido como penitência, expiação dos pecados, isto é, antes do naufrágio, Robinson levava uma vida pouco próxima à deus. Utilizando-se da obra de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, conclui que a prosperidade de Robinson no Brasil contrariava frontalmente a ética do *calling*, ou seja, Robinson era um pecador. Somam-se, então, a função ideológica da “dignidade do trabalho” com a função espiritual do “calling”, ambos determinantes na ascensão capitalista. Assim,

O trabalho livre do dinheiro é devolvido à natureza: corresponde ao puro exercício do dever perante a vontade de Deus. É a definição de *calling*. O trabalho é santo quando ele deixa visível, a partir da prosperidade da comunidade produtiva, o poder de Deus. Nesse sentido, a ilha consagra a ideologia de 1688 e se opõe exatamente às atividades mercantis do herói antes de chegar à ilha. Melhor: a ilha permite a redenção do trabalho, pervertido, no continente, pela economia de troca que produz o desejo de riqueza por si mesma. O comércio lançou Robinson para o naufrágio; o labor solitário o conduz à redenção. Robinson entende pela primeira vez a dupla natureza do trabalho no momento em que compreende que seu naufrágio o permite escapar do dilema que a ilha representa.¹³³

¹³² WATT, I. *A ascensão...*, p. 69.

¹³³ ENGELIBERT, J. P. *La posterité...*, p. 67, tradução livre : “Le travail libéré de l’argent est rendu à la nature : il correspond maintenant au pur exercice du devoir dans la volonté de Dieu. C’est la définition du *calling*. Le travail est saint lorsqu’il rend visible, à travers la prospérité de la communauté productive, la puissance de Dieu. En ce sens, l’île consacre l’idéologie de 1688 et s’oppose exactement aux activités marchands du héros avant le naufrage. Mieux : elle permet une rédemption du travail, perverti sur le continent par l’économie de l’échange qui fait désirer la richesse pour elle-même. Le commerce avait mené Robinson au naufrage ; le labeur solitaire le conduisit à la rédemption. Robinson

Algumas passagens narradas por Robinson vão ao encontro da teoria de Engelibert. Além de ter mudado sua rotina, dedicando parte de seu dia a ler a Bíblia e conversar com deus, Robinson, após construir uma canoa e perceber a quantidade de alimentos que tinha a sua disposição conclui que

(...) Só tinha valor para mim aquilo que eu podia usar. Se tinha o suficiente para comer e suprir minhas necessidades, de que me valia o resto? (...) Em poucas palavras, a natureza e a experiência me ditavam, depois de uma justa reflexão, que todas as coisas deste mundo não são boas para nós além do uso que fazemos delas. Que tudo que podemos acumular, aliás, para dar a outros, nós só desfrutamos o quanto que podemos usá-las, não mais. O avarento mais ganancioso do mundo ficaria curado do vício da cobiça se estivesse na minha situação, pois eu possuía infinitamente mais do que saberia o que fazer com aquilo. Eu não tinha espaço para desejo, exceto por coisas de que não dispunha, e elas não passavam de ninharias, embora de grande utilidade para mim.¹³⁴

François Ost, após refletir a respeito tanto da interpretação de Watt, como da de Engelibert, é preciso ao concluir que mesmo com sua expiação, “por trás da fábula edificante prossegue, no silêncio mais completo, nas distantes plantações brasileiras de Robinson, o trabalho alienado se seus escravos negros – o único que realmente enriquecerá o solitário.” Resta então a pergunta: “Que conclusões devemos então tirar quanto à dignidade do trabalho?”¹³⁵

Poderíamos continuar com o raciocínio e analisar as idéias de Lutero e Calvino em relação ao trabalho e ao empreendedorismo, como o faz Ost, pois com certeza estaríamos a um passo para melhor entender como o capitalismo pode ter tido como um de seus precursores Robinson Crusoe, idéia que, como vimos, é muito discutida¹³⁶.

prend pour la première fois conscience de cette double nature du travail au moment où il comprend que son naufrage lui permet d'échapper au dilemme qu'elle représente.”

¹³⁴ RC, p. 115.

¹³⁵ OST, F. *Contar...*, p. 288.

¹³⁶ A idéia é defendida pelo grande crítico literário Otto Maria CARPEAUX, *Daniel Defoe: aventura e economia*, p. 351 a 356: “*Robinson Crusoe* é o romance fundamental do capitalismo. Robinson, como o seu autor, está na transição do puritanismo ao capitalismo, como Mas Weber a descreveu. (...) Robinson não termina com uma declaração de amor, e sim com um inventário comercial. É bem puritano o cuidado de Robinson em anotar todos os acontecimentos, coisa intermédia entre exames de consciência e livro de contabilidade. Há um raio de poesia, de angústia mesmo, na solidão da ilha deserta, mas também um forte confiança na predestinação divina. Apenas, não basta uma confiança na Providência; a virtude principal, em Robinson, já é a habilidade, a capacidade de organizar uma nova empresa, uma sucursal no pacífico. A “consciência insular” do homem puritano, sozinho com o seu Deus na solidão da vida terrestre, transformar-se-á em individualismo burguês, perigoso para os outros, já visível na maneira como Robinson atrai o pobre selvagem Friday e o transforma em meio escravo, instrumento sem vontade do patrão semipatriarcal do jovem capitalismo.”

Contudo, como estabelecemos anteriormente, o trabalho não tem este objetivo. Robinson trabalhava e entendeu o valor do labor, isto é indiscutível. Precisamos entender, porém, quais as consequências desta atitude na idéia de propriedade.

4.2. Isso atesta a meu favor que eu não ficava ocioso: a teoria de Locke

É muito discutido entre os críticos literários quais autores da época poderiam ter influenciado a narrativa de Crusoe. Os autores mais lembrados deste contexto são Hugo Grotius, Samuel Pufendorf, Thomas Hobbes e John Locke. Não nos interessa estudar cada um desses autores para estabelecer suas contribuições para a filosofia moderna, nem tampouco encontrar as diferenças entre eles, embora isso seja inevitável em alguns pontos. Entretanto, pode-se dizer que John Locke foi um nome importante na Revolução Gloriosa, evento central na história inglesa, e por isso será objeto principal de nossas investigações.¹³⁷

É por esse motivo que consideramos que as idéias desse autor são as que mais se aproximam da maneira como Robinson pensava e agia. Conforme Richetti,

A ilha torna-se um meio de auto-expressão – sua ilha. (...) ele se empenha em apropriar a ilha, em possuí-la através da domesticação do espaço tendo por base a Inglaterra. Na linha da teoria de John Locke, para quem o homem possui a terra trabalhando nela, ele torna-se o dono da ilha trabalhando nela e a explorando, reivindicando-a pela virtude de seu excepcionalismo europeu.¹³⁸

¹³⁷ Até hoje existe a discussão se a mais conhecida obra de Locke, *Os dois tratados sobre o governo*, serviu para justificar a Revolução Gloriosa ou foi escrita antes dela, sendo, portanto, uma “obra visionária”. A polêmica é tratada com competência por Peter Laslett, no prefácio que assina para uma edição estudantil e transcrita na edição em português que utilizamos dos *Dois tratados* (ed. Martins Fontes). Segundo o autor, interpretar a obra de Locke como uma justificativa é errada. Segundo ele, “o escrito de Locke justificou, de fato, a Gloriosa Revolução whig de 1688, se é que se pode empregar tal expressão em absoluto. Parte do texto foi sem dúvida escrita em 1689, visando aplicar-se à situação corrente, e seu autor deve ter tido a intenção de que o conjunto da obra fosse lido como um comentário acerca de tais acontecimentos. Contudo, não se pode sustentar que o livro tenha sido originalmente concebido como uma justificação de uma revolução já consumada. Um exame detalhado do texto e das evidências nele contidas revela que não foi 1688 que fixou a atenção de Locke sobre a natureza da sociedade e da política, a personalidade política e a propriedade, os direitos do indivíduo e os imperativos éticos que pesam sobre o governo. A conjunção de eventos que voltou seu pensamento para essas questões deve ser buscada num período anterior. Na verdade, os Dois Tratados revelam um clamor por uma revolução a ser promovida, e não a racionalização de uma revolução necessitada de justificativas.” (p. 67 e 68). O fato, porém, é que Locke estava ligado à política inglesa antes da Revolução devido às suas relações com Shaftesbury.

¹³⁸ RICHETTI, J. *The life...*, p. 192 e 193, tradução livre: “The island becomes a means of self-expression – his island. (...) he seeks to appropriate the island, to possess it by turning a wilderness into a domesticated space rather like England. In the fashion described by John Locke whereby a man

Em outras palavras, o que chama atenção na história de Robinson é como ele cultiva o sentimento proprietário, principalmente após trabalhar arduamente. Os capítulos anteriores, principalmente no item 3.4., no qual demonstramos a tomada de consciência de Robinson de que deveria proceder de maneira a criar facilidades da vida para si mesmo, deixaram claro que Robinson antecipou o que Locke diria no § 26 do Livro II dos *Dois Tratados Sobre o Governo*: “Deus, que deu o mundo aos homens em comum, deu-lhes também a razão, a fim de que dela fizessem uso para maior benefício e conveniência da vida. A Terra, e tudo quanto nela há, é dada aos homens para o sustento e o conforto de sua existência.”¹³⁹

O passo além dado por Locke¹⁴⁰, que tornou sua teoria inovadora e determinante para outras teorias posteriores, inclusive no Direito, como será estudado adiante, inicia-se no § 27.

Embora a Terra, e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma *propriedade* em sua própria pessoa. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O *trabalho* de seu corpo e a *obra* de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-a ele com o seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando-a em sua *propriedade*. Sendo por ele retirada do estado comum em que a natureza a deixou, a ela agregou, com esse trabalho, algo que a exclui do direito comum dos demais homens. Por ser esse *trabalho* propriedade inquestionável do trabalhador, homem nenhum além dele pode ter direito àquilo que a esse *trabalho* foi agregado, pelo menos enquanto houver bastante e de igual qualidade deixada em comum para os demais.¹⁴¹

Com essa teorização, Locke, segundo Bobbio, se opôs frontalmente à teoria da ocupação em relação ao modo de adquirir a propriedade¹⁴², uma vez que, ao

possesses land by working it, he becomes the owner of the island by his laboring on it and exploring it, claiming it by virtue of his European exceptionalism.”

¹³⁹ LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o governo*, p. 406 e 407.

¹⁴⁰ Conforme SOLARI, Giole. *Filosofia del derecho privado I – la idea individual*, p. 38: “La superioridad de Locke frente a sus contemporáneos y predecesores consiste en el hecho de haber abandonado, al tratar la propiedad, los criterios políticos y morales; en haber afirmado el contenido económico de aquélla, dándole una justificación correspondiente a la función económica que cumple. Por primera vez el derecho estaba llamado a consagrar, en forma consciente y explícita, los resultados de una investigación económica.”

¹⁴¹ LOCKE, J. *Dois...*, p. 407 e 409.

¹⁴² Segundo GROTIUS, Hugo. *O direito da guerra e da paz*, livro II, cap. II, § 5: “ficamos sabendo também como as coisas se transformaram em propriedade. Não teve lugar por um simples ato de vontade, pois os demais não saberiam saber, a fim de se abster, do que cada um queria tornar seu e vários poderiam querer se apropriar do mesmo objeto. Foi, no entanto, o resultado de uma convenção, seja expressa através de partilha, seja tácita através, por exemplo, da ocupação. Deve-se presumir que, a partir do momento em que a comunidade dos bens passou a desagradar, sem

contrário do que pensava Hobbes, os bens no estado de natureza eram comuns (*ius communes*) e não *res nullius*. “A situação original do estado da natureza se caracterizava não mais pela ausência da propriedade, mas pela sua universalidade.”¹⁴³

O jurista italiano explica porque Locke optou, assim, pela teoria da especificação (transformar um objeto, mediante trabalho individual, em objeto diferente), uma vez que ela era mais conveniente à nova camada que surgia, denominada burguesia. Assim,

Para esse tipo de transformação [transformar uma coisa de todos em coisa de alguém], que era, como já se disse, uma individuação, tornava-se necessário algo de mais intenso, de mais pessoal, diria mesmo de mais meritório. A outra razão – a principal –, pela qual Locke afastou a teoria da ocupação, era que esta correspondia a um modelo de sociedade agrícola e estática. Modelo distante do seu horizonte mental e dos seus propósitos de reforma política em uma sociedade, como a inglesa, marcada por uma burguesia ativa, em luta contra a aristocracia tradicional, com base econômica na terra, e em expansão contínua além dos mares, em terras incultas, ocupadas por indígenas.¹⁴⁴

A individuação, então, só seria possível através do trabalho, ou seja, do dispêndio de energia e, conseqüentemente, da agregação de algo a mais àquele bem antes comum. Como bem observa Solari, “el trabajo es la nueva categoría donde confluyen la economía y el derecho: el trabajo crea el valor y engendra la propiedad individual de la que se desarrollan todas las relaciones de derecho privado.”¹⁴⁵

É por esse motivo que todo o processo de apropriação das coisas e de si mesmo, acompanhado do processo racional, permitiu a Robinson declarar-se “o senhor de todo o feudo ou, se quisesse, poderia mesmo me considerar rei ou imperador de todo o território do qual me apossara. Não havia rivais. Eu não tinha competidor, ninguém para disputar comigo a soberania ou o comando.”¹⁴⁶

Mesmo assim, Robinson compreende que não podia se apropriar daquilo que estivesse além de suas necessidades, daquilo que por ele poderia ser usado

resultado em partilha, todos chegaram a um acordo pelo qual o que cada um ocupasse seria de sua propriedade.” (p. 314).

¹⁴³ BOBBIO, Norberto. *Locke e o direito natural*, p. 193.

¹⁴⁴ BOBBIO, N. *Locke...*, p. 194.

¹⁴⁵ SOLARI, G. *Filosofia...*, p. 38.

¹⁴⁶ RC, p. 115.

(conferir 4.1). Nesse sentido, ele segue a limitação natural descrita por Locke, quando este diz que ninguém pode “*açambarcar* tanto quanto queira”.

A mesma lei da natureza que por este meio nos concede a propriedade, também *limita* essa *propriedade*. *Deus deu-nos de tudo em abundância* (1 TM 6, 17) é a voz da razão confirmada pela revelação. Mas até que ponto ele no-lo deu? *Para usufruirmos*. Tanto quanto qualquer pessoa possa fazer uso de qualquer vantagem da vida antes que se estrague, disso pode, por seu trabalho, fixar a propriedade. O que quer que esteja além disso excede sua parte e pertence aos outros. Nada foi feito por Deus para que o homem estrague ou destrua.¹⁴⁷

Robinson soube limitar sua propriedade com seu trabalho de maneira competente. Ao final do seu sentimento de solidão, ou seja, antes de encontrar a pegada na areia, ele resume sua propriedade:

Os leitores devem se lembrar que eu tinha então, se assim posso chamá-los, dois estabelecimentos na ilha. Uma fortaleza ou tenda, cercada por um muro embaixo do penhasco com a caverna por trás, que a essa altura eu havia alargado, formando vários apartamentos, ou cavernas, uma dentro da outra. (...)

Perto dessa habitação, mas um pouco mais longe no sentido do interior e num terreno mais baixo, estavam meus dois terrenos de cereais, que eu mantinha devidamente arados e semeados, e que devidamente me rendiam a sua colheita na temporada certa. E, sempre que me sobravam grãos, eu dispunha de outros terrenos adjacentes prontos para eles.

Além disso, eu tinha meu sítio rural e possuía então uma plantação razoável ali também. Primeiro fizera a casinha de verão, como eu a chamava, que mantinha bem conservada, isto é, mantinha a cerca viva que a rodeava sempre aparada na altura usual e a escada sempre guardada do lado de dentro. Mantinha as árvores também aparadas para poderem se espalhar e engrossar. No início não passavam de estacas, mas haviam crescido altas e firmes depois, formando uma sombra das mais agradáveis, o que realmente aconteceu, segundo me recorde. No meio disso eu tinha a tenda sempre armada, feita de um pedaço de vela estendido sobre estacas preparadas para esse fim e que nunca precisava de reparos nem de renovação. Embaixo desta eu havia armado um coxim, ou sofá, com as peles dos animais que havia matado e outras coisas macias. Sobre elas estendera um cobertor que havia resgatado das roupas de cama do navio e uma grande capa de vigia para me cobrir. Sempre que tinha a oportunidade de me ausentar da habitação principal, eu ocupava minha casa de campo.

Próximo dali eu tinha os cercados para o gado, isto é, as cabras. E assim como me dera um trabalho inconcebível cercar esse terreno, eu me preocupava em mantê-lo inteiro para as cabras não fugirem. Assim, nunca partia sem antes, com um labor infinito, ter deixado o lado de fora da cerca tão cheio de pequenas estacas, e tão próximas umas das outras, que elas formavam mais uma paliçada que uma cerca, mal deixando espaço para a mão passar entre elas. Depois, quando essas estacas cresceram, como aconteceu na temporada chuvosa seguinte, deixaram o cercado firme como uma muralha, na verdade, mais firme que qualquer muralha.

Isso atesta a meu favor que eu não ficava ocioso e que não poupava esforços para fazer tudo o que fosse necessário para o sustento que me

¹⁴⁷ LOCKE, J. *Dois...*, p. 412.

aprouvesse. Considerava a manutenção de uma criação de animais domésticos ao alcance da minha mão como um armazém vivo de carne, leite, manteiga e queijo, para mim, enquanto eu vivesse no lugar, nem que fosse por quarenta anos. Mantê-lo ao meu alcance dependia totalmente de eu aperfeiçoar meus cercados para deixá-los bem cerrados. Assim, por meio desse método eu garantia isso de maneira eficaz. Quando essas pequenas estacas começaram a crescer, eu as havia plantado tão próximas, que fui obrigado a arrancar algumas de novo.

Nesse lugar, eu cultivava também as minhas vinhas, das quais dependia principalmente para o meu estoque de passas para o inverno. Nunca deixei de as preservar com todo cuidado, como a melhor e mais deliciosa iguaria de toda a minha dieta. De fato, elas não eram só deliciosas, mas medicinais, saudáveis, nutritivas e refrescantes ao extremo.¹⁴⁸

Embora a citação seja longa e até um pouco fatigante, ela é imprescindível para o que está sendo discutido aqui, pois ela não apenas atesta a favor de Robinson, demonstrando que ele não ficava ocioso e não poupava esforços para suprir suas necessidades. Muito mais do que isto, a citação vem comprovar que Robinson antecipou o que Locke diria no § 32 dos *Dois Tratados*:

Quando deu o mundo em comum para toda a humanidade, Deus ordenou também que o homem trabalhasse, e a penúria de sua condição assim o exigia. Deus e sua razão ordenaram-lhe que dominasse a Terra, isto é, que a melhorasse para o benefício da vida, e que dessa forma, depusesse sobre ela algo que lhe pertencesse, o seu trabalho. Aquele que, em obediência a essa ordem de Deus, dominou, arrou e semeou qualquer parte dela, acrescentou-lhe com isso algo que era de sua propriedade, ao que os demais não tinham qualquer título, nem poderiam tomar-lhe sem causar-lhe injúria.¹⁴⁹

A importância da teoria de Locke está no fato de ter pensado o homem como um ser livre para dominar a Terra. A propriedade, direito natural independente de qualquer consentimento ou organização social, é elevada a importância máxima, pois é somente através dela que o indivíduo pode se concretizar. Em outras palavras, é somente pela apropriação que o homem adquire sua individualidade, independentemente de outros indivíduos ou instituições. Conforme Robert Castel:

Locke é um dos primeiros, senão o primeiro, a formular uma teoria do indivíduo moderno a partir da tomada de consciência da necessidade deste indivíduo em se apoiar sobre a propriedade privada para existir. É a teoria lockeana da apropriação. O homem, segundo Locke, é alguém que se apropria, que se apropria e transforma a natureza com o seu trabalho, que se torna proprietário e que, por intermédio desta apropriação, se torna

¹⁴⁸ RC, p. 131 a 133, sem grifos no original.

¹⁴⁹ LOCKE, J. *Dois...*, p. 413.

alguém capaz de existir por si só como indivíduo, isto é, alguém que não depende de ninguém.¹⁵⁰

A questão da propriedade era muito cara na época em que Locke escreveu seus Tratados, tanto é que a expressão tinha um sentido muito maior do que aquele utilizado nos dias atuais. Quando discorre sobre a sociedade civil e política, necessária e com a principal função de preservar a propriedade, Locke escreve que o homem tem o poder de “preservar sua propriedade, isto é, sua vida, liberdade e bens (...)”¹⁵¹. Assim, segundo Peter Laslett, “(...) a propriedade, para Locke, parece simbolizar os direitos em sua forma concreta, ou talvez, melhor que isso, estabelecer o tema tangível dos poderes e atitudes de um indivíduo.”¹⁵².

Ainda, conforme ficou evidente desde o início de nossa análise, a apropriação de coisas (ou de pessoas consideradas coisas), dava enorme prazer a Robinson. Nesse sentido, segundo a interpretação de André Vachet, há nas idéias de John Locke qualquer sinal hedonista, mas não aquele imediato. “A idéia de poder está no centro da concepção de prazer, sendo até o pilar que o suporta. O maior prazer não consiste no desfrute dos grandes prazeres, mas sim na posse das coisas que permitem os grandes prazeres.”¹⁵³

Assim, Castel destaca a complexidade da noção de propriedade em Locke, isto é, propriedade de si e propriedade dos bens, dando-lhe um caráter heterogêneo. Mas conclui:

Mas o que me parece a idéia fundamental em Locke é que os conteúdos heterogêneos são ao mesmo tempo indissociáveis: não podemos ser

¹⁵⁰ CASTEL, Robert; HAROCHE, Claudine. *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne*, p. 14, tradução livre: “(...) Locke est un des premiers, si ce n'est le premier, à développer une théorie de l'individu moderne à partir de la prise de conscience de la nécessité pour cet individu de s'appuyer sur le socle de la propriété privée pour exister. Ce la théorie lockienne de l'appropriation. L'homme, selon Locke est quelqu'un qui s'approprie, qui s'approprie et transforme la nature par son travail, qui devient ainsi propriétaire et qui, par l'intermédiaire de cette appropriation, devient capable d'exister pour lui même comme individu, c'est-à-dire de ne dépendre de personne.”

¹⁵¹ LOCKE, J. *Dois...*, p. 458. A afirmação está no § 87 do Segundo Tratado, quando Locke defende que, embora o homem tenha a liberdade de gozar dos direitos e privilégios da lei da natureza, sendo-lhe de direito proteger sua propriedade, além de julgar aqueles que a põe em risco, na sociedade política este poder deve ser renunciado em favor do corpo político.

¹⁵² LASLETT, Peter. Trata-se do prefácio assinado pelo autor para uma edição estudantil e transcrita na edição em português que utilizamos dos Dois Tratados (ed. Martins Fontes). A referência está no capítulo V (A teoria social e política dos Dois Tratados sobre o Governo), p. 150.

¹⁵³ VACHET, André. *L'idéologie libérale: l'individu et sa propriété*, p. 95, tradução livre: “C'est ainsi que l'idée de pouvoir est au centre de sa conception du bonheur, et est même le pivot qui la supporte. Le plus grand bonheur consiste non dans la jouissance des plus grands plaisirs, mais dans la possession des « choses qui produisent les plus grands plaisirs ».”

proprietários de nossa pessoa sem sermos proprietários de bens. Além dos contornos do pensamento, eu coloco Locke como o testemunho do momento histórico do começo da modernidade, tomando consciência de que – sendo sem dúvida o primeiro a fazê-lo –, para existir como indivíduo independente, há de se tornar proprietário.¹⁵⁴

Partindo desta interpretação, é possível concluir que Robinson encarna o indivíduo moderno, muito mais após tomar consciência de que individualidade, propriedade/apropriação, e trabalho eram interdependentes. Preservar a propriedade era preservar a si mesmo. Não seria absurdo, pelo contrário, se as mesmas palavras de Locke (§ 35) estivessem reproduzidas na história de Robinson:

A lei sob a qual o homem estava antes era favorável à *apropriação*. Deus ordenou, e seus desejos forçaram-no ao *trabalho*. Este era a sua *propriedade*, que dele não poderia ser tirada onde quer que a tivesse fixado. Logo, vemos que o tratar ou cultivar a terra e o ter domínio sobre ela estão intimamente ligados. Uma coisa dá título à outra. De modo que Deus, ao ordenar o cultivo, deu com isso autorização para a *apropriação*. E a condição da vida humana, que requer trabalho e materiais com os quais trabalhar, introduz necessariamente a *propriedade particular*.¹⁵⁵

“Propriedade particular” é de um e de mais ninguém¹⁵⁶. Trata-se de algo que deve ficar claro especialmente para os outros.

4.3. Eu agora tinha um muro duplo: a proteção da propriedade

Desde o início da vida insular é possível perceber a preocupação de Robinson em cercar tudo, criar limites entre o lado de fora e o lado de dentro¹⁵⁷. Constantemente ele descreve como gastou tempo na construção de muros na tentativa de sempre se sentir seguro.

¹⁵⁴ CASTEL e HAROCHE. *Propriété...*, p. 19 e 20, tradução livre: “Mais ce qui me paraît être l'intuition fondamentale de Locke c'est que ces contenus hétérogènes sont en même temps indissociables: on ne peut pas être propriétaire de sa personne si l'on n'est pas propriétaire de biens. Au-delà des méandres de la pensée, je prends ici Locke comme le témoin du moment historique qu'il occupe aux commencements de la modernité, prenant conscience – et étant sans doute le premier à l'exprimer clairement – que, pour pouvoir exister comme un individu indépendant, il faut désormais être propriétaire.”

¹⁵⁵ LOCKE, J. *Dois...*, p. 415.

¹⁵⁶ Trata-se da característica *erga omnes* da propriedade, que será objeto de análise posterior.

¹⁵⁷ Segundo OST, F. *A natureza...*, p. 58: “Com a propriedade privativa os outros tornam-se, em linguagem jurídica, ‘terceiros’; terceiros, de ora em diante ‘excluídos’ do usufruto comum, do mesmo modo como a lógica cartesiana, rigorosamente identitária e binária, excluírá a parte terceira no sentido lógico de terceira possibilidade entre A e não A (*tertium non datur*).”

O medo, porém, aumenta após encontrar uma pegada na areia da praia, pois ela era um sinal de que a ilha não era tão desabitada como Robinson imaginava. Após muito refletir sobre o medo do ser humano, ele relata que

comecei então a me arrepender amargamente de ter aprofundado tanto a caverna, e de ter construído uma porta, que, como já disse, dava para fora do ponto em que a fortaleza encostava na rocha. Assim, depois de ponderar muito sobre isso, resolvi construir uma segunda fortificação, na mesma forma de semicírculo, a alguma distância do muro, até onde eu havia plantado a dupla fileira de árvores, cerca de doze anos antes, como já mencionei. Posto que essas árvores haviam sido plantadas muito juntas, elas só precisariam da intercalação de algumas estacas para ficarem ainda mais cerradas, mais fortes, e meu muro logo estaria terminado. De forma que eu agora tinha um muro duplo, e o muro externo era engrossado com pedaços de madeira, cabos velhos e tudo que pude imaginar para fortalecê-lo, tendo sete orifícios pequenos com tamanho suficiente para eu passar meu braço. No lado interno dele, reforcei o muro até uma espessura de dez pés tirando terra da caverna, acumulando-a junto ao muro e socando-a com os pés. Nos sete orifícios, tratei de pôr os sete mosquetes, os quais, como já observei, trouxera do navio. Arrumei-os, quero dizer, como se fossem meus canhões, montando-os em armações que os sustinham como uma carreta para que pudesse disparar os sete em dois minutos. Levei um mês extenuante para terminar esse muro e não me senti seguro enquanto ele não ficou pronto.¹⁵⁸

A vida de Robinson se torna intranquila, mas o medo acaba dando lugar à raiva e vingança quando ele vê restos de rituais canibais na praia. Prevenido, Robinson prefere não se afastar de seu castelo. Como já foi analisado (capítulo 3.5), o estranho acaba sendo domesticado (coisificado) quando Robinson “salva” a vida (e a alma) de Sexta-Feira.

O próximo contato que Robinson, já acompanhado de Sexta-Feira, ocorrerá apenas no vigésimo sétimo ano, em que há mais um combate contra os canibais e mais dois salvamentos: um espanhol e o pai de Sexta-Feira. A precisão cartesiana de Robinson para descrever como cada um dos 21 canibais morreu é curiosa. Ao final, Robinson percebe que

minha ilha estava então habitada e eu me considerei muito rico em súditos. Esse era um pensamento alegre que freqüentemente me ocorria, o de como eu me assemelhava a um rei. Primeiro de tudo, todo o território era exclusivamente de minha propriedade, de forma que eu tinha um direito de domínio incontestável. Segundo, meu povo era perfeitamente submisso. Eu era o senhor e legislador absoluto; eles todos deviam sua vida a mim e estavam prontos a dar sua vida por mim se a ocasião se apresentasse. O que era notável, também, é que tínhamos apenas três súditos e eles eram de três religiões diferentes. Meu criado Sexta-Feira era protestante; seu pai,

¹⁵⁸ RC, p. 139, sem grifos no original.

pagão e canibal; e o espanhol, um papista. Entretanto, permiti a liberdade de consciência em todos os meus domínios, diga-se de passagem.¹⁵⁹

A passagem suscita muitas discussões, pois ela pode ser analisada tanto no âmbito do Direito Público, como do Privado. Independente de Robinson sentir-se um Rei ou um mero proprietário, fato é que apenas neste momento ele pode se sentir tranqüilo (equivalente à felicidade), pois um mínimo de ordem estava estabelecida. A propriedade, enfim, estava garantida e protegida.

Nesse sentido, os ensinamentos de John Locke são preciosos. Após discorrer acerca da sociedade política e civil e como ocorre a formação dela, Locke passa a analisar os fins desta sociedade, isto é, no que consiste sua importância para os homens. Diante da incerteza e da insegurança no estado de natureza, cada homem renuncia a liberdade, pois “procura e almeja unir-se em sociedade com outros que já se encontram reunidos ou projetam unir-se para a *mútua* conservação de suas vidas, liberdades e bens, aos quais atribuo o termo genérico de *propriedade*.”¹⁶⁰

Se os homens se organizam de maneira a proteger a propriedade no seu sentido genérico, como se destaca da afirmação de Locke, significa que, a despeito de pretenderem uma lei comum e estabelecida, um juiz imparcial e conhecido e um poder que sustente decisões¹⁶¹, o poder maior está limitado pelo próprio fim que almeja.

É a partir dessa cadeia de idéias que se torna possível entender porque Robinson permitiu a liberdade de consciência em todos os seus domínios. Robinson não diz nada à toa. Mais uma vez é importante recorrer às palavras de Locke, no seu *Carta sobre a tolerância*, ao diferenciar igreja e comunidade. “O que é legal pelas leis da comunidade não pode ser proibido pelo magistrado dentro da igreja. O que é permitido a qualquer um de seus súditos, para seu uso comum, não pode nem deve ser proibido pelo magistrado a nenhuma seita, para usos religiosos.”¹⁶²

¹⁵⁹ RC, p. 199 e 200.

¹⁶⁰ LOCKE, J. *Dois...*, p. 495. A relação entre o público e o privado, quanto ao individualismo proprietário, em Locke é realizado por RUZIK, Carlos Eduardo Pianovski. *Locke e a formação da racionalidade do Estado moderno: o individualismo proprietário entre o público e o privado*. In: *Repensando a teoria do Estado*.

¹⁶¹ São características que faltam ao estado de natureza, como Locke expõe no Livro II, dos *Dois Tratados*, capítulo IX.

¹⁶² LOCKE, J. *Carta sobre a tolerância*, p. 69.

Locke também faz a distinção entre as opiniões especulativas e as práticas. As segundas, que influenciam a vontade, podem (e devem) ser controladas pelo magistrado, sob pena de colocar em risco a sociedade política. Já as primeiras, referentes apenas ao entendimento, não podem ser impostas pela lei, pois fazem parte do convencimento interno de cada um. Pelo fato de não se relacionarem com os direitos civis dos súditos,

o poder do magistrado e as propriedades das pessoas estarão igualmente seguras, quer os homens acreditem nessas coisas, quer não. Admito de pronto que essas opiniões são falsas e absurdas. Mas o objetivo das leis não é prover a verdade das opiniões, porém a segurança e integridade da comunidade, e a pessoa e as posses de cada homem em particular.¹⁶³

A conclusão de que “a preocupação com a alma de cada homem e com as coisas do Céu, que não pertence à comunidade nem pode ser submetida a ela, deve ser deixada inteiramente a cada um.”¹⁶⁴, tem uma importância constitucional muito grande, conforme Matteucci.

(...) No porque contenga principios nuevos, sino porque, implícitamente, les ofrece un nuevo fundamento: la libertad política. Los orígenes del liberalismo europeo deben precisamente rastrearse en la misma encrucijada entre el debate constitucional y la exigencia de una <tolerancia> religiosa, que con el tiempo llega a ser la afirmación de un derecho a la libertad religiosa, y luego a la libertad política. Con Locke la tolerancia no es la ya la exigencia de una secta perseguida, sino el verdadero y auténtico fundamento del nuevo Estado. La libertad religiosa contiene en sí no sólo la libertad de culto, ya que la primera sin la segunda carecería de sentido, sino también la libertad de asociación, la libertad de pensamiento, la libertad de difundirlo por cualquier medio.¹⁶⁵

Como será visto adiante, esta “liberdade de consciência” foi determinante para a construção jurídica moderna.

4.4. Disposto por escrito e assinado do próprio punho: o contrato

¹⁶³ LOCKE, J. *Carta...*, p. 76.

¹⁶⁴ LOCKE, J. *Carta...*, p. 80 e 81. A relação entre o puritanismo e o direito é explorada por POUND, Roscoe. *El espíritu del “common law”*, p. 47 a 71. Segundo o autor, o puritanismo, ao acreditar que cada indivíduo tinha sua própria fé, isto é, um convencimento livre e próprio, não cabendo a nenhuma autoridade exercer qualquer coação sobre isso, foi a raiz para a liberdade de contratar. Além disso, essa relação trazia consigo a idéia de que os princípios morais tinham aplicação relativa, segundo as circunstâncias de cada indivíduo.

¹⁶⁵ MATTEUCCI, N. *Organización...*, p. 140.

Agora não mais sozinho, a vida de Robinson se modifica completamente. A vida com mais seres humanos fez com que Robinson se lembrasse de seus costumes anteriores a chegada na ilha. A primeira lembrança que afloresce foi o contrato.

Em “conversa séria” com o espanhol recém-chegado, Robinson descobre que mais ou menos dezesseis europeus, de nacionalidade espanhola e portuguesa, viviam em paz com selvagens na ilha de onde o espanhol tinha vindo. A paz decorria da posição desvantajosa (falta de suprimentos) dos europeus em relação aos nativos canibais. Diante disso,

perguntei-lhe como ele achava que eles receberiam uma proposta minha que poderia propiciar uma fuga; e se, estando todos eles aqui, isso não poderia ser feito. Falei com ele, abertamente, que temia sua traição e seus maus-tratos a mim se colocasse minha vida em suas mãos, pois a gratidão não era uma virtude inerente à natureza humana e os homens nem sempre regulam seus tratos tanto pelos favores que receberam quanto pelas vantagens que esperam.¹⁶⁶

Robinson temia ser feito prisioneiro e levado à Inquisição em Nova Espanha, onde provavelmente perderia a vida.

Ele respondeu com grande candura e ingenuidade que a condição deles era tão miserável e que eles tinham uma consciência disso, que ele acreditava que abominariam a idéia de maltratar com desumanidade qualquer pessoa que contribuísse para a sua salvação. Se eu quisesse, ele os procuraria com o velho e conversaria com eles sobre isso, voltando com a sua resposta. Ele estabeleceria condições com eles, sob seu juramento solene para que aceitassem a minha liderança absoluta, como seu comandante e capitão. Jurariam lealdade a mim pelos Sagrados Sacramentos e o Evangelho, indo para o país cristão que eu indicasse e para nenhum outro. Ficariam subordinados total e absolutamente às minhas ordens até serem desembarcados em segurança na região que eu estipulasse, além de trazer um contrato deles, escrito por suas mãos, para esse fim.¹⁶⁷

Antes, porém, Robinson percebe que se a chegada destes europeus fosse imediata, não haveria uma quantidade de grãos suficientes para todos. Por isso, os quatro preparam a terra para semear 22 alqueires de cevada e 16 jarros de arroz. Aumenta também seu rebanho e a quantidade de uvas secas.

E então, tendo um suprimento completo de comida para todos os hóspedes que eu esperava, autorizei que o espanhol fosse ao continente ver o que

¹⁶⁶ RC, p. 203, sem grifos no original.

¹⁶⁷ RC, ibidem, sem grifos no original.

poderia fazer com os que deixara por lá. Dei-lhe uma ordem por escrito para não trazer consigo ninguém que não houvesse jurado na presença dele mesmo e do velho selvagem que não feriria, combateria nem atacaria a pessoa que viesse a encontrar na ilha, que tivera a bondade de mandar buscá-los para a sua salvação. Todos ficariam do meu lado e a defenderiam contra todas as tentativas nesse sentido, e, onde quer que fossem, ficariam inteiramente sujeitos às suas ordens. Isso devia ser disposto por escrito e assinado do próprio punho. Como isso seria feito, visto que eu sabia que não dispunham de papel nem de pena, foi uma pergunta que nunca nos fizemos.¹⁶⁸

O que não estava disposto neste contrato redigido por Robinson é que sua real intenção tinha apenas uma aparência de bondade, haja vista seu fim maior fosse a sua própria libertação. Aqui, assume importância os documentos escritos, tão comuns e importantes nos dias atuais. A análise de Ost é novamente elucidativa:

Tal é portanto, daí em diante, o modelo de socialidade do solitário: a toda pessoa encontrada, Robinson oferecerá a seguinte alternativa: ou a guerra, ou uma assinatura na parte inferior de um contrato. Tendo partido do Estado de natureza hobbesiano – o terror canibal –, Robinson encontra uma saída à maneira lockiana: não a de submeter-se à onipotência do Leviatã tutelar, mas a de negociar passo a passo relações contratuais para sua vantagem.¹⁶⁹

Chegamos à parte final da história de Robinson Crusoe, pouco conhecida entre o público. O resumo que todos conhecem é de “um homem que vive sozinho em uma ilha por muitos anos, conhece um nativo da região e consegue retornar a sua terra natal”, tal como foi dito no início do trabalho. Entretanto, poucos sabem como Robinson consegue sair da ilha. Sua saída também é contratual.

Oito dias depois da partida do espanhol e do pai de Sexta-Feira, Robinson avista um navio ancorado perto da ilha. Um pequeno barco vem até a terra, trazendo um grupo de ingleses e três prisioneiros, também ingleses, o que deixa Robinson muito confuso.

Após os prisioneiros terem sido deixados embaixo de uma árvore e estando os demais dormindo, Robinson se aproveita da brecha para conhecer e interpelar os presos. Em rápida conversa, Robinson descobre que um deles era o capitão do navio, contra quem os marinheiros haviam se amotinado, ao passo que outro era o seu imediato e o terceiro um passageiro. Ao suplicar ajuda de Robinson, este responde:

¹⁶⁸ RC, p. 206, sem grifos no original.

¹⁶⁹ OST, F. Contar..., p. 264.

Veja, senhor – eu disse –, se me arriscar na sua salvação, vocês estariam dispostos a cumprir duas condições? – Ele antecipou minhas propostas dizendo que tanto ele como o navio, se fosse recuperado, seriam totalmente dirigidos e comandados por mim em tudo. E que se o navio não fosse recuperado, ele viveria e morreria comigo em qualquer parte do mundo aonde eu o enviasse. Os outros dois homens disseram o mesmo.

Bem – eu falei –, minhas condições são duas apenas: 1. A de que, enquanto permanecerem nesta ilha comigo, não vão pretender qualquer autoridade aqui; e se eu puser armas em suas mãos, vocês as entregarão a mim em qualquer ocasião e não vão fazer nenhum dano a mim e aos meus, nesta ilha. E enquanto isso, serão governados por minhas ordens. 2. A de que, se o navio for, ou puder ser recuperado, vocês transportarão a mim e ao meu criado até a Inglaterra gratuitamente.

Ele me ofereceu todas as garantias que a invenção e a fé do homem poderiam imaginar de que cumpriria essas exigências mais que razoáveis. Além disso, ficaria devendo sua vida a mim, e reconheceria isso em todas as ocasiões enquanto vivesse.¹⁷⁰

Merece atenção especial aqui as idéias de Samuel Pufendorf em relação ao dever dos homens ao fazer contratos. Segundo ele, os chamados deveres da humanidade (de um homem em relação a outro), quais sejam, o de não causar danos a homem algum¹⁷¹, tratar a todos como naturalmente iguais a si mesmo¹⁷², e a promover o bem dos outros na medida em que for capaz¹⁷³, “não é Base Suficiente para sobre ela firmar todas as Obrigações que pode ser necessário tornar *recíprocas* entre um e outro.”¹⁷⁴

Assim, sabendo que nem todos os homens podem exercer seus ofícios por mera gentileza e diante da necessidade destes “produtos da sociabilidade”, Pufendorf acredita que “deveria ser previamente decidido o que esse homem, fazendo *determinada coisa* por seu Próximo, deveria esperar *em lugar* dela, e que poderia legalmente *exigir*. Isso se faz por meio de *Promessas e Contratos*.”¹⁷⁵

No caso de Robinson, realizou-se um contrato, haja vista tanto ele, como o capitão, terem se obrigado mutuamente. Logo, assume importância fundamental a obrigação (do direito natural) de cada homem de manter sua palavra, de maneira a não provocar conflitos entre os homens. Conforme alerta Pufendorf, sem manutenção da palavra

¹⁷⁰ RC, p. 211 e 212, sem grifos no original.

¹⁷¹ PUFENDORF, Samuel. *Os deveres do homem e do cidadão de acordo com as leis do Direito natural*, livro I, capítulo VI, p. 149.

¹⁷² PUFENDORF, S. *Os deveres...*, livro I, capítulo VII, p. 157.

¹⁷³ PUFENDORF, S. *Os deveres...*, livro I, capítulo VIII, p. 163.

¹⁷⁴ PUFENDORF, S. *Os deveres...*, p. 169.

¹⁷⁵ PUFENDORF, S. *Os deveres...*, p. 170.

perder-se-ia uma grande Parte da Vantagem que resulta para a Humanidade de uma *mútua Comunicação* de bons Ofícios e Coisas úteis. E, se não fosse *absolutamente necessária* uma Observação infalível das próprias Promessas, Homem nenhum poderia pretender ter alguma *Certeza* no que quer que planejasse e para o qual devesse depender da Participação de *outros*.¹⁷⁶

Robinson e o capitão com certeza sabiam disso. Tanto é que, após planejar um plano, Robinson, Sexta-Feira e os ex-prisioneiros conseguem retomar o controle do navio e render os amotinados. Alguns são julgados, outros mortos, e outros são deixados na ilha, desde que respeitassem algumas condições. Robinson mostra os seus bens e suas atividades a esses que foram condenados a ficar na ilha, sob pena de serem executados na volta à Europa.¹⁷⁷

Ao sair da ilha em 19 de dezembro de 1686, 28 anos, dois meses e dezenove dias depois de sua chegada à ilha, Robinson leva consigo apenas o pele de cabra, o guarda-chuva e um de seus papagaios, além, é claro, do dinheiro encontrado nos navios. Sua chegada à Inglaterra ocorre no dia 11 de junho de 1687, depois de uma ausência de 35 anos, onde encontra duas irmãs e dois filhos de um de seus irmãos.

Se o contrato foi o responsável por tirar Robinson da ilha, também é ele, estabelecido antes de sua saída do Brasil, que lhe permitiu (que lhe deu o direito e a garantia) de ter todos os seus bens e suas terras novamente. Em Lisboa, sabe, através de seu herdeiro universal, o capitão amigo, que suas plantações estavam sob os poderes do procurador fiscal, responsável por prestar contas ao rei, o qual ficava com um terço das riquezas produzidas, enquanto os outros dois terços eram doados a um mosteiro.

Após comprovar, com o auxílio de seu amigo capitão, que estava vivo, conseguiu que lhe fossem enviadas muitas de suas riquezas.

¹⁷⁶ PUFENDORF, S. *Os deveres...*, ibidem. Embora tenhamos abordado rapidamente a teoria do contrato de Pufendorf, consideramos imprescindível destacar a importância de seu pensamento na modernidade. Segundo Franz WIEACKER, *História do direito privado moderno*, "o sistema de Pufendorf sobreviveu até hoje nos grandes códigos da Europa central (...) em particular a <parte geral> de muitos dos novos códigos seria dificilmente pensável sem o trabalho prévio de Pufendorf." (p. 350). WIEACKER exemplifica algumas contribuições de Pufendorf, tais como a construção unitária das causas que extinguem a obrigação (cumprimento, compensação, novação etc).

¹⁷⁷ Essa passagem evoca o Direito Público, uma vez que Robinson passa a ser chamado de Governador, e não aparece perante as pessoas por "razões de Estado", como ele mesmo diz. Ao mesmo tempo, considera-se um juiz com capacidade para julgar os crimes e demais ilícitos, estabelecendo penas para os criminosos.

Nunca houve algo mais honrado do que os procedimentos relativos a essa procuração, pois em menos de sete meses eu recebi um grande pacote dos descendentes de meus depositários, os mercadores por conta de quem eu fora para o mar, com as seguintes cartas particulares e documentos:

Primeiro, uma conta corrente da produção de minha fazenda, ou plantação, desde o ano em que seus pais haviam feito o balanço com meu velho capitão de Portugal, para seis anos. A diferença parecia ser de 1174 *moidores* em meu favor.

Segundo, a contabilidade dos outros quatro anos em que eles conservaram os proventos em suas mãos, antes de o governo ter reclamado a administração por serem bens de uma pessoa não encontrada, o que eles chamavam de morte civil. A diferença disso, com o aumento do valor da plantação, importava em 38892 cruzados, que equivaliam a 3241 *moidores*.

Terceiro, as contas do Prior dos Agostinianos, que havia recebido os rendimentos por mais de quatorze anos; mas, descontando o que fora colocado à disposição do hospital, ele declarava, com grande honestidade, que tinha 872 *moidores* não distribuídos, que ele incluiu em minha conta. Quanto à parte do rei, esta não reembolsou nada.¹⁷⁸

Robinson ainda recebe 1200 caixas de açúcar, oitocentos rolos de fumo, mais ouro. Ao final,

eu era então, repentinamente, senhor de mais de 5 mil libras esterlinas em dinheiro e possuía um patrimônio, como poderia perfeitamente chamá-lo, no Brasil, de mais de mil libras por ano, tão garantido como um patrimônio territorial na Inglaterra. Em suma, estava numa situação que mal conseguia compreender nem me recompor da alegria que me causava.¹⁷⁹

Ao refletir sobre sua situação, Robinson conclui que “de fato, eu tinha mais preocupações em minha cabeça então do que tivera em minha vida solitária na ilha, onde não queria nada além do que já possuía, e só possuía aquilo de que precisava. Agora eu tinha uma grande responsabilidade sobre mim e minha tarefa era como garanti-la.”¹⁸⁰

Novamente é evidente as idéias de Locke no pensamento de Robinson Crusoe. Ainda no capítulo acerca da propriedade, o filósofo introduz o conceito de dinheiro, “um instrumento durável que o homem pudesse guardar sem se estragar e que, por consentimento mútuo, os homens aceitassem em troca dos sustentos da vida, verdadeiramente úteis, mas perecíveis.”¹⁸¹

O dinheiro, segundo Locke, foi determinante para que as pessoas aumentassem e continuassem suas posses. Segundo Macpherson, o “assombroso

¹⁷⁸ RC, p. 233, sem grifos no original.

¹⁷⁹ RC, p. 324.

¹⁸⁰ RC, p. 234.

¹⁸¹ LOCKE, J. *Dois...*, p. 426.

feito de Locke foi basear o direito de propriedade no direito natural e na lei natural, e depois remover todos os limites da lei natural do direito de propriedade.”¹⁸²

Em outras palavras, ao ir além dos limites propostos, isto é, apropriar-se de maneira a deixar boas e bastante terras para os outros e não deixar que aquilo que possui se estrague ou seja destruído, Locke acaba construindo uma teoria que defende a apropriação ilimitada. O dinheiro, conforme Macpherson, passou a ser um meio para acumular capital, e “tornou possível, e justo, um homem acumular mais terras do que aquelas cujos frutos poderá utilizar antes que se desperdicem”¹⁸³, uma vez que o dinheiro não estraga.

Depois de cuidar de todos os seus negócios, Robinson decide voltar à Londres passando pelas montanhas, onde ele, Sexta-Feira e outros acompanhantes enfrentam novas aventuras. Chegando a Londres, decidiu não voltar ao Brasil tendo como um dos motivos a religião cristã do país. Assim, vende suas propriedades brasileiras e,

nesse ínterim, estabeleci-me em parte por aqui, pois, antes de tudo me casei, e isso não para minha desvantagem nem insatisfação. Tive três filhos, dois meninos e uma menina. Mas, com a morte de minha esposa e a chegada de meu sobrinho, que fora bem-sucedido em uma viagem à Espanha, miha inclinação para viajar para fora do país e a sua insistência prevaleceram, convocando-me a partir no seu navio, como um comerciante privado, para as Índias Orientais. Isso foi no ano de 1694.¹⁸⁴

Duas linhas é o espaço que Robinson deixa para escrever sobre sua família, mas como ele próprio destaca, não para sua desvantagem nem insatisfação. Não descreve como era sua mulher, nem tampouco seus filhos, já que esta vida

¹⁸² MACPHERSON, C. B. *Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*, p. 210 e 211.

¹⁸³ MACPHERSON, C. B. *Teoria...*, p. 219 e 220. O autor “propõe que as dificuldades da moderna teoria liberal-democrática são mais profundas do que se havia pensado antes: que o individualismo oriundo do século XVII continha a dificuldade central, residindo esta na sua qualidade possessiva. Sua qualidade possessiva se encontra na sua concepção do indivíduo como sendo essencialmente o proprietário de sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, nada devendo à sociedade por elas. O indivíduo não era visto nem como um todo moral, nem com parte de um todo social mais amplo, mas como proprietário de si mesmo. A relação de propriedade, havendo-se tornado para um número cada vez maior de pessoas a relação fundamentalmente importante, que lhes determinava a liberdade real e a perspectiva real de realizarem suas plenas potencialidades, era vista na natureza do indivíduo. Achava-se que o indivíduo é livre na medida em que é proprietário de sua pessoa e de suas capacidades. A essência humana é ser livre da dependência das vontades alheias, e a liberdade existe como exercício da posse. A sociedade torna-se uma porção de indivíduos livres e iguais, relacionados entre si como proprietários de suas próprias capacidades e do que adquiriam mediante a prática dessas capacidades. A sociedade consiste de relações de troca entre proprietários. A sociedade política torna-se um artifício calculado para a proteção dessa propriedade e para a manutenção de um ordeiro relacionamento de trocas.” (p. 15).

¹⁸⁴ RC, p. 249.

monótona logo dá lugar a novas aventuras pelo mar. Evidencia-se, assim, o modelo de família que vigia e que vigiaria até meados do século XX, tipicamente patriarcal, hierárquica e matrimonializada.

A impressão é fortalecida na última página da narrativa, quando Robinson volta para sua ilha e

reservei para mim a propriedade do todo, mas doei-lhes as partes que eles mesmos escolheram. E, tendo acertado todas as coisas com eles e os exortado a não abandonar o lugar, deixei-os por lá. Dali eu fui para o Brasil, de onde enviei uma barca, que ali havia comprado, com mais habitantes para a ilha. Nela, além de outras provisões, enviei sete mulheres que julguei preparadas para o serviço ou para esposas dos que as quisessem tomar como tal. Quanto aos ingleses, eu lhes prometera enviar algumas mulheres da Inglaterra junto com uma boa carga de artigos de primeira necessidade se eles se empenhassem em plantar. Cumpri mais tarde a promessa.¹⁸⁵

Como Robinson conseguiu estas mulheres tão prestativas, segundo ele, não deixa claro. Terá sido através de um contrato de compra e venda? Afinal, o contexto coloca as mulheres como mais um tipo de provisão, que se inclui na promessa (contratual) feita pelo próprio Robinson.

Por fim, é importante destacar que Robinson volta à ilha para deixar claro seu direito de propriedade¹⁸⁶. Assim termina a primeira parte das aventuras de Robinson Crusoe, que não apenas deixou sua marca na literatura mundial, mas, acima de tudo, na sociedade, na política e no direito.

¹⁸⁵ RC, p. 250, sem grifos no original.

¹⁸⁶ Trata-se dos direitos reais de gozo sobre coisa alheia, tratados pelo Direito Civil. Conforme Luciano PENTEADO, *Direito das Coisas*, eles "visam conferir ao titular da situação jurídica a possibilidade de realizar algum tipo de função utilidade sobre o bem objeto de propriedade de outro sujeito de direitos. A partir do momento em que se institui um direito desta natureza, passa a ver, no sistema jurídico, uma relação jurídica entre o proprietário e o seu titular, relação esta que se denomina de relação jurídica real." (p. 402). Resta saber se tal relação instituída por Robinson foi de enfiteuse ou usufruto, já que ambas têm implicações diferentes.

Capítulo 5. O “Direito” de Robinson

A essa altura do trabalho é possível afirmar que o objetivo proposto, isto é, investigar a construção da idéia de sujeito no século XVII e, conseqüentemente, a idéia de propriedade, a partir de Robinson Crusoe¹⁸⁷, já foi alcançado. Os capítulos anteriores deixaram evidente como Robinson conseguiu construir sua individualidade, não apenas com a racionalidade, mas também com a apropriação e transformação dos bens. Assim, sua condição de indivíduo foi acompanhada pela condição de proprietário de si mesmo e da ilha como um todo.

Desta maneira, Robinson representa, seguindo uma das principais características da Literatura¹⁸⁸, o sujeito concreto, o que permite uma visão diversa da abstração imposta pelo Direito. A troca entre essas duas áreas aparentemente tão diferentes revela-se ainda mais surpreendente (e frutífera) quando percebemos que Robinson nada mais é do que o “paradigma” em que o Direito moderno se “baseou” para construir a idéia do “sujeito abstrato”. Muito mais do que isso, Robinson foi o modelo para o “sujeito proprietário”.

Nesse sentido, as aventuras de Robinson Crusoe analisadas nos capítulos precedentes permitem uma leitura mais rica e mais fácil do Direito e do que será exposto a seguir.

5.1. O Direito em busca da ordem: o sujeito abstrato de direito

Tal qual Robinson Crusoe e os filósofos da modernidade, o Direito moderno também buscou incessantemente a ordem. A mudança de referencial já iniciada no final da Idade Média, com pensadores como Duns Escoto e Guilherme de Ockham¹⁸⁹, colocando o indivíduo como ponto de partida do mundo, trouxe consigo a

¹⁸⁷ Conferir capítulo 1.2 (Seguindo as pegadas de Robinson Crusoe) deste trabalho.

¹⁸⁸ Conferir capítulo 1.1 (Direito ou Literatura X Direito e Literatura) deste trabalho.

¹⁸⁹ Infelizmente, não cabe a este trabalho investigar o desenvolvimento da idéia de sujeito e de direito subjetivo. Embora o tema esteja relacionado, como o leitor já deve ter percebido, o objeto central de análise é Robinson Crusoe. Quando entendemos haver pertinência com algum pensador, principalmente aqueles do século XVII, fazemos referência, mas sem a pretensão de esgotar suas idéias. No caso do nominalismo, consideramos importante transcrever as conclusões de Michel VILLEY, uma vez que sua obra, *Formação...*, é uma referência sobre o assunto. O nominalismo, segundo ele, “habituava a pensar todas as coisas a partir do *indivíduo*: o indivíduo (não mais a relação entre vários indivíduos) torna-se o centro de interesse da ciência e do direito; o esforço da ciência jurídica tenderá doravante a descrever as qualidades jurídicas do indivíduo, a extensão de suas faculdades, de seus *direitos individuais*.”. Daí porque o autor afirma em seguida que “o *positivismo*

necessidade de encontrar uma nova forma de garantir o equilíbrio que não cabia mais à religião (Igreja).

No século XVII a Europa ainda convivia com instabilidade, tal como foi exposto no início do trabalho ao tratarmos da história inglesa. Nesse contexto, importante nome para o Direito foi Hugo Grócio, o qual, influenciado pelo humanismo e pela doutrina da Escolástica Espanhola¹⁹⁰, encontra nas regras morais o caminho para se encontrar a ordem e a paz¹⁹¹.

Sendo assim, o objetivo passa a ser o de construir uma ordem sobre o indivíduo. Mas, “¿Cómo conseguir deducir el orden del individuo? ¿Cómo conseguir pensar la contextualidad del individualismo y del orden social?”, pergunta-se Pietro Barcellona. Pondera o autor que

En realidad, el orden no es deducible del individualismo singular, el orden es general, plural, y el individuo es particular, irrepetible; y, por otra parte, sin el orden general tampoco puede pensarse la individualidad, si no es resolviéndola en la pura naturalidad animal, en la contingencia existencial. No hay una transición lineal entre contingencia existencial y orden artificial. La identidad del individuo presupone un orden que le dé forma al individuo mismo, que sea el orden de todos.¹⁹²

A solução só pode ser conseguida, conforme o autor, através da idéia de sujeito abstrato, pois é a abstração que realiza a intermediação entre o empírico e o geral. São os indivíduos “nus, incaracterísticos, intermutáveis, abstractos, “gerais”, iguais”.¹⁹³. Segundo Grossi,

jurídico é filho do nominalismo. Todas as características essenciais do pensamento jurídico moderno já estão contidas em potência no nominalismo.” (p. 233). Por fim, conclui que: “E, em Guilherme de Ockham, já vimos o nominalismo engendrar o positivismo jurídico e a idéia do direito subjetivo. É de fato com o nominalismo de Guilherme de Ockham que se abrem oficialmente as portas da filosofia moderna. Após o triunfo da ‘via moderna’ nos séculos XIV e XV, por exemplo em João Gerson ou Gabriel Briel, o nominalismo servirá de ponto de partida para as grandes filosofias do direito da era moderna propriamente dita: Hobbes, Locke, Bentham etc. Será por intermédio dele que o lugar central da ciência do direito será ocupado pela idéia de poder individual ou de *direito subjetivo*, e por seu derivado, o de lei concebida como emanção do poder individual; que toda outra fonte possível da ordem jurídica será rejeitada; que se virá a negar que, da *natureza*, se possam extrair relações de direito. Embora o nominalismo ainda permita conservar (como o farão Hobbes e Locke) uma *lei natural moral*, desembocará necessariamente no positivismo *jurídico* que resume a doutrina de Hobbes e de sua inumerável linhagem, à qual muito provavelmente ainda pertencemos.” (p. 292).

¹⁹⁰ Sobre a Escolástica Espanhola, além de VILLEY, *A formação...*, conferir também LOS MOZOS, Jose Luis de. *El derecho de propiedad: crisis y retorno a la tradicion juridica*.

¹⁹¹ Segundo VILLEY, *A formação...*, ao estabelecer regras gerais de respeito ao bem alheio, de manutenção da palavra e do dever de reparação dos danos causados por sua pessoa, Grócio teria antecipado (teria sido a fonte) dos artigos 544, 1134 e 1382 do Código Civil de Napoleão, os quais serão analisados adiante. (p. 658 e 659)

¹⁹² BARCELLONA, Pietro. *El individualismo propietario*, p. 44 e 45.

¹⁹³ HESPANHA, Antônio Manuel. *O direito dos letrados no Império Português*, p. 34

Começa, nessa grandiosa oficina jusnaturalista, aquele culto da abstração, aquela forma de raciocinar por modelos e sobre modelos, que será um dos traços mais distintivos da modernidade jurídica. E será uma abstração obstinadamente perseguida até hoje, já que era o instrumento tremendamente eficaz que, sob a aparência de uma absoluta inocuidade, isolava e cimentava o indivíduo e eliminava formalmente toda diferenciação social que era totalmente desvantajosa para o sujeito economicamente fraco e totalmente vantajosa para o sujeito economicamente forte: a nova igualdade, precisamente porque era só igualmente jurídica e, portanto, mera possibilidade de igualdade factual, na sua abstração não molestava o abastado burguês e deixava aos despossuídos a miragem de um sonho praticamente inalcançável.¹⁹⁴

A ordem jurídica teve como base a nova classe que ascendia, principalmente na Inglaterra, chamada de burguesia. Embora sendo uma expressão ainda vaga no século XVII, em decorrência do fato de abrigar pessoas das mais diversas ocupações e hábitos, é possível concluir que “apesar das diferenças muitas vezes consideráveis de categoria e de riqueza, havia pelo menos um denominador comum que unificava internamente a classe: a posse de uma qualquer forma de propriedade”¹⁹⁵.

Burguesia, assim, foi o termo para designar, segundo Eroulths Cortiano Jr, “um novo homem, um estado de fato que não existia anteriormente. É um homem que, graças à riqueza que amealhou, se torna ilimitadamente ambicioso.”¹⁹⁶.

Junte-se a esta aparente igualdade a liberdade inerente ao homem, proprietário de si mesmo, como declarava Locke, para preencher os pré-requisitos necessários a todas as operações jurídicas. A ordem jurídica, então, passa a ser a vontade do indivíduo, uma vez que este é auto-referente. O raciocínio leva imediatamente à vontade de apropriação.

5.2. Os pilares do Direito

“Fundamento da civilização, a verdadeira força motriz e do desenvolvimento da sociedade”¹⁹⁷, a propriedade é um dos pilares do Direito moderno. Só ela garante a individualidade e o status de sujeito (abstrato) para poder exercer sua vontade.

¹⁹⁴ GROSSI, Paolo. *Para além do subjetivismo jurídico moderno*, p. 21 e 22.

¹⁹⁵ AMELANG, James S. *O burguês*. In: VILLARI, R. *O homem...*, p. 274.

¹⁹⁶ CORTIANO JUNIOR, Eroulths. *O discurso jurídico da propriedade e suas rupturas (uma análise do ensino do Direito de Propriedade)*, p. 29 e 30.

¹⁹⁷ FITZPATRICK, Peter. *A mitologia na lei moderna*, p. 80.

Ou, conforme Castel, já citado anteriormente, o homem, segundo Locke, só é proprietário de si mesmo se for proprietário de bens.

Passa-se, assim, ao fenómeno que Barcelona, preocupado em entender as premissas da lógica do mercado, chama de “abstração da propriedade”, a qual “corresponde la abstracción del sujeto, y sólo esto hace posible la transformación del individualismo posesivo originario en una forma general de organización de la sociedad: la sociedad de los propietarios libres e iguales.”¹⁹⁸. Logo, é apenas através da abstração (da subjetividade abstrata) que

se consigue solucionar la aparente contradicción entre la tarea de partida de una antropología fundada en la naturaleza humana y la constitución de un orden artificial capaz de soportar el conflicto permanente entre los hombres que tienden a satisfacer sus infinitos deseos de posesión. Sin la constitución de la subjetividad como subjetividad abstracta, no sería posible construir esta idea de orden, ni mediar entre las existencias empíricas individuales y el nuevo sistema de satisfacción de las necesidades fundado en el ordenamiento jurídico y el mercado.¹⁹⁹

A ordem mantida através da abstração da propriedade não é apenas a social, isto é, o proprietário, mas, acima de tudo, conforme ressalta Cortiano Junior, “os poderes proprietários são garantidos (...) para proteger o próprio instituto, que se tem como fundamental para um tipo de sociedade baseada na apropriação de bens.”²⁰⁰.

Segundo Antonio Manuel Hespanha, esta separação entre a coisa em si e uma utilidade que ela proporcionava (chamada de domínio) já aparece na Idade Média no pensamento de Domingo de Soto²⁰¹. A modernidade, amparada na idéia de sujeitos livres, transforma o domínio em uma disposição dependente apenas da subjetividade, isto é, do querer apropriar-se. “Assim, o domínio sobre as coisas aparece como um prolongamento do domínio sobre si próprio, o ter torna-se num mero acto de vontade do sujeito que se afirma como dono de uma coisa, a

¹⁹⁸ BARCELONA, P. *El individualismo...*, p. 48.

¹⁹⁹ BARCELONA, P. *El individualismo...*, p. 49.

²⁰⁰ CORTIANO, JUNIOR, Eroulths. *O discurso...*, p. 123. Segundo o autor, “o modelo proprietário deve ser universal e atemporal; deve permitir que a apropriação de todo e qualquer bem se subsuma ao preceito fundador do direito de propriedade moderno. A abstração do objeto da propriedade é imprescindível em um sistema baseado na lógica do mercado, onde tudo tem de ser passível de entrar em circulação. Todas as coisas devem reduzir-se então a um mínimo comum, que é a mercadoria.” (p. 124).

²⁰¹ O pensamento medieval, ainda atrelado a uma ordem natural do mundo, não conseguia separar com precisão pessoas de coisas. “Domínio” tinha uma natureza múltipla e pouco precisa. Segundo HESPANHA, o pensamento de Domingo de Soto é relevante justamente por conseguir organizar as idéias sobre o domínio e principalmente por separá-lo da coisa.

propriedade é um outro nome da liberdade, desse poder expansivo de afirmação subjectiva.”²⁰²

O século XVII apenas vai desenvolver e cristalizar estas idéias que foram semeadas na Idade Média, ao tornar o domínio intimamente ligado à vontade, atribuindo-lhe as características de direito absoluto e poder privado, isto é, a capacidade de abranger todos os usos possíveis das coisas, de maneira a satisfazer os interesses meramente individuais²⁰³.

Conforme Henrique Seixas Meireles, utilizando-se da expressão cunhada por Grossi, há uma subjetivação do *dominium*, isto é, o direito subjetivo passa a ser o guia para o sujeito se apropriar de si mesmo e do mundo.

Assim, o impacto do direito subjectivo (...) produz aquela deslocação do referente do *dominium* (da esfera da produção para a esfera da circulação) e a correlativa *metaforização* do sujeito – a transformação da pessoa no *sujeito* (forma jurídica do *homo oeconomicus*) através da <internalização> do *dominium* – o que vai ter um efeito ideológico *estruturante*, não apenas sobre o significado jurídico do *dominium*, mas também sobre a estrutura e sentido de outras formas jurídicas.²⁰⁴

Trata-se de um fenômeno que é evidente em Robinson Crusoe. A internalização deste *dominium*, acompanhado pela abstração, será central para o modelo proprietário que se desenhou nos séculos seguintes. A estrutura é resumida por Hespanha: primeiramente, conforme a teoria de Locke, “a propriedade é um direito natural, anterior à ordem jurídica positiva, decorrente da própria natureza do homem como ser que necessita de se projectar exteriormente nas coisas para se realizar.”²⁰⁵

A segunda característica deste modelo é considerar a propriedade como um direito absoluto, não limitada por externalidades, isto é, por condições ou autorizações externas. Além disso, como terceira característica, a propriedade é um direito pleno, ou seja, o proprietário tem todas as faculdades de ação sobre a coisa, podendo até mesmo destruí-la econômica ou fisicamente. O direito de propriedade é

²⁰² HESPANHA, A. M. *O Direito...*, p. 84.

²⁰³ São, segundo HESPANHA, as principais marcas que Escolástica franciscana imprimiu no desenvolvimento do pensamento dos séculos seguintes. (p. 85 a 87).

²⁰⁴ MEIRELES, Henrique da Silva Seixas. *Marx e o direito Civil*, P. 280.

²⁰⁵ HESPANHA, A. M. *O Direito...*, p. 87.

tendencialmente perpétuo e, por fim, como quinta característica, o direito de propriedade é essencialmente privado.²⁰⁶

Conclui-se com Meireles pela evidente “contradição entre sujeito e Direito, entre o direito e sua forma – o sujeito: a forma jurídica da pessoa é o sujeito de direito – forma universal – enquanto o(s) direito(s) do sujeito é particular – por exemplo, a propriedade.”²⁰⁷ Ou seja, tanto o sujeito como a propriedade são pensados abstratamente, mas o direito de propriedade do sujeito é privado e absoluto.

Simultaneamente à construção deste sujeito proprietário, a liberdade e a igualdade do homem abstrato permitem o contrato, uma vez que o ponto de partida passa a ser a vontade autônoma dos indivíduos. Nesse sentido, Eroulths Cortiano Junior faz a correlação entre estas características do homem, concluindo que

através de sua autonomia de ação, reconhecida juridicamente, o homem tem acesso e pode fazer uso da propriedade. E com a propriedade o homem pode fazer valer sua autonomia privada, já que o sistema econômico estrutura-se nas relações de troca. (...) Assim, liberdade, autonomia privada e propriedade encontram-se em estreita conexão numa sociedade fundada sob o signo do econômico.²⁰⁸

Esse binômio é esclarecido por Enzo Roppo, segundo o qual

em toda uma tradição do pensamento jurídico-político oitocentista, destinada a perpetuar a sua influência também no século seguinte, liberdade e propriedade estavam, de facto, associadas à maneira de um binómio indissolúvel: a propriedade (privada) é o fundamento real da liberdade, o seu símbolo e a sua garantia relativamente ao poder público, enquanto, por sua vez, a liberdade constitui a própria substância da propriedade, as condições para poder usá-la conformemente com a sua natureza e com as suas funções; sem propriedade, em suma, não há liberdade, mas inversamente, não pode haver propriedade dissociada da liberdade de gozá-la, de dela dispor, de transferi-la e fazê-la circular sem nenhum limite (e portanto dissociada da liberdade de contratar).²⁰⁹

Segundo o mesmo autor, os conceitos jurídicos “reflectem sempre uma realidade exterior a si próprios, uma realidade de interesses, de relações, de situações económico-sociais, relativamente aos quais cumprem, de diversas

²⁰⁶ HESPANHA, A. M. *O Direito...*, p. 87 a 90.

²⁰⁷ MEIRELES, Henrique da Silva Seixas. *Marx...*, p. 210.

²⁰⁸ CORTIANO JUNIOR, Eroulths. *O discurso...*, p. 91 e 92.

²⁰⁹ ROPPO, Enzo. *O contrato*, p. 42 e 43.

maneiras, uma função instrumental.”²¹⁰. Em outras palavras, o contrato está relacionado diretamente à circulação de riquezas (operação econômica). Seguindo este raciocínio, Roppo entende que a fórmula “relatividade do contrato” significa a mutabilidade frente as condições em que ele está inserido. Sua conclusão vem confirmar porque Robinson Crusoe é alguém que explica o contexto do século XVII, e até mesmo antecipa o que aconteceria anos mais tarde.

5.3. “De todas essas coisas, talvez eu faça um outro relato algum dia.”

É com esta frase que Robinson Crusoe termina sua narrativa, deixando a expectativa de um segundo livro. Isto de fato aconteceu, uma vez que há a segunda parte de suas memórias²¹¹. Entretanto, não apenas esta segunda obra não tem o mesmo brilho da primeira, inovadora, mas também foi desnecessária. Os séculos seguintes, principalmente os XVIII e XIX, através de novas vozes, souberam contar a história. Filósofos, pensadores, historiadores (...), cada um a sua maneira, contribuiu de alguma forma. No caso do Direito, os juristas (não apenas na Inglaterra) conseguiram buscar a ordem tão desejada por Robinson, tendo como ponto de partida o novo homem, autônomo, construtor de sua própria história, detentor de direitos subjetivos, entre eles o direito de propriedade e de contratar.

Após este caminho do concreto para o abstrato, isto é, de Robinson para o Direito, cremos que o que será escrito aqui já foi percebido de antemão pelo leitor atento.

Robinson, embora inglês, deixou suas marcas no mundo inteiro e, não à toa, faz parte do imaginário coletivo. Assim, apesar de ser uma referência para entendermos o Direito inglês e americano, isto é, o common law, o marinheiro também é figura importante para entendermos outros sistemas jurídicos da Europa, principalmente o francês, cuja codificação serviu de exemplo para outros códigos posteriores, inclusive o brasileiro de 1916²¹².

²¹⁰ ROPPO, Enzo. *O contrato*, p. 7.

²¹¹ DEFOE, Daniel. *The farther adventures of Robinson Crusoe*. Não há tradução para o português.

²¹² O atual Código Civil (2002) reproduziu os principais artigos do Código Civil de 1916, dentre os quais: art. 1.228 (“O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem que injustamente a possui ou detenha”, correspondente ao art. 524 do CC1916); art. 427 (“A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso”, correspondente ao art. 1.080 do CC1916); art. 927 (“Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a

Conforme Meireles, há de se reconhecer que enquanto na França o jusnaturalismo conduziu à “codificação do direito privado”, na Inglaterra ocorreu a “codificação constitucional”. No entanto, segundo o autor, “esta codificação de sentido diverso em Inglaterra e em França tem, de qualquer modo, como fundamento único o <paradigma do sujeito>.”²¹³. Como destaca Roscoe Pound, um dos efeitos do Direito natural no *common law* consistiu em acentuar o individualismo. Segundo ele,

la teoría jurídica de los derechos naturales era completamente individualista en sus dos aspectos. Por tratarse de una teoría fundada en las cualidades morales inherentes en los individuos, se fundaba en la deducción de la naturaleza de un solo individuo considerado en abstracto. Como una teoría de derechos fundados en un contrato social, pensó en los derechos naturales como los derechos de los individuos que habían celebrado un contrato, aparte del cual no existiría ni podría existir el Derecho ni nada que éste debiera proteger. En todo caso, el Derecho existe para proteger y mantener los intereses individuales.²¹⁴

A idéia é confirmada quando se lê a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, a qual consistiu em uma declaração solene dos “direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem”, entre eles a liberdade, a igualdade e a propriedade.²¹⁵. Apesar da importância destas conquistas na época, não podemos perder de vista a conclusão de Villey sobre os direitos do homem:

“Ferramenta de mil usos. Usaram-na em proveito das classes operárias ou da burguesia – dos malfetores contra os juizes – das vítimas contra os malfetores. Mas atenção! Cumpra escolher: *ou bem* de uns, *ou bem* dos outros. Nunca se viu na história que os direitos humanos fossem exercidos

repara-lo”, correspondente ao art. 159, CC1916). A seguir, ver-se-á que tais dispositivos reproduzem o pensamento do Código Civil francês de 1804.

²¹³ MEIRELES, H. S. S. *Marx...*, p. 244. Sobre as particularidades do regime proprietário na Inglaterra, na Alemanha e na França, conferir JANSSE, Lucien. *La propriété*, p. 141 a 163. Particularmente, sobre o regime e significado da propriedade e das obrigações no Direito Inglês, conferir DAVID, René. *O Direito Inglês*, p. 91 a 118.

²¹⁴ POUND, Roscoe. *El espíritu del “common law”*, p. 108 e 109.

²¹⁵ Têm particular interesse a este trabalho os artigos 1º (os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ser baseadas na utilidade comum.); 4º (a liberdade consiste em fazer tudo o que não prejudique o outro: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem outros limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o desfrute dos mesmos direitos. Esses limites só podem ser determinados pela lei.); 10º (ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo as religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.); 11º (a livre comunicação de pensamentos e opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever e publicar livremente, se aceitar a responsabilidade por qualquer abuso dessa liberdade nos termos estabelecidos pela lei.); 17º (Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém pode ser dela privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada a requeira indubitavelmente e sob condição de uma justa e prévia compensação).

em proveito de *todos*. O problema com os direitos humanos é que ninguém poderia tirar partido deles senão em detrimento de alguns homens.”²¹⁶

Assim, no caso da propriedade, tão cara a Crusoe, foi um dos pilares das legislações modernas, pensada para e sobre o sujeito proprietário. Conforme chama atenção André-Jean Arnaud, o Código Civil dispõe em seu primeiro livro, referente à pessoa, 509 artigos, ao passo que nos segundo e terceiro livros, que tratam a respeito dos bens e a maneira de adquiri-los, são dedicados 1756 artigos. “Essa desproporção é resultado de que o estudo dos titulares de direitos (as pessoas) não interessam na mesma medida em que é necessário estabelecer a capacidade de cada um para exercer os direitos subjetivos inerentes à pessoa humana.”²¹⁷

A expressão máxima (o referencial) do discurso proprietário, utilizando-se do conceito utilizado por Eroulths Cortiano Junior, é o artigo 544 do Código Civil de Napoleão, o qual dipunha que “la propriété est le droit de jouir et disposer des biens de la manière la plus absolue, pourvu qu’on n’en fasse pas un usage prohibé par les lois et par les règlements”.

Conforme Ost, foi com este artigo que Jean-Étienne-Marie Portalis, o principal artesão do Código,

resume o trabalho doutrinal de três séculos, combinando o conjunto dos argumentos avançados em favor do individualismo possessivo, desde de Descartes e Locke. A convergência entre a doutrina jurídica, relativa à propriedade, e o pensamento filosófico, relativo ao que apelidamos de ‘paradigma do artifício’, não poderia ser mais completa. Entre a *Fabula Mundi* de 1633 e o artigo 544º do Código Civil, a filiação é directa, tão recta como os caminhos do método.²¹⁸

Buscando as origens do Código Civil francês de 1804, Arnaud conclui que Portalis sofreu influência direta da Escola de Direito natural, especialmente de Grotius e Pufendorf. Para demonstrar isto, reproduz o pensamento do idealizador da propriedade:

o direito de propriedade são aqueles que, segundo Portalis, ‘são inseparáveis da nossa maneira de ser e que, por consequência, não podem ser dispostos pela lei como garantia ou objeto de concessão. Podemos

²¹⁶ VILLEY, M. *O direito e os direitos humanos*, p. 162.

²¹⁷ ARNAUD, André-Jean. *Les origines doctrinales du Code Civil Français*, p. 171, tradução livre : “Cette disproportion provient de ce que l’étude des titulaires de droits (les personnes) n’intéresse le Droit que dans la mesure où il est nécessaire d’établir la capacité de chacun à exercer les droits subjectifs inhérents à la personne humaine.”

²¹⁸ OST, F. *A natureza...*, p. 63.

mesmo dizer que o direito de propriedade é o mais sagrado de todos aqueles para os quais existe a garantia social.²¹⁹

Porém, esta explicação ainda não demonstra de onde vem a característica de “ser mais absoluta”. Segundo Arnaud, este caráter também se deve à Portalis, após intervenção direta de Bonaparte, de maneira não apenas de afastar qualquer lembrança do antigo regime, mas principalmente de dar segurança ao direito dos pequenos proprietários. Foi a forma mais adequada para obrigar o Direito Público a respeitar o Direito Privado. Logo, é possível entender porque em nenhum momento de sua história Robinson faz qualquer referência ao poder público, a não ser para recolher os impostos no seu engenho brasileiro.²²⁰

Na interpretação de Ost, utilizando-se da metáfora do teatro, o novo sujeito proprietário não se contenta em ocupar o lugar (todos os lugares) de espectador. Tal como Robinson, este sujeito quer subir ao palco, isto é, construir sua história, participando ativamente, transformando. Seguindo o método cartesiano de dividir as dificuldades no maior número possível de partes, de maneira a conseguir idéias claras, Portalis encontrou na propriedade a

‘alma universal de toda a legislação’, a ideia clara e distinta da ciência política moderna. Ela assegura a ligação dos cidadãos ao Estado, ela modera o que é imposto, ela avalia as pretensões das pessoas, umas em relação às outras, ela serve de critério para determinar os cidadãos chamados a compor a representação nacional. Não hesitando em servir-se do registro da religião civil e do amor político, Portalis conclui sobre este ponto de pausa: reforçar a propriedade é fortificar a República. Porque ‘não se pode amar a sua propriedade sem amar as leis que a protegem’; favorecer a propriedade é ‘inspirar o amor pelas leis’.²²¹

Assim, o direito de propriedade é justificado pela “necessidade e pelo trabalho (ao que se acrescenta (...)) o argumento teológico e o argumento

²¹⁹ ARNAUD, J. A. *Les origines...*, p. 191, tradução livre : “le droit de propriété est de ceux, dit-il, qui <sont inséparables de notre manière d’être, et qui, par conséquent, n’ont pu devenir la matière des lois que comme objet de garantie et non comme objet de concession. On peut même dire que le droit de propriété est le plus sacré de tous ceux pour lesquels existe la garantie sociale>”. Sugere-se a leitura da obra, uma vez que Arnaud investiga diversas doutrinas e pensadores da época que teriam influenciado os redatores do Código, entre eles filósofos como Grócio, Pufendorf, Locke, os fisiocratas, Jean Domat, Fleury e Argou, Robert Joseph Pothier (...). Sobre Jean Domat, em especial, conferir também MEIRELES, *Marx...*, p. 236 a 245.

²²⁰ Mesmo interpretando Robinson como o soberano, pouco antes de sua saída da ilha e na sua volta, sua condição é muito mais de organizador, característica típica do Estado Liberal.

²²¹ OST, F. *A natureza...*, p. 66.

econômico); um direito que pressupõe a ocupação (apropriação duradoura) e a transformação; um direito absoluto, exclusivo e perpétuo.”²²².

Além da legislação, a doutrina também foi responsável por justificar o direito de propriedade do homem, seguindo a filosofia dos séculos anteriores. No caso do Direito inglês, há de se ressaltar a importância do trabalho de William Blackstone, responsável por comentar as leis inglesas na metade do século XVIII. É claro no pensamento dele a influência de Locke, tanto é que, tal como o filósofo, reconhece que quando deus fez o mundo, desejava que o homem o dominasse. Além de considerar o direito de propriedade como inerente a cada homem, Blackstone considera o trabalho o fundamento deste direito.²²³

Essa propriedade não apenas deve ser ocupada e transformada, mas acima de tudo ela deve circular, saindo de sua condição estática.

Assim, se a propriedade interiorizada é o paradigma através do qual se pensa o *proprium* do sujeito (P. Grossi) – a sua <estática> –, é o contrato como *causa efficiens* da liberdade que, sob o impacto do *ius mercatorum*, permite pensar a existência do homem, como elemento activo da sociedade civil – a sua <dinâmica> (A. Heller). De facto, é a lógica histórica do <capitalismo mercantil> que vai <dominar>, através do paradigma do contrato, a *civilização* do direito privado moderno.²²⁴

Nesse sentido, seguindo o pensamento de John Locke de que a propriedade era o meio mais eficaz para garantir o prazer, não mais pelo consumo imediato, mas sim pela acumulação²²⁵, Robinson garante-se como o principal representante do *ius mercatorum*. Este é o ímpeto para navegar para os mares, o que, de certa maneira, serviu como causa para sua “perdição” na ilha. A explicação precisa é dada por Meireles:

Nessa perspectiva o contrato e a propriedade tornam-se – e num sentido que já vem do <interior> do séc. XVII – nas categorias jurídicas nucleares de um direito patrimonial novo – o *ius mercatorum* – que reflecte <uma

²²² OST, F. *A natureza...*, p. 67.

²²³ Vale conferir BLACKSTONE, William. *Commentaries on the laws of England*, vol. II, p. 1 a 15. Tal a força do pensamento dos filósofos da Escola natural que ainda em meados do século XIX, há manifestações similares a de Blackstone. Indicamos, a título de ilustração, as idéias de Charles COMTE, *Traité de la propriété*, um trabalho de 1834; de M. A. THIERS, *De la propriété*, um trabalho de 1848; e de Émile de LAVELEYE, *De la propriété et de ses formes primitives*, trabalho de 1874.

²²⁴ MEIRELES, H. S. S. *Marx...*, p. 259 e 261.

²²⁵ Conforme já foi afirmado nos capítulos precedentes, esta interpretação de Locke é dada por VACHET, A. *L'idéologie...*, p. 227.

concepção de riqueza não já pré-ordenada ao consumo ou à satisfação das necessidades mas à obtenção de nova riqueza> (F. Galgano).²²⁶

Ao final da narrativa de Robinson, tanto na saída da ilha como na recuperação de seus antigos bens, o contrato revela-se a ferramenta mais útil. Liberdade, vontade e consenso foram palavras centrais não apenas para Crusoe, mas também para Pothier, influenciado pelas idéias de Grócio e Pufendorf, segundo as conclusões de Arnaud²²⁷.

Assim, o artigo 1134 do Código Civil de Napoleão, em sua primeira alínea, ao dispor que “les conventions légalement formées tiennent lieu de loi à ceux qui les ont faites”²²⁸, fecha o ciclo do sujeito de direito, concentrando conhecimentos dos séculos precedentes. Nas palavras de Arnaud,

o artigo 1134 do Code Civil, na sua primeira alínea, é o produto do encontro entre duas correntes exteriores à pura técnica jurídica, duas correntes racionalistas: a corrente que descende da investigação teológica e canônica, e a corrente voluntarista moderna. Ambas exaltam a liberdade e a vontade próprias do homem. Inevitável que estas premissas, aplicadas ao domínio das obrigações, se traduzem pelo princípio da autonomia da vontade.²²⁹

O organizador do Código Civil de Napoleão, Jean-Jacques-Régis de Cambacérès, objetivando encontrar a maneira mais eficaz para proteger os direitos subjetivos do sujeito de direito, dividiu o Código em três partes: pessoas, bens e coisas.

A partir deste postulado, ele obteve, por deduções progressivas, um sistema lógico, onde eram examinadas sucessivamente as pessoas, os bens e as obrigações. Ele considerou apropriado começar pelas pessoas, pois todo o direito é feito para elas; continuar, em seguida, pelos objetos de seus direitos (principalmente o estudo do direito de propriedade); para terminar com o estudo das obrigações, que nascem em decorrência dos atos praticados pelos indivíduos em relação aos seus bens.²³⁰

²²⁶ MEIRELES, H. S. S. *Marx...*, p. 268.

²²⁷ ARNAUD, A. J. *Les origines...*, p. 208.

²²⁸ O artigo 1134 do Código ainda dispõe que: “Elles ne peuvent être révoquées que de leur consentement mutuel, ou pour les causes que la loi autorise.”; e, “Elles doivent être exécutées de bonne foi.”.

²²⁹ ARNAUD, A. J. *Les origines...*, p. 213 e 214, tradução livre : “l'article 1134 du *Code Civil*, dans son premier alinéa, est le produit de la rencontre entre deux courants extérieurs à la pure technique juridique, deux courants rationalistes: le courant issu de la recherche théologique et canonique, et le courant volontariste moderne. L'un et l'autre exaltaient la liberté et la volonté propres de l'homme. Il était inévitable que ces données, appliquées au domaine des obligations, se tradussent par le principe dit *l'autonomie de la volonté*.”

²³⁰ ARNAUD, A. J. *Les origines...*, p. 217 e 218, tradução livre : “A partir de ce postulat, il obtenait, par deductions progressives, un système logique, où étaient examinés successivement les personnes, les

A organização tripartite é nada mais, nada menos, do que a forma que Robinson conduziu sua vida, isto é, primeiro encontrando sua pessoa, sua individualidade, juntamente com a apropriação de bens, a domesticação e transformação da natureza e, por fim, a ação, iniciada logo após o encontro com Sexta-Feira e tendo continuidade com os diversos contratos que estabelece. Não à toa, Robinson é uma figura tão emblemática para a modernidade mas, principalmente, para o Direito. Seria, então, o Direito uma “robinsonada”?²³¹

biens, et les obligations. Il convenait de commencer par les personnes, puisque tout le Droit n'est fait que pour elles; de continuer par les objets de leurs droits (et notamment l'étude du droit de propriété); pour terminer par l'étude des obligations, qui naissent à propos des actes accomplis par les individus sur leurs biens."

²³¹ Trata-se de expressão cunhada por François OST, *Contar...*, para se referir àquelas narrativas que de alguma maneira se basearam na história de Robinson Crusoe.

6. À procura de um “novo” Robinson Crusoe?

O trabalho de Direito e Literatura (o Direito na Literatura), tendo como ponto de partida a obra Robinson Crusoe, evidenciou as possibilidades que podem ser criadas por esse diálogo. Apesar das diferenças entre essas duas áreas, conforme apontamos no início do trabalho, as trocas são frutíferas. Robinson Crusoe, em particular, por ser um livro clássico, presente na memória coletiva e, por isso, equiparado a um mito, permite uma leitura ampla da modernidade jurídica.

Primeiramente, Robinson é um ser humano concreto que, ao chegar na ilha, busca sua individualidade, seu status de sujeito. Trata-se de um reflexo do século XVII, entendido por muitos como o século de crises, não apenas políticas e econômicas, mas na própria dimensão humana, sendo Robinson a maior prova disso. O ser humano não queria mais ser um mero observador, dependente de instituições como a Igreja, mas sim agente ativo, de transformação do mundo.

Em Robinson isso se deu através de práticas que envolveram a plantação e o cultivo da terra, a construção de objetos úteis à sobrevivência (às vezes não somente úteis), a domesticação de animais, a escrita de um diário, a localização no tempo e no espaço, as conversas com deus e a leitura da Bíblia, o resgate de bens que restavam do naufrágio. Tudo isso funcionando também como uma maneira de afastar qualquer sinal de selvageria, de ausência de ordem. Nesse processo, a racionalidade para entender os fenômenos naturais e humanos foi fator determinante para o homem, no caso, Robinson, encontrar sua posição no mundo.

Ao mesmo tempo que tentava encontrar sua individualidade, percebemos o sentimento constante em Robinson de se apropriar das coisas que o cercavam, principalmente através da construção de cercas e muros. A todo tempo ele demonstrava estar ocupado, jamais permitindo que a ociosidade se instalasse, mesmo sabendo (achando) que estava sozinho na ilha. Sabia, antecipando as teorizações de John Locke, que a propriedade só seria possível através do trabalho, ou seja, do dispêndio de energia para transformar um bem.

A propriedade, a partir de Locke, passou a ser um pressuposto para a individualidade, a concretude do sujeito. Não apenas porque cada indivíduo deveria ter a propriedade de si mesmo, mas porque só através dela que os direitos de cada homem podem ser delimitados. Ser proprietário de sua pessoa está intimamente relacionado a ter a propriedade sobre bens. A partir daí e da teorização a respeito da

moeda, entende-se que Locke acabou retirando os limites naturais da apropriação. A apropriação passou a ser a fonte máxima do prazer, fato facilmente observável ao longo da narrativa de Robinson.

Porém, a solidão de 25 anos de Robinson é interrompida pela chegada de Sexta-Feira, ou melhor, pela captura (apropriação) de um selvagem canibal cujo nome real desconhecemos, já que ele apenas era um meio para Robinson encontrar a saída da ilha. As relações humanas em Robinson Crusoe visam primordialmente um objetivo econômico e mesmo o outro é coisificado, domesticado.

O significado de propriedade é evidenciado quando Robinson vê sua ilha habitada por mais pessoas: um espanhol e o pai de Sexta-Feira. Isto porque só assim o “meu” e o “teu” é clarificado. Apesar das discussões se Robinson seria um proprietário ou um soberano, reproduzindo as vagas noções de “Direito Público” da época, o fato é que Robinson relembra de sua capacidade contratual.

O contrato, intimamente ligado à propriedade, torna-se o meio mais eficaz para Robinson sair da ilha, quando consente mutuamente com o capitão do navio destituído do comando em decorrência de um motim. De volta à Europa, recupera todos os seus bens e riquezas acumulados por seus engenhos no Brasil durante sua ausência através de contratos, principal instrumento de circulação de riquezas.

Desta maneira, a história de Robinson resume em grande parte a maneira como o Direito moderno se organizou, algo facilmente visível a partir da leitura das grandes codificações. O Direito apenas abstraiu Robinson Crusoe, isto é, para garantir a ordem e a segurança jurídica pretendidas há muito tempo pela nova classe que surgia, a burguesia, encontrou em Robinson o modelo perfeito para pensar todas as relações jurídicas. Se Robinson em nenhum momento faz referência ao Público, a não ser em algumas questões pontuais, como o recolhimento de impostos, é porque o Privado deveria prevalecer.

Nesse sentido, se a propriedade era condição para a concretude do sujeito, inaugura-se a figura do sujeito proprietário, base para a construção de toda a ordem jurídica. Juntamente a este “sujeito abstrato – proprietário” estava o contrato. Daí se conclui que a organização tripartite, assim como organizou a vida de Robinson, organizou as codificações modernas. A partir daí estamos a um passo para discutir o capitalismo e o liberalismo, mas que não nos cabe fazer aqui.

De tudo isto que foi exposto, não queremos dizer que foi em Robinson Crusoe que a modernidade começou ou terminou, até porque as sementes do

modelo proprietário já tinham sido plantadas antes do nascimento de Robinson. No entanto, ele conseguiu representar o que já tinha acontecido, o que estava acontecendo e o que viria a acontecer. Não à toa, Rousseau considerava a leitura da vida de Crusoe a única indispensável para a educação de seu Emílio.²³²

No entanto, nestes quase três séculos após a publicação de Robinson Crusoe o mundo mudou, constatação até desnecessária diante de sua banalidade. Não há como, e nem temos pretensão, de resumir o que mudou, de que maneira estas mudanças se deram, quais as suas causas e conseqüências etc.

O fato, porém, é que não encontramos, principalmente no Direito, um substituto adequado para este Robinson Crusoe que, ao mesmo tempo que foi criticado, também é admirado até hoje, haja vista alguns “avanços trazidos” por ele.²³³ É por isso que a observação (irônica e crítica) de Michel Villey a respeito do Direito e dos juristas tem sua razão de ser. Segundo ele, embora os filósofos da Escola natural sejam muito criticados nos dias atuais, principalmente no campo da Filosofia, o Direito continua a pensar sobre as mesmas bases dos séculos XVI a XVIII, isto é, sobre o direito subjetivo, propriedade absoluta, soberania do Estado etc. Sua constatação é de que

“Essa defasagem entre teoria do direito e filosofia não deveria nos surpreender em demasia; ela constitui uma das constantes da história do direito, fruto da rotina dos juristas, que, por não terem de cultivar eles mesmos a filosofia, geralmente só recebem seus ensinamentos com atraso e por canais indiretos, deformam-nos e os endurecem, e nunca os obedecem tão bem como quando deixaram de ser professados pelos filósofos.”²³⁴

Nesse sentido, a prática do Direito e Literatura vem demonstrar sua importância como mais um caminho para “ventilar o Direito”, que tenta de todas as maneiras, ambiciosamente, seja através de seus participantes (legisladores, juízes,

²³² ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou , da educação*. “Já que precisamos absolutamente de livros, existe um que oferece, a meu ver, o melhor tratado de educação natural. Será o primeiro livro que Emílio lerá; sozinho, constituirá por bastante tempo sua biblioteca inteira, e nela sempre ocupará um lugar de destaque. Será o texto a que todas as nossas conversas sobre as ciências naturais servirão apenas de comentários. Servirá de prova durante o nosso aprendizado sobre o estado de nosso juízo e, enquanto nosso gosto não se corromper, sua leitura sempre nos agradará. Qual é, então, esse livro maravilhoso? Será Aristóteles? Será Plínio? Será Buffon? Não, é *Robinson Crusoe*.” (p. 233).

²³³ A liberdade, a igualdade e a propriedade devem ser lidos, naquele período, como conquistas contra um poder do soberano considerado arbitrário e usurpador. Ainda hoje esses direitos (alçados a princípios) persistem, por vezes com uma interpretação diferente, sendo que outros direitos deles decorreram.

²³⁴ VILLEY, M. *A formação...*, p. 173.

advogados ou a chamada “doutrina”), seja através dos meios materiais (avanços tecnológicos), se mostrar sempre atualizado, isto é, capaz de apreender a realidade de dominá-la.

A literatura, sempre adiantada e com o intuito de perturbar a ordem social (afinal, Robinson causou perturbações no período em que narrou suas aventuras), tem a tarefa de criar um “novo indivíduo”; ou quem sabe a expressão deva ser no plural: “novos indivíduos”; talvez, nem de indivíduo se trate (uma nova categoria estaria por vir?)... Enfim, as possibilidades são imensas.

Por hora, se não nos cabe desenhar esta nova figura que falta ao Direito, apenas carreguemos conosco os ensinamentos de um guardador de rebanhos:

“Só a Natureza é divina, e ela não é divina...

Se às vezes falo dela como de um ente
É que para falar dela preciso usar da linguagem dos homens
Que dá personalidade às cousas,
E impõe nome às cousas.

Mas as cousas não têm nome nem personalidade:
Existem, e o céu é grande e a terra larga,
E o nosso coração do tamanho de um punho fechado...

Bendito seja eu por tudo quanto não sei.
É isso tudo que verdadeiramente sou.
Gozo tudo isso como quem sabe que há sol.”²³⁵

²³⁵ Poema de Fernando Pessoa, *O guardador de rebanhos*, XXVII.

7. Bibliografia

AGUIAR E SILVA, Joana. *A prática judiciária entre direito e literatura*. Coimbra: Almedina, 2001.

AMELANG, James S. *O burguês*. In: VILLARI, Rosario (org.). *O homem barroco*. Lisboa: Presença, 1995.

ARNAUD, André-Jean. *Les origines doctrinales du Code Civil Français*. Paris: R. Pichon et R. Durand-Auzias, 1969.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Revolução Inglesa*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BARCELONA, Pietro. *El individualismo propietario*. Madrid: Editorial Trotta, 1996.

BARTHES, Roland. *Como viver junto: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos: cursos e seminários no Collège de France, 1976 – 1977*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERCOVICI, Gilberto. *Soberania e Constituição: para uma crítica do Constitucionalismo*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BLACKSTONE, William. *Commentaries on the laws of England*. V. II: *of the rights of things*. (A facsimile of the first edition of 1765 – 1769). Chicago: University of Chicago Press, 1979.

BOBBIO, Norberto. *Locke e o direito natural*. Brasília: Editora UNB, 1997.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Yussef Said Cahali (org). 10. ed. São Paulo: RT, 2008.

BRIGGS, Asa. *História social da Inglaterra*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. *Oficina de história: história integrada*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta prohibida: una aproximación histórico-teorética al estudio del derecho y del estado*. 3. ed. Madrid: Editorial Trotta, 2001.

CARPEAUX, Otto Maria. Daniel Defoe : aventura e economia. In: *Ensaio reunidos, 1942 – 1978*. V. 1. Rio de Janeiro : Topbooks e UniverCidade Editora, 1999, p. 351 – 356.

CASTEL, Robert; HAROCHE, Claudine. *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne*. Fayard, 2001.

CHARTIER, Roger. *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CHUEIRI, Vera Karam de. *Direito e Literatura*. In: BARRETO, Vicente de Paulo (coord.). *Dicionário de Filosofia do Direito*. São Leopoldo: Unisinos; Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 233 – 235.

COMTE, Charles. *Traité de la propriété*. Tomo 1. Paris: Chamerot, 1834.

CORTIANO JUNIOR, Eroulths. *O discurso jurídico da propriedade e suas rupturas (uma análise do ensino do Direito de Propriedade)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

DAVID, René. *O Direito Inglês*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*. Londres/Nova Iorque: Penguin classics, 2003.

DEFOE, Daniel. *The farther adventures of Robinson Crusoe*. Wheaton: Tyndale, 1999.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. 3. ed. rev. acrescida dos textos e comentários de Étienne Gilson. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Questões fundamentais do direito penal revisitadas*. São Paulo: RT, 1999.

DOBRÉE, Bonamy. *English literature in the early eighteenth century*. Oxford: Clarendon Press, 1964.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELLIS, Frank H. *Twentieth century interpretations of Robinson Crusoe*. New Jersey : Prentice-Hall, 1969.

ENGÉLIBERT, Jean-Paul. *La postérité de Robinson Crusoé : un mythe littéraire de la modernité 1954 – 1986*. Genève : Librairie Droz S.A., 1997.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Utilitarismo*. In: BARRETO, Vicente de Paulo (coord.). *Dicionário de Filosofia do Direito*. São Leopoldo: Unisinos; Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 837 – 840.

FITZPATRICK, Peter. *A mitologia na lei moderna*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

GILISSEN, John. *Introdução histórica ao Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

GROSSI, Paolo. *História da propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas das modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

GROSSI, Paolo. *Para além do subjetivismo jurídico moderno*. In: FONSECA, Ricardo Marcelo; SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leite (orgs.). *História do direito em perspectiva: do antigo regime à modernidade*. Curitiba: Juruá, 2008.

GROTIUS, Hugo. *O direito da guerra e da paz*. V. 1. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. 3. ed. Forum da história, 2003.

HESPANHA, António Manuel. *O direito dos Letrados no Império Português*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

HESPANHA, António Manuel. Prática Social, Ideologia e Direito nos séculos XVII a XIX. Separata da Revista **Vértice**. Coimbra: Coimbra Editora, p. 3-49, n. 340 e 341 – 342.

HILL, Christopher. *Origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HILL, Christopher. *The century of revolution*. London: Routledge classics, 2006.

JANSSÉ, Lucien. *La propriété: le régime des biens dans les civilisations occidentales, avec une bibliographie, une chronologie et un glossaire*. Paris: Ouvrières, 1953.

LAVELEYE, Émile de. *De la propriété et de ses formes primitives*. Paris: Libraire Germer Baillière, 1874.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo civil*. Com introdução de Peter Laslett. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LOCKE, John. *Carta sobre a tolerância*. São Paulo: Hedra, 2007.

LOS MOZOS, Jose Luis de. *El derecho de propiedad: crisis y retorno a la tradicion jurídica*. Madrid: Edersa, 1993.

MACPHERSON, C. B. *Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. *Dicionário de lugares imaginários*. (Ilustrações de Graham Greenfield e Eric Beddows; mapas e plantas de James Cook). São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

MATTEUCCI, Nicola. *Organización del poder y libertad. Historia del constitucionalismo moderno*. Madrid: Trotta, 1998.

MAUROIS, André. *História de Inglaterra*. São Paulo: Flamboyant.

MEIRELES, Henrique da Silva Seixas. *Marx e o Direito Civil (para a crítica histórica do <paradigma civilístico>)*. Coimbra: Editora Coimbra, 1990.

MONTEIRO, Fernando. A cabeça no fundo do entulho da leitura (2). **Rascunho**, Curitiba, Março de 2009, p. 7.

NOVAK, Maximillian E. *Defoe and the nature of man*. Oxford: Oxford University Press, 1965.

OST, François. *A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito*. Lisboa: Piaget, 1995.

OST, François. *Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

OST, François. *Dire le droit, faire justice*. Bruxelles: Bruylant, 2007.

PENTEADO, Luciano de Camargo. *Direito das coisas*. São Paulo: Editora RT, 2008.

POUND, Roscoe. *El espíritu del "common law"*. Barcelona: Bosch, 1954.

PRODI, Paolo. *Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PUFENDORF, Samuel. *Os deveres do homem e do cidadão de acordo com as leis do Direito natural*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

RICHETTI, John. *The life of Daniel Defoe*. Blackwell Publishing, 2005.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins; FALCON, José Calazans. *A formação do mundo moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

ROPPO, Enzo. *O contrato*. Coimbra: Almedina, 1988.

ROSSI, Paolo. *O cientista*. In: VILLARI, Rosario (org.). *O homem barroco*. Lisboa: Presença, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou, da educação*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUZIK, Carlos Eduardo Pianovski. Locke e a formação da racionalidade do Estado moderno: o individualismo proprietário entre o público e o privado. In: Ricardo Marcelo Fonseca (org.). *Repensando a teoria do Estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

SCHWARTZ, Germano. *A Constituição, a Literatura e o Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SEIDEL, Michael. *Robinson Crusoe: island myths and the novel*. Boston: Twayne Publishers, 1991.

SOLARI, Giole. *Filosofia del derecho privado: la idea individual*. Tomo I. Buenos Aires: Depalma, 1946.

SUTHERLAND, James. *Daniel Defoe: a critical study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1971.

THIERS, M. A. *De la propriété*. Paris : Paulin, Lheureux et Cie, 1848.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TREVELYAN, George McCaulay. *A revolução inglesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

TREVOR-ROPER, Hugh. *A crise do século XVII: religião, a reforma e mudança social*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; COPETTI NETO, Alfredo (orgs.). *Direito e Literatura: aproximações e perspectivas para se repensar o direito*. In: *Direito e Literatura: reflexões teóricas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

VACHET, André. *L'ideologie liberale: l'individu et sa propriété*. Paris : Éditions Anthropos, 1970.

VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VILLEY, Michel. *O direito e os direitos humanos*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALINE, Marcel. *L'individualisme et le droit*. 10. ed. Montchrestien: Éditions Domat, 1949.

WATT, Ian. *A Ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

WOODWARD, E. L. *Uma história da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

Site da internet: THE INTERNET MOVIE DATABASE
<<http://www.imdb.com/find?s=all&q=robinson+crusoe>>